



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ZULENE DE HOLANDA ROCHA

**MODERNIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO: AS CONTRADIÇÕES NA
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO OEIRENSE (1900-1945)**

**CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2015**

ZULENE DE HOLANDA ROCHA

**MODERNIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO: AS CONTRADIÇÕES NA
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO OEIRENSE (1900-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História, na área de concentração História, Cultura e Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha.

CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

R672m Rocha, Zulena de Holanda.
Modernização e reassignificação: as contradições na formação do espaço urbano ceirense (1900-1945) / Zulena de Holanda Rocha. – Campina Grande, 2015.
145 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha".
Referências.

1. Cidade – História Cultural. 2. Modernização. 3. Contradição.
I. Aranha, Gervácio Batista. II. Título.

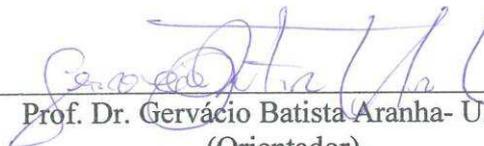
CDU 911.375(043)

ZULENE DE HOLANDA ROCHA

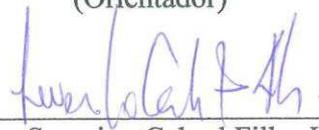
**MODERNIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO: AS CONTRADIÇÕES NA
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO OEIRENSE (1900-1945)**

Avaliado em 06 de maio de 2015

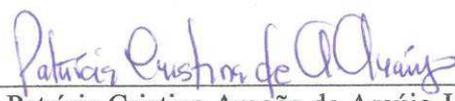
Banca Examinadora



Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha- UFCG
(Orientador)



Prof. Dr. Severino Cabral Filho-UFCG
(Examinador Interno)



Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão de Araújo-UEPB
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima-UFCG
Suplente

CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2015

Aos meus colaboradores.
À minha querida mãe Maria Elisa (*in memoriam*).

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas (KOSELLECK, 2006, p.13).

AGRADECIMENTOS

Esta é uma parte importante para nosso trabalho, pois é o momento de lembrarmos de nossos colaboradores, que direta ou indiretamente compõem estas páginas. Sem a ajuda de vocês, esta pesquisa se tornaria impossível, um trabalho acadêmico só se torna realidade pelo esforço coletivo. Por isso, agradeço...

À minha família, em especial meu irmão João Paulo, pelo apoio, incentivo e por está sempre pronto a atender as minhas solicitações.

A Stefano Ferreira, Secretário de Cultura de Oeiras, pela confiança depositada, por ter permitido meu acesso ao arquivo público da Prefeitura Municipal de Oeiras. Sorte eu tive, por ter necessitado deste arquivo na sua gestão.

Ao meu amigo Pedro Júnior, pelo apoio e incentivo e pelas longas conversas que tivemos sobre Oeiras, suas palavras fazem parte deste trabalho.

A Carlos Rubem Reis, pela disponibilidade e atenção que tem com quem pesquisa sobre a cidade de Oeiras. Sua gentileza em conceder inúmeros documentos jamais será esquecida. Obrigada!

A Socorro Barros, por ter concedido vários documentos, sem exigências e sem nenhum prazo para devolução.

À profa. Marineide Soares, Gerente Regional de Educação, pela gentileza e agilidade ao conceder meu afastamento junto a SEDUC, a educação precisa de pessoas como você.

Aos meus colaboradores Joaquim Copeiro, Antonia Barros, Geraldo Barros, Antonio Carlos Valentim, Raimunda Valentim e Teresa Gonçalves, a contribuição de vocês foi enorme para a feitura deste trabalho.

Aos meus queridos amigos e grandes colaboradores Francisco Rodrigues e Orlando Ralf, que pacientemente me acompanharam nas longas visitas aos arquivos e gravações de entrevistas. Parte desta pesquisa pertence a vocês. Serei eternamente grata.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha, por ter aceito meu trabalho, pela enorme colaboração, carinho e atenção que sempre dedicou a mim e a meu trabalho. Desculpe-me se não correspondido às suas expectativas, jamais esquecerei sua forma humilde e sincera de avaliar. OBRIGADA!

Ao prof. Dr. Antonio Clarindo, pelo interesse que sempre demonstrou sobre minha pesquisa e as valiosas discussões no desenvolvimento da disciplina “Cultura e Cidade”.

Aos professores Dr. Severino Cabral e Dra. Patrícia Aragão, pela participação na formação da banca deste trabalho e pela enorme colaboração. Muito Grata.

Ao prof. Dr. Iranilson Buriti, coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, pela paciência e carinho com que nos recebe naquele espaço, estando sempre disposto a compreender e ajudar a todos da melhor forma possível.

Ao sorridente Felipe, auxiliar administrativo da secretaria do Programa de Pós-Graduação, tudo fica fácil em suas mãos.

Aos meus colegas de turmas, em especial Leandro Antão, Raimundo Bittencourt e Edson Silva, pela amizade, colaboração e longas discussões sobre nossos trabalhos, que nossa amizade continue para sempre.

À minha colega e amiga Aline Teixeira, pela alegria da convivência harmoniosa e pelas longas discussões que travamos sobre nossos trabalhos. Já estou com saudade.

Às minhas queridas amigas Rita de Cássia, Benedita (Bené) e Carlieny Amâncio, pelas palavras de apoio e conforto a mim oferecidas pela morte de minha amada mãe durante a escrita das últimas páginas deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação visa a analisar a produção do espaço urbano oirense e suas eventuais contradições compreendendo o período de 1900 a 1945, atentando para a ideia de crise atribuída à perda do status de capital e à introdução de alguns signos do moderno, tomados pelas elites como forma de ressignificação da cidade. Portanto, neste propósito, constitui-se um projeto de modernização urbana ilusória e de exclusão, pois apenas o núcleo central urbano foi merecedor dessa ação. Enquanto isso, o subúrbio estava fora de qualquer tentativa de melhoramento, embora fantasmagoricamente o discurso de modernização para todos fosse divulgado de modo homogêneo entre o grupo político e os letrados locais. Buscamos ainda identificar o ressentimento presente no imaginário local e suas formas reativas, como também as relações do cotidiano dos cidadãos. No entanto, esta política de reforma urbana, além de ser destinadas a obras que priorizavam a cultura moderna e o embelezamento urbano, imprimiu um conjunto de normas e condutas, inclusive higiênicas aos moradores da área central. Muitas das quais pretendiam afastar sujeiras e doenças epidêmicas, mas, nesse meio tempo, as zonas suburbana e rural eram consumidas por doenças como a febre tifoide e a malária, sem nenhuma intervenção pública no sentido de preveni-las. Por fim, nesta pesquisa, apoiamo-nos em diversas fontes, sendo elas documentais, fotográficas, orais e bibliográficas. Buscamos encontrar nelas as evidências do passado local, que nos possibilitaram compreender o cotidiano da sociedade oirense.

Palavras-chaves: Cidade. Modernização. Contradição.

ABSTRACT

This dissertation aims to examine the first attempts to modernize in Oeiras-PI, the time frame of 1900-1945, including the idea of seeking crisis attributed to this city by the intellectuals and the local political elite after the transfer of capital to these featuring the "decadent", generalizing the effect of the political crisis and some material loss. Which in turn, not elapsed in its entirety by the loss of capital status, but by their own economic conditions of the state and the municipality, however, not noted by this group insisted that the tirade of "crisis." It also aims to understand the transformations in everyday life oeirense from some achievements, such as theater, traveling cinema, newspaper production, and strengthening the local economy caused by the extraction of latex maniçoba in the early years of the twentieth century. Only after 1930 the political and intellectual discourse points to the advent of local progress, which now has the following material and symbolic transformations: a) urban sanitation; b) construction of the town hall, with modern architecture to the city standards; c) Installation of electric light; d) construction of the airfield with weekly landing; e) film and square. The arrival of these elements of modernity in a society characterized by parochial habits causes changes in sociability and sensitivities both within the elite and among the popular. The sources used in this work are based on surveys of official documents, oral, pictures, newspapers and local literature.

Keywords: Oeiras city. Modernization. Contradiction.

LISTA DE FIGURAS E ELEMENTOS GRÁFICOS

FIGURA 01	Riacho Mocha (19?)	51
FIGURA 02	Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 1929	61
FIGURA 03	Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 1929	61
FIGURA 04	Prédio da Prefeitura Municipal de Oeiras (193?)	71
FIGURA 05	Apresentação artística dos alunos do Grupo Escolas Costa Alvarenga (1937)	76
FIGURA 06	Apresentação artística dos alunos do Grupo Escolar “Costa Alvarenga” (1937)	78
FIGURA 07	Inauguração da energia elétrica (1937)	81
FIGURA 08	Mapa do Campo de Aviação Juraní (1939)	88
FIGURA 09	Inauguração do Campo de Aviação Juraní (1939)	90
FIGURA 10	Praça da Bandeira, Café Oeiras, Passeio Leônidas Melo e Cineteatro Oeiras (194?)	95
QUADRO 01	População do município de Oeiras no final da década de 1930.....	85
QUADRO 02	Habitacões do município de Oeiras no final da década de 1930....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: OEIRAS, ENTRE CRISE E DESEJO	24
1.1 Oeiras, últimas décadas do século XIX	24
1.2 Oeiras, nas primeiras décadas do século XX	29
1.3 O teatro	39
1.4 <i>Jornal Correio de Oeiras</i>	44
1.5 Higiene urbana	47
1.6 Mocha: “Nascente feliz”	49
1.7 Primeira tentativa de iluminação pública	53
1.8 O Carnaval e o dia de “Santos de Reis”	54
1.9 Grupo Escolar “Costa Alvarenga”	59
CAPÍTULO II: TENTATIVAS, SONHOS E DESEJOS PARA CRIAR UM ESPAÇO URBANO MODERNO E RESSIGNIFICADO	65
2.1 Uma cidade, um sonho	65
2.2 A luz elétrica	72
2.3 Benezaca, Guarassu e o rádio	82
2.4 Encurtando distâncias	84
2.5 O cinema e outras transformações	91
CAPÍTULO III: REFORMA URBANA: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO DOS ESCOLHIDOS E EXCLUÍDOS	101
3.1 Das construções públicas e privadas	103
3.2 Dos cabarés	108
3.3 Imposição de regras e ação policial	113
3.4 A higiene urbana	117
3.4.1 Dos animais	121
3.4.2 Da venda de carne	125
3.4.3 A malária e outras endemias	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
FONTES	138
REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

[...] o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de construir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos.

Sandra Jatahy Pesavento¹.

A Cidade nos permite inúmeras visualizações, diversas interpretações. Ela compreende um conjunto de representações simbólicas e materiais. Este espaço congrega múltiplos interesses, mediante os quais são desenroladas as tramas do cotidiano, seja no âmbito coletivo ou individualmente. A cidade é transformada por meio de sentimentos dos que desejam transformá-la e dos que insistem em manter ou dar continuidade ao mundo de antes. Por isso, ela ganha o interesse de pesquisadores, não apenas pelo que nela foi modificado, mas pelo que permaneceu. Sendo assim, será na sensibilidade do homem que buscaremos construir nossa história.

Segundo Marc Bloch (2001, p. 54), “são os homens que a história deve capturar”. Não são apenas as formas físicas que a cidade ganha que devem ser analisadas, mas quem as fez e por que as fez. Serão os ruídos, os cheiros, os gostos e desgostos que contam a vida do ser humano que reside no espaço citadino. Cada forma representa uma etapa da sociedade que nela viveu.

Dessa forma, Oeiras² é tomada como objeto de estudo durante as quatro primeiras décadas do século XX. Nesse momento, estudos apontavam que a retórica das elites locais sinalizava para um estado de crise da cidade, decorrente da transferência da capital. Além disso, o invólucro da “modernidade”, a partir de 1930, passou a ser considerada por tais estudos como a saída da crise e a construção de uma nova era marcada pelo progresso. A modernização que a elite política estava construindo em Oeiras objetivava criar espaços modernos de sociabilidade e devolver à cidade a significação pregressa de cidade importante do Estado. Por isso, há uma certa carga de ressentimento nos discursos proferidos, os quais delatam a perda do status de capital como o fator responsável pelas dificuldades econômicas, bem como o baixo desenvolvimento sociocultural.

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidade imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v.27, n. 53, jan.-jun. 2007.

² Oeiras, colonizada no final do século XVII, foi capital da Capitania de São José do Piauí de 1758 a 1852, quando esta foi transferida para Teresina pelo então Presidente da Província, José Antônio Saraiva.

Para este grupo, a cidade permaneceu em retrocesso desde a saída da capital (1852) até 1930. Esta etapa começou como uma fase de progresso, marcada pela construção da sede da Prefeitura no governo municipal de José Martins de Sá, e pela instalação da energia elétrica (1937), na vigência do mandato do prefeito Augusto Rocha Neto. Mas foi durante o mandato do prefeito Cel. Orlando Barbosa de Carvalho que os ânimos floresceram com a construção de algumas obras de embelezamento, principalmente os espaços destinados à cultura moderna. Esse processo de aformoseamento se compôs com a instalação da sede do cinema, praça ajardinada, mercados, pouso de avião semanal e a imposição de um conjunto de normas e condutas disciplinando os cidadãos.

Nas três primeiras décadas do século XX, Oeiras é representada pelas suas elites de forma ressentida, imprimindo no imaginário local uma imagem de tristeza e nostalgia. Construiu-se em torno dessa imagem a grandeza e a elevação dos feitos do passado e de fracasso no diz respeito àquele presente. Essa retórica possui todo um apelo ressentido, principalmente por parte daqueles que haviam perdido poder e prestígio na política e, conseqüentemente, diante de seus pares.

Porém, embora apresentando a crise aludida pelos políticos e letrados, ela não será o centro de nossas discussões. Procuramos apresentar a cidade por meio do cotidiano de seus moradores, por julgarmos elementos de grande importância para a compreensão da vida da sociedade oeirense. Por esse motivo, estarão em evidência a chegada do teatro, o carnaval, o cinema, o campo de aviação e outros espaços de sociabilidade e sensibilidade.

Mostraremos a chegada de elementos da modernidade em Oeiras um pouco antes da década de 1930, período considerado na literatura local como corte entre a “decadência” e o progresso. Conferimos notoriedade à chegada do telégrafo, ao crescimento comercial e populacional, proporcionados pela extração da maniçoba e pela atividade do teatro, que não são percebidas pelas elites como fatores de projeção de Oeiras para um passado marcado pelo ressentimento.

Nesse sentido, nossa narrativa não analisará a sociedade de maneira dicotômica, dual, reforçando a ideia de retrocesso e progresso, mas, sim, buscará perceber que, em meio aos discursos de crise, a cidade já começava a dar passos importantes, passando a conviver com alguns signos do moderno. Este moderno será apresentado como ressignificação do espaço urbano, sendo a ressignificação da cidade uma forma encontrada das elites de manifestar seu ressentimento construído em torno do passado

da cidade. De acordo com o pensamento de Ferro (2009, p. 14), “a existência do ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente – um vive no outro, o passado tornando-se presente, mais presente que o presente”.

Por isso, nossa pesquisa tem como principal objetivo analisar os primeiros sinais da modernidade em Oeiras, a qual se inicia em 1900 e se estende até 1945. Trata-se de perceber, principalmente, a quem esse moderno estava direcionado, pois à medida que o centro da cidade executava um projeto dito de civilidade, o subúrbio ficava fora do planejamento urbano de modernização realizado pela Prefeitura. Sendo assim, o usufruto do progresso restava à sociedade abastada. Além disso, objetivamos desconstruir a imagem de crise aludida pela elite política e letrada da época, e reiterada pela literatura local contemporânea. Buscamos também identificar o ressentimento presente na escrita local ao se referir a este período, como também o desejo de ressignificação da cidade, de transformá-la em um espaço que merecia manter-se enquanto capital.

Porém, acreditamos que será uma das nossas contribuições à pesquisa apresentar um novo discurso sobre a cidade de Oeiras, produzindo uma história que possa ver todos os ângulos da sociedade. Por isso, não nos apoiamos apenas na ideia da modernização, mas em tudo aquilo capaz de representar o oeirense, os sentimentos, desejos e sensibilidade daqueles que habitavam aquele espaço.

A história dessa pesquisa se confunde com a nossa própria história de vida, uma vez que, quando estudante das séries iniciais do ensino básico, tomamos conhecimento da história local, dando conta de que Oeiras foi capital e que perdeu esse “título” por causa de um “desejo insano” de José Antônio Saraiva³, quando a cidade possuía todas as condições materiais de ser capital do Estado do Piauí. No entanto, durante toda a nossa vida escolar na cidade Oeiras, ouvíamos repetidas vezes que a falta de desenvolvimento econômico, social e cultural era proveniente da saída da capital e que somente a partir dos anos 1930 a cidade começou a sair do estado de crise para tomar o rumo do progresso e da civilidade. Portanto, a cidade possuía dois tempos históricos dignos de nota: quando foi capital e após 1930. Dessa forma, fomos também tomados pelo ressentimento, recôndito em nosso imaginário. Quando menos esperamos, ele aparece. Conforme Ferro (2009, p. 08), “como um vírus que julgamos extinto, quando

³ José Antônio Saraiva, o Conselheiro Saraiva (1823-1895). Foi nomeado Presidente da Província do Piauí de 1850 a 1853. Seu primeiro cargo de relevo na política, foi responsável pela transferência da capital de Oeiras para Teresina.

adormecido, o ressentimento subitamente reativado ganha vida, para a surpresa daqueles que sequer suspeitavam de sua existência”.

Foi dessa maneira, tomada pelo ressentimento, que, quando começamos nossa vida acadêmica, surgiu o desejo de melhor conhecermos este passado. Portanto, passamos a pesquisar os tão citados “tempos prósperos”, a “retomada do crescimento”, que se inicia na terceira década do século XX. Consequentemente, foi com esta proposta que concorremos a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande, na linha de pesquisa “Cultura e Cidades”.

Porém, acreditávamos que dissertaríamos sobre esse período tão “ovacionado” pelos oeirenses. Contudo, em nossas primeiras conversas com o professor/orientador, Dr. Gervácio Batista Aranha⁴, essa ideia de cidade que tínhamos em nosso imaginário ganhou novas interpretações e significações. Suas palavras desnudaram a imagem de cidade que parecia se dar de forma estática, enraizada em nossa cabeça. Dessa forma, retiramos as vestes do ressentimento presente em nosso imaginário e demos um novo rumo à pesquisa.

Com isso, surgiu a necessidade de ampliação do nosso recorte temporal para de 1900 a 1945, pois, neste lapso de tempo, poderíamos compreender a que crise a elite se referia, se de fato era proveniente da perda do status de capital, qual modernidade projetava os oeirenses e como estes se relacionavam com a cidade. Assim, esta seria a maneira mais viável para analisar as duas etapas que a elite política e intelectual divulgava a respeito da cidade, caracterizando-as de “fase das trevas” e “fase das luzes”. Destarte, nosso olhar estaria direcionado para as duas etapas mediante as quais esta elite representava a cidade. Portanto, alguns questionamentos se fizeram necessários. Afinal, quais perdas Oeiras teve com a transferência da capital? Em que contexto a elite política e intelectual se baseava para declarar a cidade em crise? Em caso de crise, quais eram as medidas adotadas pelo grupo político? E quanto à sociedade, qual era seu cotidiano? Qual o significado da propalada modernização em Oeiras? Onde os populares estavam?

⁴ Gervácio Batista Aranha é professor da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande. Graduado em História pela UFPB (campus II), mestre em Sociologia pela mesma universidade e Doutor em História Social pela UNICAMP, onde defendeu a tese intitulada: *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Líder e membro fundador do Grupo de Estudos *Teorias da Historiografia* da UFCG. Tem se dedicado à pesquisa, nesses últimos anos, sobre as modernidades urbanas no Brasil, referente aos anos de 1850 -1930, sendo recorrente para tal toda uma aproximação com a Literatura. É professor de *Teoria da História*, na graduação e pós-graduação, disciplina do concurso quando de seu ingresso na vida acadêmica. Trata-se de seu segundo campo de interesse, em relação ao qual tem publicado artigos em revistas especializadas e textos completos em anais de eventos, além de ministrar minicursos e participar como debatedor, palestrante ou conferencista em mesas redondas etc.

Qual cidade estava no imaginário coletivo da sociedade? Qual cidade é representada pelas elites e qual é a cidade real?

Dentro desta perspectiva, desenvolvemos diálogo no campo temático de pesquisa da história cultural. De acordo com Pesavento (2003, p. 78), “a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais”. Essa historiografia nos ajudará a compreender o espaço urbano oeirense e o cotidiano da sociedade, com eventuais mudanças e permanências.

A escolha da história cultural se deve ao fato de que ela nos permite um olhar mais direcionado, no que diz respeito a sociabilidades e sensibilidades dos indivíduos que viveram na sociedade oeirense, analisando melhor as suas formas de representação do mundo social. Neste estudo, a cidade é recordada sob a forma de representação simbólica e material do homem. Por esta razão, a vida será percebida coletivamente e individualmente, nos engendramentos diários por meio de práticas e formas de representar. Segundo Chartier (1990, p. 27),

As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o são as categorias psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objecto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com o real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como reflectindo-o ou dele se desviando.

Diante do exposto, as práticas sociais são o resultado das relações entre os indivíduos e o mundo material e imaterial. São as articulações dessas ações que construirão e darão sentido a um objeto da história cultural. Sendo assim, os indivíduos de uma sociedade não deverão ser identificados de modo homogêneo, unívocos nem absolutamente individualizados, mas percebidos como se fizeram representar, incluindo os aspectos ideológicos de cada grupo. Logo, “o objeto da história é, por natureza, o homem, ou melhor, os homens” (BLOCH, 2001, p. 54).

As formas de representação do mundo social defendidas por Chartier⁵ são compreendidas como uma maneira de recriar parte do que foi vivido pelos grupos e

⁵ A ideia de *Representação* em nosso trabalho é baseada na concepção de *Roger Chartier*, presente em: CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990._____.

indivíduos que compõem a sociedade. Por meio delas, seremos capazes de identificar as estruturas do social, interpretando as relações de poder e o cotidiano das pessoas. Dessa forma, é possível identificar que, mesmo existindo um ideal de modernidade, ela nunca cumprirá o desejo almejado pelos proponentes desse projeto remodelador.

Portanto, a modernidade ganhará contornos diversos nos núcleos urbanos, já que o espaço representa múltiplos interesses. Ela também estará sujeita ao desenvolvimento econômico local e ao jogo de poder para que seja efetivada. Dessa forma, embora tenha ocorrido um ideal de modernidade em Oeiras, ele não foi executado com plenitude, pois acreditamos na impossibilidade de um projeto macro capaz de desbancar ou substituir à altura um passado tão glorioso, um passado maior que o presente⁶ na mentalidade daquela gente.

Sendo assim, a modernidade em Oeiras se fez presente pelo efeito de alguns símbolos modernos de modo isolado, haja vista que era uma cidade sem condições para a industrialização, o que nos faz reafirmar o pensamento de Rezende (1997), segundo o qual não necessariamente houve uma relação direta entre a modernidade e a industrialização. “A modernidade tem suas relações intrínsecas com a modernização. Na verdade, é a ideia de progresso que enfeitiça os homens e que veem na cidade seu lugar privilegiado” (REZENDE, 1997, p. 25).

O vertiginoso processo de modernidade implementado em algumas sociedades, incluindo a brasileira, teve como ponto de partida a cidade do Rio de Janeiro, que tentou acima de tudo se assemelhar àquela de Paris Haussman do século XIX. “A primeira cidade brasileira a sofrer um amplo projeto de reforma após o advento da República, referenciando no exemplo civilizador da Paris haussmanniana, [foi] o Rio de Janeiro” (MARTINS, 1998, p. 137).

A cidade de Paris se faz moderna pela ideia das multidões em ritmo frenético. O velho dava lugar ao novo, que emergia numa voracidade sem limites, e a multidão representava a grande mobilidade do que estava se transformando. O *flâneur* de Baudelaire traduz esse espírito da mudança rotineiramente: ele vive a observar as transformações que não cessam no solo parisiense.

O mundo como representação. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

⁶ O prefeito que mais implementou mudanças em Oeiras foi o Cel. Orlando Barbosa de Carvalho. Ele não era oieirense, mas natural de Amarante- PI. Sua presença na cidade foi determinada para assumir a prefeitura durante o Estado Novo.

A multidão é seu universo, como ar dos pássaros, como a água dos peixes. Sua paixão e profissão é despertar a multidão. Para o perfeito *flâneur*, puro observador apaixonado, há um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito (BAUDELAIRE, 1996, p.20).

Segundo Walter Benjamin (1984), o *flâneur* ganha condição de detetive que vive a observar as transformações que acontecem em Paris. “A sua indolência é apenas aparente” (BENJAMIN, 1991, p. 69). Na verdade, ele é um grande observador que acompanha Paris durante seu processo de metamorfose urbana e, conseqüentemente, a construção de campos de novas sociabilidades e sensibilidades⁷. No pensamento de Baudelaire (1996), a modernidade se desfaz e se refaz de maneira simultânea. Por isso, ela “[...] é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo que a outra metade o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE, 1996, p. 24).

Berman (2007), discorrendo sobre o moderno, pondera que o conjunto de experiências as quais compreendem a ação humana no tempo e no espaço “e de si mesmo e dos outros [...] que é compartilhado entre homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como modernidade” (BERMAN, 2007, p. 24). Ainda nos termos de Berman (2007), grosso modo, a modernização seria a experiências apreendida pelas sociedades, como a evolução científica, a introdução de novas tecnologias, o aperfeiçoamento industrial, nos meios de transporte etc. Dessa forma, atingiu praticamente todas as sociedades, porquanto “a modernização desenvolveu uma rede da qual ninguém pode escapar, nem no mais remoto canto do mundo[...]”⁸.

Oeiras viveu suas experiências com o moderno por ter se modernizado em alguns setores, como lazer, higiene, transporte e comércio. Caracterizaremos tais experiências como modernidade ilusória e contraditória. Isto porque poucos faziam parte dela. Enquanto a classe política e letrada divulgava os tempos modernos da cidade, uma grande parcela da sociedade, os populares, não era incluída neste processo. E, em torno dela, era gerado todo um ideal de direito à ressignificação da cidade, marcado pelo ressentimento do passado e gerando um efeito de ilusão no imaginário local.

Para Marc Ferro (2012), o ressentimento é um fenômeno de caráter social, que pode ser constituído ao longo do passado histórico do indivíduo ou grupo social. Por isso, ele o caracteriza de manifestação individual ou coletiva. Porém, o ressentimento

⁷ Benjamin, Walter. *Flâneur*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁸ Id. p. 49.

desses indivíduos possui uma origem e, muitas vezes, nesta origem, estarão as formas de reação dos ressentidos. “Na origem do ressentimento, tanto no indivíduo como no grupo social encontramos sempre um ferida, uma violência, uma afronta, um trauma (FERRO, 2012, p. 14).

As manifestações de ressentimento, seus modos de aparição, seus efeitos através da história. Fenômeno individual ou coletivo afetando tanto grupos quanto nações ou comunidades inteiras, o ressentimento é mais tangível do que, digamos, a luta de classe ou racismo (FERRO, 2012, p. 09).

O ressentimento possui várias formas de manifestação no grupo ou nos indivíduos, podendo ser uma perda inesperada ou até mesmo esperada, dentre outros acontecimentos. No caso de Oeiras, podemos acreditar que sua origem está ligada à perda do status de capital. Como resultado, parte do grupo político e letrado que não a acompanhou, perdendo privilégio e poder. Destarte, cremos que aí subjaz a raiz do ressentimento oeirense, pois não acreditamos que todos os oeirenses tomaram esse fato como um marco divisório em suas vidas. Ao que tudo indica, para os desamparados do governo, o município continuou da mesma forma, ou seja, esses cidadãos permaneceram desassistidos. Também pouco se fez caso daqueles que seguiram a capital e compuseram o governo na nova capital, Teresina.

O ressentimento, na concepção nietzschiana, ganha forma de manifestação diferente daquela adotada por Ferro (2012). Para Nietzsche, citado por Adamec (2012), o ressentimento sempre vai estar ligado a uma questão de inferioridade, com atitudes reativas ligadas ao ódio e à vingança. O ressentimento surgiria apenas entre os inferiores. De acordo com Adamec (2012), o ressentimento, para Nietzsche, “decorre de uma situação de desigualdade, na qual o inferior não consegue se adequar ao superior em termos materiais, sociais, políticos e muito menos morais” (ADAMEC, 2012, p. 108). É importante destacar que, para o filósofo, “o ressentimento pode acometer mesmo as almas nobres. Contudo, logo se esvai pela ação, não tendo oportunidade de se entranhar e criar efeitos negativos” (NIETZSCHE apud ADAMEC, 2012, p. 108). Assim, o ressentimento, nos termos de Nietzsche, seria um sentimento próprio das classes inferiores; logo, não condiz com a realidade oeirense.

Entretanto, o ressentimento sempre estará ligado a acontecimentos históricos concretos. Conforme o pensamento de Adamec (2012), o ressentimento não teria

necessariamente ligações com as condições de “desigualdade e diferenças objetivas, mas, sim, da incompreensão, de visões e interpretações distintas sobre acontecimentos reais, que não condizem com as expectativas mútuas” (ADAMEC, 2012, p. 116).

De fato, a transferência da capital foi tomada não em condições de desigualdade por todos, mas pela incompreensão de muitos, acreditando ou mesmo “fantasiando” a desabituação completa da cidade, o que criou na memória coletiva uma situação traumática, diante da qual diziam não ter condições para se “reerguer”. Portanto, a memória do grupo passado foi atingindo a memória do grupo daquele presente. Segundo Pollak (1992, p. 201), a memória individual é constituída por “[...] aqueles acontecimento vividos pessoalmente”. A memória coletiva, por sua vez, “são acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201).

Apresentamos o conceito de memória coletiva consoante o pensamento de Halbwachs (1990), para quem a memória nunca será totalmente individual. Ela sempre remeterá a um grupo, à coletividade. Mesmo para aqueles que imaginam possuir um conjunto de lembranças individuais, elas sempre remeterão a um grupo ou espaço compartilhado. “Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas não são lembradas pelos outros mesmo que trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nós vimos. É porque na realidade nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Foram nessas lembranças individuais, mas envolvidas em meio à coletividade, que encontramos detalhes importantes do passado histórico oeirense, não tratadas em outras fontes. A história oral nos permitiu uma aproximação maior com a vivência da cidade, já que ela transmite as emoções do tempo e é carregada de sensibilidade. Foi pela história oral que pudemos perceber toda a extensão da cidade e as formas de relacionamentos que se desenvolviam entre os habitantes. Por isso, para Philippe Joutard (2000), um dos desafios da história oral é “[...] ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos, trazer à luz as realidades ‘indiscutíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não conseguiu transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” (JOUTARD, 2000, p. 33).

Entendemos a história oral não é apenas como uma técnica de ouvir e copiar palavras, mas encontrar nestas palavras a cidade vivida, conforme percebidas pelos indivíduos e seus pares, as concepções de mundo no contexto de sua sociedade. Logo,

Oeiras, por meio da memória de nossos entrevistados, foi-nos apresentada de forma mais qualitativa que quantitativa. Segundo Alberti (2010, p. 165), “uma das maiores riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”.

Na história oral aqui praticada, encontramos a presença forte do ressentimento, mas foi na escrita de memorialistas e na literatura que percebemos a alma ressentida daqueles que escreveram suas memórias ou criaram personagens que se confundiam em alguns momentos com a realidade estabelecida e acreditada. Na escrita literária, há momentos em que o imaginário é deixado de lado e o texto se torna uma descrição da vida real do autor ou de grupos sociais. “Mesmo quando o autor diz abdicar de qualquer distinção entre o vivido e o imaginado, efetivamente a consciência autoral sabe que há momentos que são puras transcrições jornalísticas do acontecido [...]” (BOSI, 2013, p. 226).

Em nosso leque de fontes, trabalhamos também com jornais, mais precisamente com o *Correio Oeirense*, periódico com poucos meses de publicação. Mesmo sendo representado pelo grupo dominante local, pudemos contar com informações peculiares sobre o cotidiano da cidade, principalmente sob o prisma do olhar desse grupo de forte poder de representação política e intelectual.

Lucca (2010) afirma que os jornais não são obras solitárias. Eles agregam muito mais do que imaginamos. O jornal expressa a coletividade daqueles que o compõem, que, por sua vez, carregam consigo um conjunto de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita⁹. Porém, como nosso interesse é Oeiras enquanto cidade e município, todas as relações e tramas do cotidiano local nos interessam. Também nos foram oferecidas informações preciosas por meio do contato com documentos oficiais.

O trabalho com o arquivo público nos proporcionou diversas informações acerca da rotina da administração municipal. Dentre eles, relatórios, decretos, balancetes e correspondências. Estas últimas, por exemplo, forneceram muitas informações tratadas principalmente com autoridades estaduais e nacionais, bem como negociações de compra entre comerciantes de outras cidades e a Prefeitura local. Foram por meio destas informações que pudemos acompanhar o processo de transporte das mercadorias que

⁹ LUCCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassaneze. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

chegavam a Oeiras. Quando se tratava de compra de materiais para as obras públicas, os documentos eram carregados de detalhes, tanto das obras como do formato das peças, a exemplo daquele referente à compra das portas e “mesas” para o mercado de carne, no qual o prefeito solicitava material perfeitamente estético e que oferecesse higiene, justificando que a largura e a quantidade de portas se destinavam a facilitar a circulação do ar.

Por fim, as fontes imagéticas foram adotadas como representação das manifestações sociais. Estes registros foram criados pelo próprio homem que buscava transmitir os eventos do passado para nos apresentar suas condições de vida e experiências sociais. As fotografias nos darão, de certa forma, uma dimensão de suas realizações. Geralmente de forma consciente, as pessoas criaram estes registros objetivando perpetuar o que era digno de ser guardado na memória de seus pares e de outrem. “Falar em imagem é falar em representações e o homem sempre sentiu necessidade de representar a si próprio e o mundo em que vive ao reproduzir imagem [...]” (CABRAL FILHO, 2009, p. 21).

Deve-se, por outro lado, que a imagem fotográfica é um meio de conhecimento pelo qual visualizamos microcenários do passado, contudo ela não reúne em si o conhecimento do passado. O exame das fontes fotográficas jamais atingirá sua finalidade se não for alimentada de informações iconográficas [...]. É um engano pensar-se que o estudo da imagem enquanto processo de conhecimento poderá abdicar do signo escrito (KOSSOY, 2001, p. 78).

Sendo a fotografia utilizada como forma de representação de passado, procuramos perceber cada indício do mundo real e imaginário que ela podia nos oferecer. Para tanto, não apenas nas análises imagéticas, mas também em todo nosso acervo de fontes, adotamos o método indiciário de Ginzburg (2011). Segundo ele, o historiador deve seguir indícios, evidências. Para o referido autor, a evidência na história não deve ser igual à realidade, como muitos acreditam, mas se dar como um caminho que leva à realidade. “Ninguém aprende o ofício de conhecer ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes” (GINZBURG, 1989, p. 179).

Entendemos que as fontes *per se*, sem questionamento, não oferecem condições suficientes para conhecermos o passado. É necessário que o historiador assuma o papel de detetive, não descartando nenhuma pegada, nenhum fio, pois só assim seremos

capazes de realizar uma história em condições de narrar a vida dos sujeitos sociais do passado. Desta feita, para uma melhor compreensão da nossa narrativa, dividimo-la em três capítulos, determinados por ordem temporal.

No primeiro capítulo, intitulado *Oeiras: entre crise e desejo*, apresentamos a aludida crise econômica, social e política por parte daqueles que acreditavam que a transferência da capital havia deixado a cidade sem “funcionalidade”, pois encontraram alicerces para seus discursos de ressentimento pela perda do status de capital. Em seguida, trataremos do cotidiano dos cidadãos nas primeiras décadas do século XX, dando ênfase às representações do meio social e cultural. A partir de então, serão notados os primeiros contatos de Oeiras com o moderno, como o teatro e o cinema itinerante, embora estas representações de iniciativas particulares não sejam concebidas como progresso pela elite política e intelectual local.

O segundo capítulo, cujo título é: *Tentativas, sonhos e desejos para criar um espaço urbano moderno e ressignificado*, buscou analisar o período que as elites apontam para a chegada do moderno em Oeiras. Acreditava-se que a crise estava passando e iniciava-se a fase de progresso a partir de 1930, com o fim da antiga intendência municipal. Porém, de fato, a partir deste período, o processo de modernização se intensificou, com a conquista de signos modernos como o pouso de avião, cinema, mercados, aparelho de rádio, praças e novos calçamentos. Procuramos principalmente identificar como aconteciam as relações individuais e coletivas dentro de cada espaço e a relação do moderno com o tradicional.

Finalmente, no terceiro capítulo, intitulado *Reforma urbana: a formação do espaço dos escolhidos e excluídos*, apresentaremos a cidade entre o período de 1937 e 1945, sob o prisma do Código de Postura Municipal, por meio do qual o então prefeito tentou disciplinar os oeirenses em conformidade com a cidade que tentava projetar, criando medidas de higiene urbana e ordenamento de ruas, bem como imprimindo autoridade policial aos cidadãos, determinando praticamente um toque de recolher para alguns membros da sociedade. Estará igualmente em evidência o mundo da prostituição e o completo abandono por parte do poder municipal quanto ao tratamento de doenças epidêmicas que assolavam a população urbana, periférica e rural, consumida pela malária e pela febre tifoide.

CAPÍTULO I

OEIRAS, ENTRE CRISE E DESEJO

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bondes, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos [...]. A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Robert Ezra Park¹⁰.

1.1 Oeiras: últimas décadas do século XIX

Neste capítulo, apresentaremos Oeiras da segunda metade do século XIX até as três primeiras décadas do século XX. Nesta abordagem, a cidade será vista principalmente pelo cotidiano de seus moradores e pelas marcas do passado ressentido presente na literatura local. Destacaremos a ideia de *crise* como manifestação do ressentimento e o *desejo* de ressignificação da cidade presente na retórica de políticos e letrados.

Assim, objetivamos mostrar que a perda do status de capital proporcionou perdas, sim, mas não o suficiente para que gerasse tanto “sofrimento” por anos a fio, sem que a cidade pudesse sair da situação de estagnação econômica, decorrente de décadas anteriores. Esse discurso aludido fez com que algumas conquistas da modernidade instaladas na cidade no final do século XIX e início do século XX não fossem percebidas.

Diante disso, Oeiras foi caracterizada por muitos de seus cronistas e literatos como uma cidade que entrou em uma fase de “decadência” e tristeza logo após a transferência da capital, na segunda metade do século XIX. Porém, analisando a questão mais amiúde, temos a devida responsabilidade de apresentar elementos os quais

¹⁰ PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestão para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26.

julgamos importantes para que possamos compreender essa imagem de nostalgia e crise que tanto marcou a identidade do oeirense. Os escritores que até agora abordaram o tema não apresentam dados pertinentes para essa fase “decadente”¹¹ que a cidade viveu. Esses discursos foram construídos por meio de pequenos relatos em periódico e na literatura local. Por isso, percebeu-se a ausência de uma história do urbano que nos proporcionasse identificar essa imagem de perda material e simbólica, marcada pelo ressentimento social.

De acordo com Adamec (2014), o ressentimento de alguma forma vai estar presente entre os indivíduos. Seja de forma coletiva ou individual, ele é gerado de acordo com nossas expectativas diante do outro, e, quando não reconhecidas ou respeitadas, geram atitudes de reação¹². No caso oeirense, as atitudes reativas do ressentimento foram criadas diante das dificuldades materiais atribuídas à saída da capital, além da tristeza daqueles que sentiam-se representados pelo poder de outrora.

Para o imaginário dos oeirenses, sediar a capital os tornava diferentes, “superiores”. Por isso, a perda tinha mais a ver com uma representação simbólica do que material. Assim, a ideia de cidade estagnada, em crise, toma conta do discurso local. Inclusive a própria elite política do momento fará uso de toda essa retórica, incorporando-a ao imaginário coletivo da sociedade para justificar a situação de atraso que envolvia o município. Desse modo, a culpa de quase todas as dificuldades locais recaía sobre o fato de Oeiras não ser mais a capital do Estado.

Não podemos negar também a existência de perdas materiais, mas por que a cidade se arrastou por quase um século? Não seria mais plausível justificar as dificuldades geográficas e econômicas, que, por sua vez, foram o motivo da saída da capital para Teresina? O fato é que o sentimento de perda e o medo até de desaparecer envolveram a sensibilidade do oeirense por muitas décadas. “Pobre cidade triste, sem perspectivas de progresso. Com a transferência, seguirão para a Vila Nova do Poti os ricos, os inteligentes, os mais cultos e importantes”¹³. Era esse o sentimento de alguns

¹¹ Le Goff (2003) vê o “termo decadência de difícil caracterização”, uma vez que significa declínio, desmoronamento, o que torna difícil caracterizarmos uma cidade enquanto totalmente decadente, já que existem muitos elementos de representação simbólica e material envolvidos no cotidiano social. Portanto, “onde seria legítimo empregar a palavra decadência, surge outro termo muito adaptado às realidades históricas - crise” (LE GOFF, 2003, p. 411).

¹² ADAMEC, Martin. **A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido**. 2014. 225f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: www.repositori.unb.br. Acesso em 22 de mar. 2015.

¹³ C. RÊGO, José Expedito. **Vaqueiro e Visconde: biografia romanceada de Manuel de Sousa Martins**. 2. ed. Teresina: [s.n.], 2009. p. 237.

que defendiam a permanência da capital em Oeiras, mas este não foi o sentimento de todos os que compunham o quadro político local, pois, de acordo com Rêgo, o Presidente da Província teimava em levar a capital e ainda encontra “oeirenses que apoiam, não sei se por convicção ou levados pela ambição [...] essa medida será o fim para nossa cidade” (RÊGO, 2009, p. 237). No entanto, diante do exposto, a preocupação era maior com o status da cidade, em detrimento do próprio desenvolvimento econômico, social e cultural que uma capital poderia adquirir.

Nesse sentido, acredita-se que ocorreram algumas perdas de ordem material, política e moral. As perdas de ordem material afetaram a infraestrutura, não o setor econômico, visto que a cidade já se encontrava num estado de estagnação econômica desde o século XVIII, quando a Província do Piauí perdeu o mercado da carne de gado que se realizava com região mineradora de Minas Gerais e o nordeste canavieiro, situação que atingiu não apenas Oeiras, mas o Piauí como um todo. De acordo com Mendes (1995, p. 59),

o Piauí forneceu carne aos núcleos urbanos do litoral nordestino, quando ocorreu a expansão da economia canavieira, e também para as regiões mineradoras de Minas Gerais, mas já no final do século XVIII o gado da região mais próxima e o charque do Rio Grande do Sul ocuparam esse mercado.

No entanto, mesmo quando capital, Oeiras não apresentava o desenvolvimento de outras capitais, como Recife, São Luís, Fortaleza etc., e até de algumas cidades do interior. Anos após a transferência, sua população continuava predominantemente rural, vindo ao núcleo urbano apenas para realizar compras de alguns alimentos não produzidos no campo e para vender o que era produzido no meio rural, produtos como farinha, rapadura, animais, feijão etc. Por conta de seu isolamento geográfico, poucos precisavam do centro urbano. Logo, tratava-se de um mercado aparentemente pequeno, mas que se manteve ativo, independentemente da crise instalada e justificada por aqueles que comandavam o poder político local.

O comércio local não abastecia outros mercados, nem servia como ponto de passagem de mercadorias e pessoas para outras regiões, já a que a cidade de Floriano garantiria esse entreposto comercial, por conta de sua localização geográfica no Médio Parnaíba. O Rio Parnaíba era a única rota de transporte que ligava o sul ao norte do Estado, sendo o meio mais eficiente de transporte para a entrada e saída de produtos

entre as cidades piauienses. Depois do desembarque em Floriano, a mercadoria era transportada no lombo de animais por pessoas pagas pelo comprador ou por caixeiro viajante. Por isso, Oeiras não ganhou visibilidade comercial.

Acreditamos que o comércio oeirense enfrentou mais dificuldades pelo isolamento geográfico ocasionado pela distância do Rio Parnaíba do que pela saída da capital, haja vista que, após a queda na exportação do gado, o Piauí não adquiriu outro produto com tempo de produção em longo prazo. Por esse motivo, as dificuldades regionais se acumulavam e a falta de estrutura urbana era notória nas cidades piauienses, inclusive em Oeiras, que fora capital do Estado. Dessa forma, Oeiras já estava vivendo dificuldades econômicas antes que o poder administrativo do Estado saísse rumo a Teresina.

Em meio a toda essa retórica e descompromisso com as questões locais, a única casa de saúde existente na cidade passava por dificuldades para manter-se de portas abertas. Esta já enfrentava dificuldades materiais antes da transferência da capital, acarretando grande perda para os moradores que precisassem e desejassem recorrer aos serviços básicos de uma casa de saúde, por conta do não investimento neste setor. “Com a transferência da capital para Teresina, em 1852, ficou o hospital de Oeiras reduzido a uma enfermaria e, em 1861, até essa enfermaria foi extinta” (RÊGO, 2009, p. 38). Dr. Nelson, personagem literário de José Expedito Rêgo na obra *Malhadinha*, vive o dilema de ter um diploma de médico e não encontrar lugar para exercer a medicina, sendo chamado para alguns casos raros nas residências para tratar a enfermidade dos que podiam pagar e para os poucos trabalhos de parto, visto que as mulheres prefeririam as parteiras a um médico. Essa situação o obrigou a recolher-se a maior parte de seu tempo na fazenda “Malhadinha”, pois, para realizar o trabalho de atendimento público, precisava ser remunerado.

Nelson [...] tentara voltar a Oeiras, abria um consultório, e talvez pusesse em funcionamento o velho hospital abandonado [...]. O hospital de Oeiras não tinha a menor possibilidade de reativação. O governo provincial, sediado em Teresina, estava sem recursos financeiros para manter em funcionamento a velha casa de saúde, tão pouco deles dispunha o município decadente (RÊGO, 2004, p. 48-52).

Mediante o exposto, percebemos que o mau desempenho da economia não era uma condição que atingia apenas Oeiras, mas o Piauí. Então, acreditamos que a saída da capital de fato não foi o fator determinante da estagnação econômica oeirense.

O Hospital de Caridade, localizado no bairro do Rosário, ao lado sul da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fora desativado anos depois da transferência da capital, ocorrência justificada pelos que comandavam a política local por conta da ausência de recursos para a devida funcionalidade da instituição para o atendimentos aos doentes, inclusive mentais. O grupo intelectual não cansava de alegar o destino do município, o qual, para ele, continuava sem perspectiva de desenvolvimento. “A velha cidade, cercada de morros, cochilava às margens do riacho murmurante [...] riacho benfazejo, e a vida prosseguia [...]” (RÊGO, 2004, p. 112). Para os intelectuais locais, a cidade prosseguia em passo de descontinuidade. Não há discursos que apontem para a expectativa de progresso. A cidade é representada pela tristeza e saudade.

Pelo censo geral de 1872, o município de Oeiras tinha uma população de 12.794 habitantes, entre livres e escravos, sendo a maioria composta de moradores da zona rural. Entretanto, tratava-se de uma cidade pequena, apresentando pouco desenvolvimento urbano. Não obstante, para alguns moradores, toda a crise pela qual Oeiras estava passando era ocasionada devido à transferência da capital, e, portanto, passaram a construir uma imagem de ressentimento no imaginário coletivo daqueles que conheciam a causa. Carvalho Júnior (1980, p.129), em *Oeiras: viagem sentimental*, traduz esse sentimento: “Fato incalculável consequência, reflete-se hoje ainda, no espírito de nossa cidade esquecida”. Contudo, nem toda a comunidade local era marcada por esse sentimento, dada a falta de comunicação entre cidade e campo. Porém, o medo de a cidade desaparecer era grande por parte daqueles que haviam perdido com a mudança da capital. Na biografia romanceada de Manuel de Sousa Martins¹⁴, Rêgo (1986, p. 239) faz uso da fala do velho Visconde:

Uma pena, Oeiras entrava em agonia, em decadência, se não viesse a desaparecer por completo. Ouvia falar em cidades extintas. Talvez se preservasse Oeiras, quando menos como cidade relíquia. Oeiras era a própria história do Piauí [...]. Se Oeiras morrer, o Piauí perderá grande parte de sua vida.

O telégrafo chegou ao Piauí em 1880, sendo instalado em Teresina, capital da Província. De acordo com Chaves (1998), essa grande dádiva de comunicação quase

¹⁴ *Manuel de Sousa Martins* nasceu no município de Oeiras em dezembro de 1767, hoje pertencente à cidade de Jaicós. Foi presidente da Província entre 1824 e 1843. Teve notoriedade quando participou das lutas pela Independência do Piauí em 1823. Chegou ao posto de Brigadeiro e Visconde. É uma das figuras políticas mais lembradas da cidade, por ter resistido por muito tempo ao desejo da transferência da capital para outra região do Piauí. É patrono do Instituto Histórico de Oeiras (IHO).

instantânea expandiu-se primeiramente para o norte da Província e, mais de uma década depois, para a região sul do Piauí. Era um meio de comunicação que ligaria as cidades piauienses a outras regiões do país¹⁵. Para as cidades que receberam o telégrafo, este marca uma nova era. No que diz respeito à comunicação, foi uma inovação que teve grande receptividade por onde passou.

A chegada do telégrafo em 1896 a Oeiras simbolizava o progresso, a experiência com o moderno. Este advento poria fim a algumas questões de isolamento urbano tão reclamadas pela elite intelectual que, a partir daquele momento, poderia receber e repassar informações para outras cidades, inclusive fora do seu alcance territorial.

Entretanto, a instalação do telégrafo e a proclamação da República (1889) parecem não ter despertado novas expectativas entre a população que vivia ressentida, achando-se esquecida. Logo, diante do forte sentimento de perda, nem mesmo o telégrafo fez com este grupo notasse que a cidade estava entrando numa nova fase. O sentimento de ressentimento suplantava a condição de perceber novas conquistas diante do que foi perdido. Por isso, o telégrafo quase não aparece na escrita dos letrados, o que nos fez crer que mesmo sendo um bem de grande importância para aquela sociedade, não teve o destaque que julgávamos merecer.

Portanto, o discurso decantado de cidade em crise adentra o século XX. Representa um espaço urbano em que as significações estão no passado, na memória daqueles que carregaram esse passado ressentido. Assim, as três primeiras décadas do século XX são representadas ainda pela ideia de crise e o desejo de superá-la, visto que a pretensa crise foi uma forma reativa de representar o ressentimento diante do outro.

1.2 Oeiras, nas primeiras décadas do século XX

Oeiras continuava sendo caracterizada como uma cidade melancólica, triste, totalmente desprovida de progresso, onde os discursos produzidos por alguns e reproduzidos por outros apontam para o viver baseado em recordações, em tempos nostálgicos. Como consta no hino da cidade, “As glórias dos tempos passados colhemos aqui¹⁶”. É essa Oeiras apresentada por muitos dos que elaboraram discursos sobre o local, remontando a um tempo passado, transcorrido, impossível de ser recuperado, mas que dignificava o presente. Dessa forma, os sinais evidentes de modernização do espaço

¹⁵ Cf. CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

¹⁶ HINO DA CIDADE DE OEIRAS. Letra de José Expedito de Carvalho Rêgo. Música de Dionísio Rosa Reis. Disponível em: <<http://oeiras.pi.gov.br/hino-da-cidade/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

passam despercebidos, que de certa forma, foram pequenas conquistas, mas capazes de provocarem transformações comportamentais no cotidiano social.

Mas, em meio a essas transformações, não objetivamos encontrar em Oeiras o Rio de Janeiro de Pereira Passos, que se projetava para o novo, o belo, o móvel, o trafegável. Muito menos a Paris do *flâneur* de Baudelaire (1991). Em Oeiras, o *flâneur* não precisava “exercer a botânica do asfalto”¹⁷. As pessoas não pareciam concorrentes entre si; era um tipo de vida lenta. Jamais almejou alcançar a Berlim vivida por Simmel e descrita por Waizbort em *As aventuras de Georg Simmel*: “[...] não há partes antigas na cidade, não há barro adormecido no passado” (WAIZBORT, 2000, p. 313).

Pelo contrário, em Oeiras, tudo ocorre ao darmos crédito a inúmeras representações ressentidas a respeito do barro adormecido como prova do passado. É ele que dignifica a cidade pelo poder que representava diante do que foi perdido. Por isso, segundo tais representações, pouco se projeta para o futuro. Logo, não se almejam semelhanças entre Oeiras e outras cidades de maior porte. Para Waizbort (2000, p. 317),

a oposição da cidade grande com o campo e a cidade pequena é a oposição entre o mais lento e o mais rápido, entre o mais habitual e o que não se torna habitual, devido às mudanças contínuas. A oposição entre cidade grande e cidade pequena exprime que a diferença entre elas, ou melhor, o elemento que as diferencia, é de natureza quantitativa. Mas se trata de uma diferença quantitativa que se torna qualitativa.

Para Oeiras, naquele momento, a descontinuidade da vida urbana tornava-se mais importante que a continuidade de uma vida nova. Reviver sua história entre escombros envolvidos pela sombra de um passado “morto” parecia ter seu significado. Aceitar o declínio não era aceitável. O melhor seria reviver o passado e justificar a fase de crise por meio dele. Os oeirenses não aceitavam que

toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras formações [...]. Desestruturações e reestruturações se sucedem no tempo e no espaço, sempre trazidas pela prática, inscrita no prático-sensível, escrita no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história do devenir (LEFEBVRE, 2001, p. 60).

¹⁷ BENJAMIN, Walter. Paris do segundo Império. In: _____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo: Obras escolhidas** vol. III: São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 70.

O Piauí viveu uma fase importante nas primeiras décadas do século XX, com a extração da maniçoba¹⁸, látex usado na fabricação de borracha, que rendeu grande exportação para o Estado, e Oeiras era uma das principais produtoras, fazendo com que o município tivesse um crescimento populacional considerável entre o fim do século XIX e a primeira década do século XX. Se levarmos em conta as condições do Estado e da cidade, é possível notar o aumento considerável no contingente humano. Em 1900, o município de Oeiras tinha 24.567 moradores, entre zona urbana e rural, elevando-se esse número para 28.335 habitantes em 1910, apresentando crescimento em torno de 13,30% nesta década. No entanto, os dados populacionais apontam para o crescimento de certa forma destoante das representações aludidas sobre a cidade em “atraso”, haja vista que as transformações urbanas não são constituídas apenas por demolições e construções.

Segundo Castells (2006), o desenvolvimento econômico não está ligado ao processo de urbanização, sendo esta uma das características das regiões subdesenvolvidas. “Sabemos que a característica principal do subdesenvolvimento, além da falta de recursos, é a impossibilidade de uma organização social capaz de concentrar e dirigir os meios existentes em direção ao desenvolvimento da coletividade” (CASTELLS, 2006, p. 81).

Neste período, o município era governado pelo intendente, administração implantada com a República. Tudo indica que não houve interesse político para o gerenciamento dos recursos provenientes do látex, ou o tempo de exploração de aproximadamente uma década foi curto para que pudesse causar as transformações sociais e econômicas tão desejadas.

Segundo Soares Filho (1992), a borracha da maniçoba não deixou marcas na vida pública ou privada entre os oeirenses pelo menos no período citado. Em geral, eles acreditam que o dinheiro ganho com a maniçoba foi empregado de modo incorreto. Não deixando quaisquer rastros de progresso, os recursos provindos do látex não causaram transformação por ter como destino as mãos de pessoas indevidas, o que modificou o cotidiano da cidade com muita bebedeira e arruaça.

A cidade viveu, nos anos de 1902-1904, uma verdadeira “febre da Maniçoba”. Os preços deste produto, abundantemente nas chapadas do município, atingiam cotações muito altas, e muita gente ganhou

¹⁸ *Maniçoba*: vegetal que possui uma espécie de leite no caule, utilizado na fabricação de borracha.

dinheiro nesse curto período. Ganho rapidamente e da mesma forma desperdiçado – nas mãos de aventureiros, esse dinheiro não deixou nenhuma obra física na cidade. O que se viu registrado foram arruaças e farras, acompanhadas de excessos que provocaram o pânico nas pessoas pacatas, acostumadas com a vida tranquila do interior. Os maniçobeiros, como foram alcunhados, deixaram as autoridades praticamente indefesas, já que o destacamento policial era apenas três soldados (SOARES FILHO, 1992, p. 180-181).

Estes maniçobeiros que “invadiram” a cidade eram agricultores que trabalhavam na extração da maniçoba e vinham à cidade para vender o produto e realizar compras no comércio local, ocasião em que bebiam cachaça. Como essas vindas se intensificaram, as ruas adquiriram um movimento mais intenso, e o comércio adquiriu um fluxo maior de pessoas, principalmente de agricultores. Por esse motivo, os dirigentes e a elite local sentiram-se ameaçados e incomodados pelas visitas destes trabalhadores, chegando a solicitar reforço policial às autoridades na capital.

Segundo Queiroz (1984)¹⁹, a extração da maniçoba no Piauí teve seu auge de produção entre os anos de 1900-1911. Porém, levando em conta essa afirmação, podem-se constatar decréscimos populacionais em Oeiras depois da primeira década do século XX. O município, que em 1910 possuía 28.335 pessoas, passa em 1920 para 24.563 habitantes. Portanto, houve uma redução no percentual de moradores de 13,3%. Queiroz (1996, p. 93), afirma: “Oeiras, que vivia em secular processo de decadência, acentuada pela perda da função de capital do Estado em 1852, teve um surto de reflorescimento com a exploração da maniçoba”.

O progresso era notório nesta fase, principalmente em torno do comércio, por meio do qual os maniçobeiros vendiam o látex e compravam produtos de consumo. Destarte, a dinamicidade comercial empreendia alterações no cotidiano do município. Este espaço de compra e venda tornou-se o núcleo principal da cidade naquele momento. Conforme Leite (1996, p. 14), “a intensidade e os limites da modernização dependiam das especificidades das condições econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outros, dos locais onde ela se dava”.

Neste período, a aglomeração urbana de Oeiras concentrava-se ao redor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, e em direção ao Riacho Mocha (Rua do

¹⁹ Terezinha de Queiroz, em sua pesquisa intitulada *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí (1900-1920)*, mostra o quanto a extração desse vegetal foi importante, principalmente para as cidades que extraíram o látex. A maniçoba deixou um rastro de positividade na economia do Estado. Portanto, é perceptível o quanto a maniçoba significou para o progresso em Oeiras, numa fase de poucas perspectivas, em que a cidade estava alimentada pela perda do status de capital e sonhava com o progresso.

Fogo), no lado oeste. A cidade não possuía praça antes de 1940. Assim, quando houver referência às praças antes deste período, trata-se de dois espaços, onde acontecia a feira pública aos sábados, e em frente à igreja, espaço utilizado para festas religiosas e também como campo de futebol. Carvalho Júnior (1980, p. 127) descreve o centro da cidade: “Na ala nascente da Praça, estão a igreja, primeira Matriz do Piauí [...] e, à sua direita, o sobrado João Nepomuceno [...]. À esquerda, ergueu-se outrora a importante Cadeia Pública [...]”. Era assim composto o núcleo central da cidade. Circulando a Igreja Matriz, ainda havia o sobrado da família Ferraz e outras residências de famílias ilustres.

O aspecto mais saliente do traçado tradicional (e/ou colonial) era a organização dos prédios em torno de praças entendidos como prolongamento dos adros das igrejas, espaços de dispersão de fins após missa. A igreja matriz e sua praça são, dentro dessa concepção, ladeada pelas residências dos familiares ilustre e, a partir desse centro, estendem-se as diversas ruas, com os prédios de moradores e negócio dos comerciantes, até se perderem nas ruelas e becos habitados por artesãos e outros trabalhadores (AVILA, 2008, p. 15).

Os bairros que existiam nesta época eram considerados subúrbios; não representavam o que Mayol (2008, p. 41) afirma: “[...] o bairro é o pedaço da cidade [...]”. Enquanto as famílias abastadas residiam em casas e sobrados próximos à Igreja Matriz, os pobres viviam em condições de extrema miséria, compondo bolsões de pobreza nos arredores da cidade. Nestes ambientes, não havia definições de ruas, sendo constituídos por um bom número casas de taipa cobertas com palha de carnaúba²⁰, onde se criavam animais e realizavam plantações para o consumo doméstico. Os moradores considerados ricos também possuíam roças nos arredores de cidade, para as atividades de agricultura e pecuária.

A Cidade é marcada pela vida tradicional, principalmente no tocante ao viés econômico, necessitando do campo para a manutenção do mercado interno. Havia uma relação não de dependência entre campo e cidade, mas de troca entre tais serviços: um possibilitava a sustentabilidade ao outro, ou seja, o campo encontrava na cidade o que a zona rural não oferecia e vice-versa. São espaços que se confluem em forma de reciprocidade, embora que, quando se trata de organização interna, apresentem diferenças.

²⁰ *Carnaúba*: espécie de palmeira muito comum nas terras piauienses. O caule era bastante utilizado no teto das residências e a palha servia para cobri-las. Também utilizada na alimentação do gado.

O camponês mantém relações com a cidade principalmente para vender produtos extraídos do campo. A cidade era um centro de maior consumo; portanto, absorvia o que era produzido neste espaço, ainda que estes também usufruíssem do que a cidade oferecia, isto é, a aquisição de gêneros provindos de outros centros urbanos, já industrializados.

Em Oeiras, se levarmos em conta dados oficiais demográficos entre o urbano e o rural, encontraremos o predomínio do rural sobre o urbano. Isto, contudo, não a desclassifica enquanto cidade que matinha com o campo um relação de confluências. Embora o campo possuísse mais habitantes, o espaço urbano era mais denso e intenso, possuindo mais pessoas por menos metros quadrados e, conseqüentemente, oferecendo serviços que não eram possíveis no campo.

O centro da cidade compreendia uma área muito pequena e pouco urbanizada, ruas sem calçamento e tomadas pelo mato, com circulação de um grande número de animais domésticos. Para Soares Filho (1990, p. 12), “nas primeiras décadas deste século a nossa cidadela ainda era cercada por grande quantidade de fazendas. A Rua Grande, hoje Zacarias de Góis, formava o limite da cidade [...]”.

Portanto, diante do exposto, Oeiras compreendia uma estreita faixa de terra. Tendo como ponto de partida o Riacho Mocha, a oeste, e como ponto de chegada o leste, a Rua Grande, a distância era de aproximadamente um quilômetro (Figura 09), que marcava a saída em direção ao futuro bairro “Oeiras Nova”, favorecido pela abertura das avenidas Rui Barbosa e José Tapety, ocorrida na década 1940. Na direção norte, o limite era o Cemitério do Santíssimo Sacramento e, para os lados oeste e sul, o limite ficava por conta dos riachos “Pouca Vergonha” e Mocha.

A ação humana vai recompondo o espaço urbano. Há momentos em que pensamos ser ele simplesmente dado e não construído passo a passo pelas atitudes dos seres humanos. “O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que ligam a ele, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (CASTELLS, 2006, p.181).

Oeiras, no início do século XX, era uma cidade com características urbanas da fase colonial, com a existência de poucas, curtas e estritas ruas. Isto se verificava na parte considerada mais importante, que era ao redor da Igreja Matriz e no espaço onde acontecia a feira livre aos sábados.

Quando falamos de sociedade urbana, não se trata nunca da simples constatação de uma forma espacial. A sociedade urbana, no sentido antropológico do termo, quer dizer certo sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma organização específica histórica e uma lógica própria de organização e transformação (CASTELLS, 2006, p. 127).

Oeiras apresentava características de cidade do interior, mas isso não incomodava seus moradores, que acreditavam estar vivendo na ex-metrópole piauiense, como era caracterizada por muitos de seus escritores. Mesmo porque, a qualquer momento, aquela importância que haviam perdido poderia voltar, não com o retorno da capital - esse desejo era impossível de ser realizado - mas criando novas formas de vida material, social e cultural adequadas ao modelo de sociedade que a cidade representava, visto que

[...] cada modo de produção teve seu tipo de sociedade. A descontinuidade (relativa) dos modos de produção baliza a história da realidade urbana, ainda que esse balizamento nada tenha de exclusivo e que outras periodizações sejam possíveis. Em particular a que mostra mais perto a sucessão dos tipos urbanos e que não coincidem completamente com a periodização primordial. Ora, cada tipo urbano propôs e realizou uma centralidade específica (LEFEBVRE, 2001, p. 128).

Considerando que Oeiras estaria em crise, cabendo aos filhos da terra encontrar uma saída para a situação estabelecida, em meio a essas expectativas, faz-se necessário perguntar: qual modelo de cidade desejariam os oeirenses? Quais eram as lembranças e sonhos? A cidade ainda possuía o amor e o apego dos conterrâneos. Mesmo diante da perda do poder de representatividade da “mãe pátria”, continuava singular. Para Rêgo, a velha cidade continuava sempre única na singeleza e singularidade. O autor acreditava que a importância histórica da cidade para o Piauí não deixaria de existir. “Tu sempre serás”, neste caso, sinônimo de grandeza, significação e autorrepresentatividade, cujo hino faz coro com essa ideia de cidade única. Ao mesmo tempo, existe a crença em um futuro melhor para quem habitava Oeiras.

Oeiras invicta
tu sempre serás
Ó terra bendita
de amor e de paz

Também no futuro nós cremos Oeiras
coberta de louros,
Serás por teus filhos malgradadas canseiras
da sorte e desdouros²¹.

Grande parte do que foi escrito por cronistas e poetas nos apresenta uma Oeiras de um passado melancólico. Dificilmente os oeirenses falam da cidade no tempo presente. É como se o significado de tudo estivesse no passado. Vejamos como Carvalho Júnior, citado por Soares Filho (1990, p. 72) lembra-se de Oeiras:

A velhos fantasmas amigos, por bondade
e longas noites do passado deixar vivendo
esconde tanta história, tanta vaidade
nos beirais que ficaram, o tempo esquecendo.

Oeiras entra no século XX ainda com marcas coloniais, ainda que sua representação de cidade importante do Estado estivesse perdida. Assim, precisava de elementos importantes que a fizessem assumir novamente um lugar de destaque dentre as cidades piauienses. A sonolência a que fora acometida depois da transferência da capital era tomada por muitos como um acontecimento injustificável e causa maior da crise pela qual a cidade passava. Essas lembranças pareciam uma doença corrosiva que ia passo a passo consumindo o discurso de políticos e letrados. O que garante a vida imaginária da sociedade são as lembranças do passado e tradições como forma de perpetuação do passado ressentido.

[...] sofreu Oeiras um colapso. Situada no interior do Estado [...], sem via de comunicação. A velha urbe, destronada da posição de princesa destes sertões, viu ruas inteiras transformarem-se em escombros e um desânimo desmedido apoderara-se de seus filhos. E anos e anos decorreram sem que as coisas mudassem. Oeiras vivia somente das glórias do passado e das grandes tradições (QUEIROZ, 1996, p. 155).

A ausência do progresso marcava a vida urbana e era percebida, segundo as representações do passado, ao observar os seus casarões de estilo colonial e suas ruas curtas, estreitas e tortas, com denominações próprias dessa época, como: “Rua do Norte,

²¹ HINO DA CIDADE DE OEIRAS. Letra de José Expedito de Carvalho Rêgo. Música de Dionísio Rosa Reis. Disponível em: <<http://oeiras.pi.gov.br/hino-da-cidade/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

Rua do Sol, Travessa das Flores, Beco do Quartel” (SOARES FILHO, 1994, p. 26), nomes que só mudariam nos anos de 1930.

Tem-se a ideia de uma cidade abandonada, tomada pelos escombros, destruída não apenas de forma material, mas também moral. Seus moradores estavam com a autoestima baixa, por conta do “abandono” que Oeiras estava vivendo. “Velha Oeiras muda, silenciosa sob um denso veio de tristeza, como chorando a falta de um sol purificador, que viesse banhar com raios de ouro, os seus famosos e verdejantes campos”²². Precisava de novas transformações para perder a aparência de abandono. Era assim que os moradores representavam sua cidade.

Pelo desenho urbano que Oeiras apresentava, não havia leis de ordenamento urbano no início do século XX, e mesmo nos anos em que fora capital, não se percebe ordenamento urbano, período em que havia pedidos para licença de construção, pois tudo indica que a lei não era aplicada. Segundo Soares Filho (1990), depois da transferência da capital, não houve mais solicitação para a construção de casas, o que leva a crer que se houve construção na zona urbana, não foi solicitado o pedido de licença, pois acredita-se que uma cidade não passaria tanto tempo sem a construção de um domicílio.

[...] daí em diante sofrendo paralisações em decorrência da mudança da Capital da Província, ocasião em que muitas casas oeirenses foram desocupadas naquele ano, com a mudança também de grande número de famílias, rumo à capital. Como consequência mais imediata, não mais chegaram novas pessoas para se fixarem em Oeiras no ritmo até então conhecido e aceito pela sua população como natural. Entre os anos de 1852 e 1930, os limites da velha cidade permaneceram praticamente os mesmos, com agravamento de velhos casarios – a maioria de parede de taipa – não resistindo ao intemperismo e sua má conservação [...] (SOARES FILHO, 1990, p. 25).

As marcas de abandono, de cidade esquecida, aparecem bem claras nas fontes analisadas no tocante ao poder público, que quase nada fazia para envolver a cidade na onda do progresso que o país estava vivendo. Lobato (1981, p. 03), quando fala da decadência das cidades paulistas do Vale do Paraíba no século XIX, escreve: “[...], ali foi, e nada é, não se conjugam o verbo no presente. Tudo é pretérito”. Era assim que os oeirenses se sentiam, pois tudo o que os representavam ficou no passado e quase nada restou. “[...] Oeiras se resente da vida: flores murchas num túmulo” (RÊGO, 2003, p.

²² CORREIO DE OEIRAS. Oeiras, n. 23, p. 02, 28 dez. 1909.

249). Quem acompanhava o desenvolvimento das cidades brasileiras percebia que Oeiras estava deveras atrasada em diversos aspectos. Tanto que o colunista do jornal *Correio de Oeiras* descreve o sonho de um dia ver a amada cidade servida por uma linha férrea, um dos maiores símbolos de desenvolvimento da época. Muitos oeirenses chegaram a sonhar com a instalação da linha férrea, projeto que ligaria Petrolina a Teresina, passando por Oeiras. Ficou apenas o sonho de ver esse signo do moderno chegar à velha cidade.

Já tens o telegrapho, comunicando facilmente com os municípios visinhos e os outros estados [...]. Eu que muito te quero, desejo ansiosamente verte servida por uma linha ferrea, relacionando-le com os centros populares e adquirindo os elementos necessários de que precisas, para complemento de tua felicidade, de teu almejado progresso em todos os ramos[...] (CORREIO DE OEIRAS, 1909, n. 8, p. 04).

A linha férrea de que trata o colunista foi planejada para ligar o rio São Francisco ao rio Parnaíba em Amarante (PI)²³, interligando o sertão piauiense à Pernambuco e ao norte do Piauí, pois os trilhos tinham como destino Amarração, atual Luís Correia, mesmo que o intuito não fosse beneficiar o sertão, mas, sim, a capital, Teresina, ligando esta a mais um estado do Nordeste. Oeiras ganharia com a chegada do trem, pois ele proporcionaria o contato comercial com outras regiões do Nordeste e com o próprio Estado, mas ficou apenas no imaginário do colunista e daqueles que almejavam essa conquista. Segundo Nascimento (2002, p. 187),

foram realizadas várias tentativas, resultando apenas na execução de parte do projeto. Dizia-se que esta ferrovia deveria ligar a cidade de Amarração (PI), à de Petrolina-PE. A construção foi iniciada em 1910 e terminada em 1923. Alcançou a cidade piauiense de Paulista (hoje Paulistana), localizada na microrregião do Médio Canindé, distante da capital, esta em linha reta, 382 km.

A tentativa mais eficaz para aprimorar o transporte em Oeiras foi investir em estradas carroçais ligando cidades dentro do próprio Estado. A primeira estrada que beneficiaria Oeiras ligava-a à cidade de Floriano, com seu primeiro trecho inaugurado em 26 de novembro de 1916. De acordo com a ata da Intendência, “é inaugurado nesse

²³ Sobre o assunto, ver: VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro: A ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960.** 2010. 247 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2010.

dia, o primeiro trecho da estrada Floriano Oeiras, correspondendo a um percurso de quarenta quilômetros, partindo de Floriano alcançou as margens do rio Piauí” (SOARES FILHO, 1992, p. 191). A conclusão desta estrada foi feita posteriormente, compreendendo o trecho mais longo, partindo do rio Piauí a Oeiras.

Essa via de comunicação terrestre com a cidade de Floriano representou muitas vantagens, pois tanto mercadorias como pessoas eram transportadas pelo rio Parnaíba. Os passageiros, depois do desembarque, teriam de viajar mais de 100 quilômetros, geralmente no lombo de animais ou a pé, até chegar a Oeiras. Após a construção da estrada, era possível que mercadorias e pessoas chegassem à cidade de caminhão, pelo menos aos que tinham condições de pagar pelo transporte, enquanto outros viajavam a cavalo, jumento ou em carro-de-boi, que, com a nova estrada, teriam menos dificuldade para o transporte de cargas.

Esta estrada marcaria uma etapa importante para a cidade de Oeiras e sua elite, pois seus membros podiam manter contato direto com os mercadores e donos de embarcações que faziam o transporte até Floriano. Além de possibilitar a entrada de outras pessoas no município, inclusive companhias de teatro e mascates que exploravam o cinema itinerante.

1.3 O teatro

Desde 1898, Oeiras já contava com uma pequena companhia de teatro; portanto, algo de novo e moderno, conquista de efeito notório para a cidade. Embora pequena, a cidade tinha o objetivo de desenvolver a cultura teatral, formando um grupo de teatro infantil. Mesmo com instalações improvisadas, a companhia possuía estrutura suficiente para o funcionamento adequado da atividade. “[...] tinham teatro com palco, cortinas, cadeiras e camarins próprios [...]. Eles tinham um grupo de teatro de crianças” (RÊGO, 1999, p. 37). Os donos, o Cel. Rodolfo Rêgo e sua esposa, Maria das Mercês, eram sócios da Sociedade Dramática do Recife e mantinham contato com a vida cultural de São Luís-MA. Portanto, conheciam sociedades em sintonia com o moderno, com uma vida cultural intensa em relação ao teatro.

O teatro foi montado numa casa improvisada, mas, pelo que a autora descreve, havia uma pequena estrutura destinada ao seu funcionamento. Os espetáculos dividiam-

se entre “dramas e comédias infantis”²⁴. Tudo leva a crer que mulheres faziam parte dos espetáculos, haja vista a experiência dos donos com outras companhias teatrais.

Aranha (2008), quando trata da recepção do teatro e do cinema na passagem do Século XIX para o Século XX²⁵ nas cidades do norte, deixa claro o pioneirismo de Recife na experiência teatral. Nos termos do autor, as representações de época indicam que as cidades que não compunham aquele universo de “[...] teatro e/ou cinema eram cidades tristes, monótonas, distantes da vida civilizada” (ARANHA, 2008, p. 105).

Tudo indica que nessa companhia, formada por apenas duas pessoas, ambos eram atores profissionais ou, na hipótese de serem amadores, tinham experiência maior com o teatro. Logo, compreendiam sua importância na vida de uma sociedade, procurando implantar alguma cultura teatral na cidade com aulas para crianças, oportunizando o contato com a arte moderna. Essa experiência com essa modalidade artística em Oeiras proporcionaria a criação de um novo espaço teatral, que funcionou no início do século seguinte.

Criada em 1909, a nova companhia de teatro foi denominada de “Centro Dramático e Recreativo Oeirense”. O Conselho Municipal fez um comunicado destacando a criação do grêmio, o que demonstra sua relevância para a elite local. “Neste dia é fundado na cidade o Centro Dramático e Recreativo Oeirense, o clube que se propunha a mostrar à juventude, ordem da boa diversão e instrução, jogos e ginástica” (apud SOARES FILHO, 1992, p. 188). Este novo espaço de sociabilidade era destinado à elite local, como o próprio convite alerta: “ordem da boa diversão”. O espaço de funcionamento do grupo, pelo menos de suas atividades teatrais, conforme nossas informações, era a “Casa da Sociedade”²⁶. Embora o Centro Dramático e Recreativo Oeirense tenha sido criado para o lazer das elites, nada impedia que os pobres que desejassem e tivessem meios para pagar o ingresso frequentassem o local, pois havia curiosidade em assistir às peças, principalmente quando vinham companhias de outras cidades e/ou Estados.

²⁴ *Raimundo da Costa Machado* nasceu em 1900 no Estado do Maranhão. Veio para Oeiras ainda criança. Cirurgião dentista. Morreu em 1980. Deixou sua memória escrita de forma manual em dois volumes intitulados *Labaredas I e II*.

²⁵ Conferir: ARANHA, Gervácio Batista. Da vida pública noturna nas cidades do norte brasileiro: recepção ao teatro e ao cinema na passagem do Século XIX para o Século XX. *Ariús*, v. 14 n. 14, Campina Grande-PB, 2008.

²⁶ *Casa da Sociedade*: espaço pertencente à Prefeitura Municipal de Oeiras, destinado a festas e apresentações de teatro e cinema. Na década de 1940, passou a ser posto de saúde; depois, Banco do Nordeste e, atualmente, Câmara de Vereadores.

Não era um grupo de teatro profissional, mas atores amadores. Referimo-nos a atores porque mulheres não faziam parte do elenco. Os homens executavam os dois papéis, masculino e feminino. Os espetáculos aconteciam por meio de pequenas temporadas. No convite transcrito abaixo, trata-se do segundo espetáculo, porquanto o grêmio havia sido fundado em novembro de 1909 e o segundo espetáculo ocorreu em janeiro de 1910. Na citação abaixo, em todas as cinco peças, havia a descrição dos respectivos atores e personagens, mas optamos pela descrição de apenas uma, no caso, a quinta. Como em todas as outras, os papéis femininos eram desempenhados por homens. Com relação à peça descrita, a personagem feminina Eufenia é interpretada pelo ator Raimundo Vieira, conforme convite publicado no jornal *Correio de Oeiras* em 28 de janeiro de 1910.

No dia 30 deste depois d'amanhã o Centro Dramático dará seu segundo espectáculo que constara com cinco comédias caprichosamente escolhidas.

1º acto- Por causa de um sonêto

2ºacto – Juramento forçado

3º acto - Trocas e baldrocas

Sera levada pela primeira vez nesta cidade a importante comedia do proteado comediógrafo Arthur Azevedo intitulada – Os viúvos.

Ultimo acto – Verdadeira fabrica de gargalhada, subirá scena a importantíssima comédia – Uma mulher do século

Nicacio J. Soares

Eutropio J. Rego

Eulepio R. Loyola

Eufenia R. Vieira

A diretoria avisa os exmos. formas. q' poderão mandar suas cadeiras com antecedencia, pois o Theatro estará no dia trinta, um diretor para recebê-las e coloca-se nos melhores lugares (CORREIO DE OEIRAS, n. 2, 1910, p. 02).

Encenar uma peça de Arthur Azevedo²⁷ e destacando a magnitude desta peça são fatos que mostram a sintonia do grupo de teatro com a vida teatral do Brasil. Destarte, não era de bom tom caracterizar Oeiras como uma cidade em crise, isolada e voltada apenas para o passado, porquanto “a cidade é muito mais que um artefato” (PARK, 1976, p. 27); ela é um conjunto de representações constituídas no espaço entre os indivíduos e será por intermédio dessas representações que percebemos como a sociedade se relacionava com as demais.

²⁷ Arthur Azevedo (1855-1908), maranhense, grande dramaturgo, poeta, contista e jornalista. A partir de 1871, passou a morar no Rio de Janeiro. Escreveu mais de 200 peças de teatro, alcançando grande sucesso com as peças “Véspera de Reis” e “A Capital Federal”. Disponível em: <www.encontrodedramaturgia.com.br>. Acesso em: 30 mar. 2015.

Muito do que normalmente consideramos como cidade – seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos ruas, e assim por diante – é ou parece ser, mero artefato. Mas essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos adventícios que somente se tornam parte da cidade viva quando e enquanto se interligam através do uso e costumes (PARK, 1976, p. 27).

Nota-se, porém, que a casa de espetáculos não possuía cadeiras para os frequentadores. Tratava-se, portanto, de um lugar improvisado. Aqueles que pudessem levar cadeiras ficariam nos melhores lugares. Quanto aos frequentadores que não pudessem fazê-lo, como eram acomodados? Copeiro, que assistiu a peças teatrais na década de 1920, quando solicitado para descrever a parte interna da Casa da Sociedade, diz: “Era só o salão e tinha um palco, tinha a primeira e segunda parte” (informação verbal²⁸). Lembra ainda que o teatro era pouco frequentado por mulheres. Assim, as acomodações dos frequentadores eram separadas entre as duas partes, sendo a parte da frente e a de trás.

A Casa da Sociedade recebia companhias vindas de fora, de outras cidades, demonstrando que Oeiras estava entrando no roteiro de companhias teatrais, quem sabe, às vezes, até profissionais, fortalecendo hábitos artísticos entre os concidadãos. Também recebeu o cinema antes da década de 1940, período em que foi inaugurada a casa de espetáculos denominada Cine Teatro Oeiras. Conforme convite: “Atenção, Hoje! Hoje! Espetáculo as 8/2 horas da noite no Teatro Recreativo Oeirense. Grupo São João. Serviços novos e variados ao completo agrado do público”²⁹.

Rêgo (2009), em *Crônicas esquecidas*, relata um conjunto de experiências vividas em Oeiras. Dentre elas, suas visitas ao teatro e as sessões de cinema itinerante na Casa da Sociedade. Afirma também a passagem de companhias que realizavam espetáculos em Oeiras e a existência de uma pensão, erigindo indícios de que a cidade não vivia em completo isolamento, conforme a atribuição dos letrados, pois, se havia pensão, consequentemente esta recebia hóspedes.

A Casa da Sociedade era o teatro de Oeiras. Era lá o cinema de João Borges, onde eu vi o mar pela primeira vez. Foi lá também que vi Marquise Branca, patinadora exímia, bailava ligeiro sobre o palco de madeira. Seu companheiro usava peruca [...], eu bem que sabia

²⁸ Joaquim da Silva Copeiro nasceu em 1918 na cidade de Oeiras. Foi músico, maestro da Banda Santa Cecília, atualmente aposentado. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 10 e 12 de fevereiro e 13 de dezembro de 2014.

²⁹ ANNUNCIO. **Correio de Oeiras**, Oeiras, n. 03, p. 04, 14 fev. 1909.

Marquise Branca e seu marido hospedavam-se na pensão de D. Helena na Rua do Fogo (RÊGO, 2009, p. 58-59).

O teatro e o cinema eram uma forma de representação cultural que envolvia o cotidiano daqueles que tinham a oportunidade de contar com esse mundo de sonhos, de conhecer um mundo distante, como o cronista relata ter conhecido o mar. Porém, o modelo de cinema itinerante que foi, de certo modo, popular em algumas cidades brasileiras, segundo Aranha (2008), não criava uma rotina noturna na vida da sociedade, não contribuindo, portanto, para mudanças importantes no comportamento social.

O fato é que no início do século XX, nenhuma comunidade, por pequena que fosse, queria ficar sem a sua sessão de cinema, mesmo que de modo itinerante, [...]. Porém, tudo leva a crer que nenhum letrado reivindicava cinema ambulante para sua comunidade. Acontece que essa modalidade de cinema, cuja exibição ocorreria de forma itinerante de povoações em povoações, vila ou cidade – havendo espécies de mascates que viviam exclusivamente da exploração da novidade, então propagada como um fantástico entretenimento – não contribuía para instituir, de forma permanente, a vida noturna. (ARANHA, 2008, p. 112).

Essas pequenas contribuições advindas da chegada desses signos modernos introduziram, de certa forma, a cidade no convívio de algo com que seus concidadãos não estavam acostumados, o que nos faz acreditar que pelo menos nos dias de cada espetáculo teatral e/ou sessão de cinema, a rotina da pequena cidade seria alterada, posto que significasse novidade para quem estava distante do “progresso”.

No entanto, não podemos cobrar de Oeiras no início do século XX um teatro pronto para espetáculos e exibições de cinema, haja vista a localização da cidade, o que a tornava distante de outras sociedades consideradas civilizadas. Ademais, ainda há de se levar em conta todos os seus anos de estagnação que, afinal, pareciam não incomodar tanto a elite política local e estadual, não havendo, por parte dela, o desejo de modernizar a cidade nem de criar hábitos civilizados para acompanhar o moderno que estava a chegar à sociedade brasileira. A realização de espetáculos teatrais e exibições de cinema não partiam da iniciativa pública; eram iniciativas privadas que buscavam extrapolar a monótona rotina noturna do município.

Contudo, a modernização de cada sociedade dependia de suas condições materiais, sociais e culturais. A experiência de conviver com o moderno estavam longe das transformações ocorridas em outras regiões. De modo que, neste principiar do

século XX, os habitantes buscavam um novo significado para aquela cidade que vivia de lembranças e sonhos. Na crença de um futuro melhor, um colunista do *Correio de Oeiras*, em 31 de dezembro de 1909, escreveu:

A cidade despertou sorrindo em preparativos de festas. Uns conversavam alegremente, outros riam, outros davam ordens, outros diziam que necessitava disso ou d'quillo[...], em tudo estampa-se a fé viva de um povo feliz[...]. Já não era mais a Oeiras solitária e inspidamente triste, desepta [...]. Encantadora como nunca ella atrahia a atenção de todos aquelles que um dia antes tinha visto imersa indolentemente na tristeza que lhe era natural. As ruas já não eram mais as mesmas do deserto; pelo contrario até as mais afastadas estavam continuamente em movimento e repleta de passageiros que iam e voltavam [...] tornavam a ir e tornavam a voltar [...]. E nada estava parado naquele dia (*CORREIO DE OEIRAS*, n. 23, 1909, p. 03).

Uma simples passagem de ano tirava a cidade de sua rotina habitual. A cada ano, renovavam a esperança de que, a qualquer momento, o progresso poderia chegar e proporcionar as transformações tão almeçadas, as quais fariam de Oeiras uma cidade como tantas outras: alegre e próspera. Por isso, nesta fase, a inauguração de um novo jornal no final da primeira década do século XX foi tomada por alguns como importante e digna de grande comemoração por arte da elite e dos letrados oeirenses, pois seria uma forma de divulgar suas realizações e convicções.

1.4 Jornal *Correio de Oeiras*

A produção de jornais era considerada alta para o porte do município entre 1832 e 1852. Neste período, circularam mais de 12 jornais. Embora com pouco tempo de circulação, esses periódicos mantinham viva a cultura da leitura em uma sociedade pouco assistida pela educação. Porém, depois da transferência da capital, ocorreu um leve decréscimo, mas estes periódicos voltaram a circular nos anos finais do século XIX e início do século XX. Um dos principais já produzidos pelos letrados oeirenses foi o jornal *Correio de Oeiras*, fundado por um pequeno grupo de comerciantes em janeiro de 1909. Possuindo duas publicações mensais, os trabalhos tipográficos eram montados na própria cidade. Foi um fato relevante naquele momento, visto que a cidade começava a se envolver no progresso. Este pequeno jornal teve pouco mais de um ano de existência. Porém, era considerado por seus leitores como uma conquista de progresso.

E, a mais antiga metrópole piauiense que por contar mais com esse valiosíssimo melhoramento vibra o entusiasmo exulta de alegria, saúdo calorosamente, e ao mesmo tempo que envio parabéns a essa falange de moços que depois de tantas luctas introduzio em nosso meio a grande e valiosíssima inovação (CORREIO DE OEIRAS, n. 2, 1909, p. 03).

O *Correio de Oeiras*, ou “A flor”, como ficou conhecido, foi um excelente meio de comunicação para sua época, que além de divulgar atos políticos, noticiava acontecimentos regionais e locais. Era importante divulgador das notícias nacionais que chegavam via telégrafo, possibilitando à sociedade letrada contato com outras informações, além das locais e regionais, pois os jornais oriundos da capital, Teresina, demoravam semanas para chegar a Oeiras.

O jornal possuía quatro páginas, sendo a primeira e a segunda destinadas às notícias de cunho político e as telegrafadas. Estas últimas geralmente chegavam com atraso, posto que provavelmente fossem reproduzidas por algum familiar ou amigos dos donos do periódico, que moravam no Rio de Janeiro, Teresina e em outras capitais, para então serem enviadas para Oeiras e noticiadas. As terceira e quarta páginas destinavam-se a uma coluna paga, cujo redator geralmente noticiava sobre a cidade de Oeiras ou o Estado do Piauí. Nesta parte, havia também textos literários, normalmente de autores locais. Ainda dentro desta coluna literária, foi criada outra, destinada a poemas com perfis de donzelas da cidade. Estes perfis não eram assinados; no máximo, possuíam a letra inicial do nome do autor. Dentre eles, alguns foram assinados por “T...”, talvez algum rapaz apaixonado que não queria ser reconhecido. Esta coluna era intitulada “Flores Oeirenses”, conforme publicação em 15 de maio de 1909:

De uma flor meiga e formosa
Morena, alegre e gentil,
Franzina, esbelta e graciosa.
Quero traçar o perfil...

Tem uma alma de eleição
Cuja bondade excessiva
Prende avassala e captiva
O mais duro coração.

Mora na rua mais triste
Das ruas d'esta cidade
Nem sei como ela resiste
Aquella atroz soledade.

(CORREIO DE OEIRAS, n. 08, 1909, p. 03).

A intenção dos redatores do jornal com esta coluna era estimular as jovens oeirenses a ler o periódico. “Com o fim de atrainer a preciosa atenção de nossas encantadoras patrícias proporcionando-lhes, mesmo tempo agradável entretenimento, abrimos hoje, sob o título de ‘Flores Oeirenses’ uma secção de perfis femininos” (CORREIO DE OEIRAS, n. 08, 1909, p. 01). Objetivava-se igualmente deixar o periódico mais atraente ao público jovem masculino, com vistas a transformá-lo em futuros potenciais leitores e redatores. Esta coluna “será dirigida por alguns moços de apurado gosto e perfeito conhecimento esthetico” (CORREIO DE OEIRAS, n. 08, 1909, p. 01).

Como o período de circulação dos jornais era curto, a sociedade ficava a maior parte do tempo sem informações externas, a não ser quando raramente chegava algum jornal da capital, Teresina. A circulação desses periódicos tinha efeito relevante, pois mesmo que poucas pessoas soubessem ler, as informações circulavam oralmente na cidade. Essa ausência de informação foi notada por Machado³⁰. “Nem um jornal chega nesta cidade”. A reclamação do ilustre leitor refere-se à falta de notícias externas que não chegavam à cidade. Portanto, os moradores ficavam privados de informações, a não ser as poucas notícias que chegavam via telégrafo. O jornal foi considerado um “progresso intelectual”. Alguns acreditavam que o periódico provavelmente teria vida longa, mas não foi o ocorrido. Embora tenha alimentado tantas expectativas, o pequeno jornal não rendeu o esperado.

Porém, algumas denúncias foram feitas pelo jornal, constituindo indícios do cotidiano da cidade e, principalmente, das condições higiênicas do município. Por ser um jornal feito por comerciantes, as informações se referiam majoritariamente a respeito das atividades comerciais, em especial, aquelas realizadas no Mercado Público local. Portanto, não foi um jornal com características populares, mas desempenhou um papel importante para os letrados daquele período.

1.5 Higiene urbana

Leis que regulamentassem a zona urbana do município eram praticamente inexistentes, pois, pelo que constatamos, o último código de postura era de 1880 e faz pouca referência às questões urbanas, além de não trazer nenhum artigo sobre hábitos

³⁰ Raimundo da Costa Machado, Labaredas I, (n paginado), 1927.

higiênicos e organização urbana. Contudo, na edição de 05 de maio de 1909, um colunista publica:

Não se bem precisar o número de cachorros que vagueiam nas ruas desta cidade e que, sobretudo a noite perturbam de modo infame o socego publico. A praça do mercado, então, ao que parece e ao que observamos presaz incommodos, é o ponto para onde converge toda essa matilha de ladradores infames e dissolutos que azucrinam [...]. Não é possível que continuemos a suportar essa musica temerosa e cruel [...] (CORREIO DE OEIRAS, n. 08, 1909, p. 02).

A política de higienização, caracterizada pela adoção de medidas profiláticas que eram executadas em outras cidades brasileiras, não chegou a Oeiras. Logo, a ideia de salubridade, a preocupação com habitação e escoamento de detritos domésticos inexistia; pareciam não fazer parte das prioridades daqueles que governavam o município. Os detritos humanos não eram jogados no Riacho Mocha, tendo em vista a sua relevância para o consumo doméstico, porquanto o riacho fornecia água para beber, lavar roupas, tomar banho e também para o consumo de animais. Como a cidade era pequena e rodeada de vegetação nativa, isso facilitava o depósito de fezes e outros detritos humanos e domésticos.

A falta de cuidados básicos com a saúde incomodava alguns membros da sociedade. Em matéria publicada no *Correio de Oeiras*, denominada “Vaccina a varíola”, o redator alega que a epidemia de varíola, “molestia que aflige a humanidade”, assolava o país. Ainda alerta para o “crescente número de indivíduos contaminados” e lembra que, para o fim da epidemia, é necessário o “máximo de cuidado” por parte dos moradores e “maior vigilância, toda atenção da hygiene publica”³¹.

A matéria visa a conscientizar e informar a sociedade oeirense sobre a epidemia de varíola. Alerta que “ella está presente neste Estado e fazendo vítimas atualmente, e nas mais populosas cidades piauihyenses”³². Naquele momento, Oeiras estava incluída entre as cidades mais populosas. Tudo leva a crer que os habitantes não recebiam nenhuma orientação ou cuidados quanto à varíola ou qualquer outra doença.

As condições higiênicas da cidade neste início do século XX não eram as melhores, dadas as condições do principal espaço urbano no tocante à vida econômica do município, o Mercado Municipal. Era no mercado onde aconteciam as principais

³¹ COELHO NETO. Vaccina a varíola. *Correio de Oeiras*, n. 17, p. 04, 16 out. 1909.

³² Idem.

transações comerciais, o “coração financeiro” do município. E este ambiente encontrava-se em pleno abandono, justamente quando a cidade começava a apresentar crescimento econômico e demográfico, envolvendo-se no advento do progresso.

Um colunista, provavelmente comerciante, pois escreve com conhecimento de causa, apresenta as condições insalubres do estabelecimento comercial, solicitando medidas urgentes para que se pudesse trabalhar. Ele sugere “o alarguecimento, a facilidade, a accommodation, o asseio, e hygiene dos estabelecimentos publicos onde se expõe á venda os produtos e artigo destinados a manutenção do abastecimento popular” (CORREIO DE OEIRAS, n. 10, 1909, p. 03). Apela diretamente ao Intendente Municipal para que resolva essa situação, quer seja por meio de uma “reforma parcial ou antes, na remodelação do prédio, que na falta de competidor gosa pretensiosamente das honras da casa da feira”³³.

O redator ainda apresenta a estrutura do mercado, tanto internas quanto externas. Indignado, acredita que Oeiras não era merecedora de possuir um estabelecimento naquelas condições.

Construido á antiga, no exterior circulando de alpendrado, pouco espaçoso, baixo, antihygenico em sete compartimentos immundos e pessimos, sem planta, assemelha-se a uma dessas nossas casas de campo, ainda do tempo colonial. Em verdade só vendo e examinando bem de perto essa espécie de casa, se podera fazer uma idéa perfeita e clara do que é actualmente o Mercado da ex- metropole do Piauí (CORREIO DE OEIRAS, n. 10, 1909, p. 03).

Mediante o desenvolvimento pelo qual o município de Oeiras estava passando, principalmente na primeira década do século XX, quando a maníobra ainda estava dando lucros ao município e fomentando o comércio local, aquele espaço merecia mais atenção. O redator ainda alerta para o fato de que todo o seu discurso sobre o mercado não era exagero e que aquela casa não representava as condições econômicas de Oeiras naquele momento. Por isso, solicitava ao Intendente: “faça um emprestimo estadual ou particular”³⁴ para serem tomadas as devidas providência com relação ao mercado.

No entanto, mediante o exposto, a cidade não gozava das condições higiênicas que uma cidade deveria ter neste início do século, sendo ausentes a limpeza pública, a iluminação artificial e o serviço de abastecimento de água. Toda a água utilizada pelos

³³ Id. p. 03.

³⁴ Id. p. 03 Ibid.

moradores urbanos era proveniente do Riacho Mocha. Conseqüentemente, no período de estiagem, os moradores deveriam passar por dificuldades, posto que o riacho não fosse perene, possuindo correntezas apenas na época de chuvas. Por esse motivo, o Mocha era a única fonte de água para o consumo citadino. Ele tornou-se um espaço de destaque na escrita local.

1.6 Mocha: “nascente feliz”

O Riacho Mocha tinha todo o poder de representatividade para os habitantes da cidade de Oeiras, presente na escrita de cronistas e poetas, vivo na memória daqueles que construíram história nas suas margens. Muitos declararam seu amor pelo riacho. Não há como falar de Oeiras sem falar do Mocha. O poeta Nogueira Tapety³⁵ apresenta o quanto o riacho representava para aquela sociedade. Além de fecundar e florir o sertão piauiense, possui um grande valor para a história local.

Cristalino a rolar, num rumor de águas claras
Desce o Mocha empurrando, em cachões e cachoeiras,
Marulhoso a reger essas paisagens raras
Que são todo o esplendor dos subúrbios de Oeiras.

Milheirais e arrozais em sussurrantes searas
Cobrem-lhe fartamente as férteis ribanceiras
Orladas de festões de fidalgas taquaras
E de esbeltos perfis de esbeltas carnaubeiras.

Rio de águas lustral como a água de cascalha,
Que por tudo o que banha um vigor novo espalha
Fecundando e florindo o solo piauiense!

Tu és bem nosso Marne a transbordar de glória,
Cujos nome resume as grandezas da história
Dos heroicos sertões da terra de Mafrense.
(TAPETY, apud SOARES FILHO, 1994, p. 96).

O espaço descrito faz parte do imaginário de todos aqueles que viveram em Oeiras. Ele não representava apenas uma necessidade de consumo e lazer; significava o nascimento de uma cidade edificada em suas margens que, pela abundância das águas que oferecia àquelas terras áridas, deu nome à cidade quando constituída vila (Vila do Mocha, 1717). Portanto, não podia faltar na letra do hino de Oeiras: “Do Mocha a

³⁵ Ver TAPETY citado por SOARES FILHO, Antônio Reinaldo. **Geografia Urbana**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1990.

corrente a mira cristalina, Nascente feliz”³⁶. Acreditavam aqueles moradores que, por causa do riacho, nasceu uma sociedade que ajudou a criar e guardar seus segredos. Foi assim que escreveu G. Rêgo em seu poema dedicado ao Mocha: “Quintas exuberantes de verduras, a espriar-se pelo Mocha, prenhe de vozes e de mistérios [...]” (RÊGO apud SOARES FILHO, 1990, p. 64). Inúmeras roças e quintas seguiam seu percurso, tanto para a criação de animais como para o desenvolvimento da agricultura.

Como testemunha de uma vida pacata, mas também de práticas consideradas mundanas, nas suas margens e sob o som de suas águas aconteceram muitos encontros amorosos. Era um espaço rural dentro do urbano, integrando-se ao espaço habitado, ou seja, o urbano e o rural convivendo em harmonia, um elemento rural de que a cidade precisava para sobreviver. Neste caso, conviviam mais em harmonia do que em oposição.

E o Mocha de águas turvas que, perplexo,
testemunhou primeira viagem
de moleque impúbere, selvagem,
mal despertado pro prazer do sexo.
(MATOS apud SOARES FILHO, 1994, p. 79).

Freitas, citado por Soares Filho (1990, p. 78), lembra:

Do Mocha foi aos banhos tão pequenino,
Que me banhei com muita moça nua,
E o Mocha que as vestia, continua,
Discreto, honesto, puro, cristalino.

Poço do Silva, Poço Grande, “oi água”,
(Era assim que eu chamava).

Os homens normalmente tomavam banho no *Poço do Silva*³⁷. Quanto às mulheres, muitas delas acompanhadas de seus filhos pequenos, banhavam-se no restante do riacho, geralmente utilizado para lavar roupas. A água utilizada para consumo doméstico era proveniente de um olho d’água que ficava mais em direção à nascente.

³⁶ Trecho do hino da cidade de Oeiras.

³⁷ *Poço do Silva*: Poço no Riacho Mocha, local destinado ao banho dos homens.

FIGURA 01: Riacho Mocha.



Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Reis (19?).

A Figura 01 nos reporta para uma cena do cotidiano de lavagem de roupas. É possível observar que a riacho está com pouca água, apresentado apenas poças. Possivelmente, esta foto foi capturada entre os meses de julho a novembro, quando a água estava em menor proporção no leito do riacho. Todas as famílias oeirenses se serviam da água do Mocha para as atividades domésticas e higiene pessoal. Os moradores tinham que se dirigir até o Mocha para tomar banho e/ou lavar roupas, exceto as família da elite local, que possuíam cargueiros para o transporte da água até suas residências, onde ocorriam os banhos, principalmente das senhoras e moças, a fina flor da sociedade, que dificilmente se dirigiam ao riacho para tomar banho.

Nesta figura, temos a presença de quatorze lavadeiras capturadas pela lente do fotógrafo. Pela sombra das árvores, é possível perceber que a imagem foi feita pela manhã, próximo ao meio-dia. Ainda notarmos que as lavadeiras trabalhavam bem próximo umas das outras. No canto direito superior da imagem, podemos visualizar uma mulher estendendo roupa, aparentemente um vestido. Já no eixo central da foto, observamos duas lavadeiras de pé, uma delas jogando água sobre um pano estendido na rocha (lajeiro), possivelmente uma rede ou um lençol. Essa prática de ensaboar a roupa e estendê-la ao sol era comum, e a todo instante jogava-se água em cima das peças para não secar. Acredita-se que assim a sujeira saía com mais facilidade³⁸. A outra lavadeira, por sua vez, aparece no lado esquerdo da imagem, conversando com outras duas que

³⁸ Essa técnica é chamada de “quarar roupa”, usada em tempos em que não havia sabão em pó, para colocar as peças de molho.

estão de cócoras lavando suas roupas. À frente delas, um amontoado de roupas e duas bacias cheias de roupas lavadas. As demais lavadeiras permaneceram distraídas ou não queriam fazer parte da imagem.

Na parte superior da imagem, pode-se ver uma residência, e, próximo a ela, um pé de carnaúba e de banana, além da vegetação nativa que compõe o cenário da foto, possuindo uma roça que acompanha as margens do riacho, além de dois porcos que são capturados na imagem.

A fotografia é uma forma de apropriação de uma realidade dentro do real. Ela nos permite ir além da interpretação desejada pelo fotógrafo, principalmente quando se trata de uma imagem com um cenário não montado, natural. O planejado seria a prática rotineira de lavagem de roupas, mas a fotografia em questão nos apresenta outros elementos importantes que nos permitem a visualização de um espaço citadino no início do século XX quase sem urbanidade, onde humanos e animais compartilham a mesma água.

A fotografia nos faz ver essas partículas do passado. Ela é “a imagem de uma imagem” (SONTAG, 2004, p. 15). É por meio desses fragmentos do passado que nos apossamos do modo de viver dos sujeitos sociais. Sabemos que, por meio dela, não chegaremos à leitura de uma realidade por completo, mas não é objetivo da história e do historiador chegar à explicação total dos fatos. “Os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento do verdadeiro e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007, p. 14). A imagem é uma memória transmitida de forma concreta, que nos permite ver a cena de modo concretizado. Segundo Nora (1981, p. 09), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”.

Cada sociedade constrói seus lugares de memória que foram vivenciados na coletividade e individualmente. “Os lugares de memória são antes de tudo restos” (NORA, 1981, p. 13). Restos do passado de pertencimento e também de exclusão. Uma cidade possui vários espaços e sociabilidades distribuídos, compartilhados pelos sujeitos que dividem cada lugar, vivendo suas experiências coletivas e individuais.

Portanto, o Mocha, além de representar um espaço de trabalho, era também de lazer, frequentado durante o dia e à noite. Durante a noite, era mais frequentado pelos homens. Além da vida noturna nas margens do riacho, havia os passeios em casas de amigos, ocasiões em que bebiam e jogavam conversa fora. Não encontramos indícios de bares funcionando fora do Mercado Público Municipal antes de 1930, salvo no

subúrbio. Dessa forma, no centro da cidade, não se frequentavam bares durante a noite, pois o mercado fechava ao entardecer. A cidade ainda não possuía energia elétrica, sendo a primeira tentativa a carbureto, ainda na primeira década do século XX. Todavia, a ineficiência dessa iluminação era enorme, o que dificultava a vida noturna dos boêmios oeirenses.

1.7 Primeira tentativa de iluminação pública

A primeira tentativa de iluminação pública em Oeiras ocorreu em 1907, quando foi inaugurado este serviço pelo poder municipal. A luz, à base de carbureto³⁹, posteriormente foi substituída por querosene. Ambas as modalidades tiveram pouco tempo de funcionamento. Esta distribuição inicial contemplava poucos pontos da cidade: apenas a Praça da Matriz, o Mercado Público e mais duas ruas. Em convite publicado pelo Conselho Municipal em outubro de 1907, temos:

O Conselho Municipal expede convite às autoridades, civis, eclesiásticas e militares assim como a toda população desta cidade para participarem da inauguração da iluminação a carbureto beneficiando a Praça da Matriz, Lago do Mercado, Rua do Fogo, e Travessa Coelho Rodrigues (apud SOARES FILHO, 1992, p. 184).

Pelo teor do convite, nota-se a importância que a iluminação pública representava perante os dirigentes da política local e para alguns membros da sociedade oeirense. Esta instalação significava prestação de serviços pela intendência à cidade. A parca distribuição dos postes de madeira estava localizada onde moravam as famílias ilustres da cidade. Ainda que nem todos fossem contemplados com a iluminação, não deixavam de celebrar o momento de conquista. Não se pode negar, outrossim, a ineficiência dessa forma de iluminação, com pouco tempo de durabilidade e abrangendo poucos metros quadrados.

Estaria a cidade começando a sair da crise na qual estava envolvida? Para os habitantes, estaria sim. Na concepção deles, Oeiras estava começando a dar seus primeiros passos rumo a um período de “independência”. Estaria terminando a fase de declínio. Essas poucas transformações provocaram modificações no cotidiano da

³⁹ *Carbureto*, quando para iluminar, deve ser utilizado em uma lanterna de cobre ou latão, geralmente contendo duas partes. Na superior, fica a água e, na inferior, o carbureto. A água pinga no carbureto, que reage, gerando um gás que escapa pelo bico, originando a chama. Ilumina em torno de 15 a 20m.

cidade? Acredita-se, imaginariamente, que sim; contudo, materialmente, nem tanto. Embora a cidade não seja redutível apenas à materialidade, sabemos o que tal atributo provoca nos habitantes de cada espaço, o que de fato desperta na subjetividade de cada indivíduo. Afinal, a cidade é vivida “[...] por reflexos de sensações, de ruído, de cheiros, a percebida nos seus movimentos e nos seus ritmos” (CORBIN, 1998, p. 107).

Não é apenas por meio das transformações arquitetônicas que uma cidade entra no processo de metamorfose, mas por tudo aquilo que faz dela um vetor de novidades, criando nova mobilidade, novas formas de consumo etc. O espaço urbano consome seus moradores da mesma forma que é tragado por eles; indivíduos que no seu vai-e-vem diário oferecem ao meio social o que almejam como troca. Uma fusão contínua entre indivíduo, espaço e tempo.

As formas de representações culturais presentes em Oeiras nas primeiras décadas do século XX nos dão noção do cotidiano da sociedade, além de nos permitir compreender como viviam os cidadãos. Afinal, “o historiador explica as ações que os próprios homens fazem. Não inventa, explica” (GINZBURG, 2007, p. 26). A cidade é um dos palcos de ação de indivíduos que criam, produzem e reproduzem manifestações individuais e coletivas. É por meio desses atos que cada sociedade constrói sua identidade, sendo algo que as marca, as identifica e as torna deferentes. A singularidade é exercida no urbano pelos indivíduos que dividem seu solo para manifestar seus desejos e prazeres, com vistas a expressar a sensibilidade do homem urbano por meio de práticas, inclusive culturais, junto a seus pares.

1.8 O carnaval e o dia de “Santos de Reis”

O carnaval é uma dessas manifestações. A festa antecede os quarenta dias denominados pela igreja católica de “Tempo Quaresmal”, período caracterizado pela introspecção do indivíduo, renúncias aos prazeres da vida mundana e purificação da alma. Por isso, o carnaval é marcado pela bonança desses prazeres e excessos, a ser purificados na Quaresma. O carnaval concede momentos em que as regras sociais são deixadas de lado, sendo composto pela bandeira da liberdade. “É no carnaval que permitimos a confusão das regras de hierarquia” (DAMATTA, 1997, p. 137), abusos e inversão de valores. Nele, “há lugar para todos os tipos de seres, tipos de personagens,

categorias e grupos⁴⁰”, representando suas próprias vidas. “Durante o carnaval é a própria vida que representa, e por um certo tempo o jogo se transforma em vida real. Essa é a natureza específica do carnaval, seu modo de existência” (BAKHTIN, 1987, p. 06).

O carnaval é caracterizado pelo cômico, o sátiro, “é um rito sem dono (um festival) com múltiplos planos” (DAMATTA, 1997, p. 30). E por ser uma das maiores festas populares, em que cada participante é livre para escolher o que quer representar, em Oeiras, o mais divertido era a transgressão de gênero, o transvestir, por ser um carnaval em que os homens estavam no comando, sendo os únicos presentes nos desfiles.

Carnaval em Oeiras! À tarde de domingo, passeio pelas ruas; acompanhamento da banda de música e de muita gente. E os homens fantasiados de mulher, bem anchos, vaidosos, passeando a sua alegria feminina. [...]. Velhos tempos do antigo carnaval. (QUEIROZ, 1983, não paginado)⁴¹.

As mulheres não participavam do evento carnavalesco enquanto foliãs, mas sentiam-se representadas pelos familiares e faziam parte da festa, contribuindo para a caracterização de familiares que incorporavam personagens femininos. Para Bakhtin (1987, p. 06), “os espectadores não assistem ao carnaval, eles o vivem, uma vez que o carnaval pela sua própria natureza existe para o povo”. De acordo com a abordagem de Bakhtin (1987), todos, inclusive os expectantes, estavam fazendo parte daquele evento, já que o carnaval, diferentemente do teatro, não representa personagens, mas a própria vida, por meio de práticas geralmente proibidas e não aceitáveis durante o restante do ano.

Tomando como referência os “múltiplos planos” que o carnaval permite, uma das apresentações do carnaval oeirense se dava por meio da inversão dos valores do momo. Na cidade, nos dias de feira, havia um grande número de cavalos e jumentos, por conta do tipo de transporte e comércio que acontecia no município, abastecido pela zona rural. Dessa forma, havia um grande número de animais espalhados por todo o centro da cidade. Tirava-se proveito dessa situação, comemorando a festa do momo de forma diferenciada de outras cidades brasileiras. “Os aficionados de MOMO surrupiavam-lhe

⁴⁰ Id. p. 63.

⁴¹ Possidônio Nunes de Queiroz. Programa exibido na Rádio Primeira Capital em 1983.

as alimárias e iam esconder em roças distantes [...]. Ali pintavam-na, cortavam as crinas e os rabos⁴²”. Quando chegava o domingo, os que queriam assistir ao evento ficavam nas portas de suas casas ou iam à Praça da Matriz para acompanhá-lo. “No domingo, em meio a uma enorme algazarra, dezenas de mascarados montados invadiam as ruas e praças da cidade [...]. Vivíamos, por assim dizer, uma cena tipicamente medieval⁴³”.

No entanto, essa prática ocasionava transtornos aos donos dos animais. No momento em que davam pela falta de suas alimárias, iam à sua procura nas roças vizinhas e, quando não as encontravam, tinham de voltar a pé para suas residências, situadas em povoados distantes às vezes mais de 50 quilômetros. Esses agricultores/feirantes geralmente saíam de suas casas na noite do dia anterior, muitos deles com comboios de jumentos transportando cargas de cereais e carne seca para vender na feira, ou apenas para fazer compras. Assim, eles precisavam regressar antes do anoitecer para cuidar de suas atividades laborais na roça.

O encerramento do carnaval oeirense ocorria na terça-feira à noite, com passeio pelas ruas da cidade em meio a muita algazarra. Era o chamado entrudo. Seus participantes praticavam atos mais leves, mas também causavam constrangimentos. Devido ao fato de o carnaval ser uma festa da “licença e do abuso”⁴⁴, estes invadiam casas, molhavam os moradores e os “tingiam de encarnado, de verde, de roxo, de amarelo e carvão” (MACHADO, 1926, não paginado).. Ainda derramavam a água que havia em casa, prática que não agradava aos moradores visitados, inclusive as famílias ilustres da sociedade, que eram obrigadas a se incorporarem ao grupo e dar continuidade até a chegada dos foliões à Praça da Matriz.

O grupo ia crescendo, de casa em casa. Sobre os moradores de cada uma – abandonadas as bisnagas – estornava-se toda a água de potes e bilhas. E onde quer que se escondessem, os moradores, seriam capturados e trazidos para o “batismo” e incorporação ao grupo (MACHADO, 1926, não paginado).

Desse modo, percorriam toda a cidade durante a noite. O ponto de encerramento era a Praça da Matriz. Conforme continua Machado (1926, não paginado), “[...], na Praça da Matriz era a gente toda molhada, enlameada, cantando, gritando, saracoteando

⁴² Queiroz (1983, não paginado).

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ver DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 54.

na mais sincera alegria”. Tratava-se de uma manifestação protagonizada por jovens, mas da qual todas as famílias visitadas podiam participar. As famílias visitadas pelos “pagodeiros”, conforme eram denominados, não recebiam quaisquer comunicados prévios. A visita acontecia de surpresa. Às vezes, os donos da casa já estavam dormindo quando eram incomodados pelo grupo. Mas, segundo Machado (1926, não paginado), “muitas pazes então, se conseguiam, entre pessoas anteriormente intrigadas. E muito namoro para casamento também se iniciava”.

Porém, nem todos os moradores viam este ritual carnavalesco com bons olhos, caracterizando-o como prática de desuso. Um redator do jornal *Correio de Oeiras* afirmou que esse carnaval à base de “[...] água, pós pretos, anil e outras substancias analogas⁴⁵” é uma “rotina dos meios atrasados⁴⁶” e que mesmo assim fazem parte dele “boa parte da escol de nossa sociedade⁴⁷”. Alega ainda que, nos centros civilizados, “processos novos e delicados realçam e fasem tocar ao delírio esse folguedo, que aqui prevalece ainda a mesma barbari dos seus tempos primitivos⁴⁸”. E mesmo confirmando que o carnaval naquele ano aconteceu sem registro de ocorrências, pontua que “apenas meia dúzia de figuras nos entorno, mal arranjados, assombraram n’um ou noutro ponto da cidade⁴⁹”. Acreditamos, no entanto, que havia algumas práticas de representação carnavalesca que eram reprimidas, possivelmente a prática dos populares, os quais, na descrição do colunista, são caracterizados de “mal arranjados”⁵⁰. Outra festa de cunho popular que não agradava a todos os moradores, principalmente à elite, era a comemoração aos “Santos Reis”.

A festa de Santos Reis⁵¹ é comemorada no dia 06 (seis) de janeiro. Em Oeiras, era realizada por dois grupos distintos, que faziam visitas noturnas às famílias, sendo que um dos grupos efetuava o comunicado quanto à visita pretendida. Como os atrativos na cidade eram poucos e esses eventos eram organizados por conhecidos ou membros das próprias famílias, a sociedade local parecia apoiar o folguedo, mas tudo acontecia apenas no centro da cidade. Assim, não encontramos registros sobre essa manifestação na área suburbana. Seja como for, acreditamos que os populares também possuíam suas

⁴⁵ O CARNAVAL. *Correio de Oeiras*, n. 04, p.04, 28 fev. 1909, p. 04.

⁴⁶ Id. p. 04.

⁴⁷ Id. p. 04 Ibid.

⁴⁸ Id. p. 04 Ibid.

⁴⁹ Id. p. 04 Ibid.

⁵⁰ Id. p. 04 Ibid.

⁵¹ *Festa de Santos Reis*: conforme descrição, comemora-se a visita dos três reis magos a Jesus Cristo. É celebrada no dia 06 (seis) de janeiro.

formas de lazer e comemoração, pois o indivíduo não vive sem interação social com seus pares e com o meio. A festa de Santos Reis acontecia da seguinte forma:

Os Santos Reis eram um grupo de cantores, músicos e dançarinos entoando cânticos alusivos ao Natal de Jesus Cristo, e de louvores aos donos de casa que visitassem. Visita efetuada a tal hora da noite e anunciada no dia anterior. À aproximação do grupo, fecha-se a porta limiar da casa. Aí se iniciava o canto pastoral. Aberta em seguida, a mesma, executava-se na sala de jantar, todo programa, desde a partelouvaminheira, com pleno regozijo de todos (MACHADO, 1926, não paginado).

Quando terminava a dança, da qual os membros da família visitada participavam, serviam-se bebida e comida. Acredita-se que as famílias que recebiam a visita do grupo sentiam-se orgulhosas pela recepção.

Havia outro grupo de “Reis”, denominado “cerra”, o qual exercia sua forma própria de ritualização. Causavam constrangimentos por onde passavam. Os moradores não os aceitavam em suas residências. Por isso, o grupo agia geralmente quando eles estavam dormindo. Sua forma de representação consistia em humilhar o dono da residência visitada com a simulação de um julgamento. “Era formado por um conjunto de mascarados que consistiam nas personagens: juiz, promotor, testemunha e carrasco” (MACHADO, 1926, não paginado). A vítima, o dono da casa, não era forçada a participar, já que o grupo não chegava ao interior das residências. Portanto, um membro do grupo exercia o papel da vítima⁵², sendo “sacrificado” em frente à casa do morador escolhido.

Dessa forma, enquanto simulava o cerramento do indivíduo ao meio, com uma barriga falsa improvisada a partir de um barril vazio, “os defeitos e pecados do acusado, sobretudo os menos notórios, eram expostos detalhadamente⁵³”. Ele sofria inúmeras calúnias e difamações. Por esse motivo, não raro os membros da “cerra” eram recepcionados com “cabaças cheias de fezes e urina⁵⁴”, atiradas em sua direção.

De acordo com Thompson (1998), os rituais de humilhação pública estiveram presentes na Inglaterra com o *rough music* e na França com o *charivari*⁵⁵ até o século XIX. Nesses rituais, a vítima era ridicularizada em público pelos seus vizinhos e por

⁵² Id. não paginado.

⁵³ Id. não paginado Ibid..

⁵⁴ Id. não paginado Ibid.

⁵⁵ Ver: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 353-397.

quem mais desejasse seguir o cortejo. Isso acontecia quando havia desrespeito às normas de conduta da comunidade ou mesmo por motivos esdrúxulos. Uma simples noite de núpcias era motivo para que os recém-casados sofrerem insultos diante de sua residência. Os rituais eram bem diversificados. As vítimas desfilavam na rua diante de sua comunidade ou poderiam também ser substituídas por personagens. Por vezes, a exposição se dava com o objeto de escárnio “montado numa vaca ou num burro” com a frente para trás, além de “máscaras e danças, o desfile e a queima de efígies, ou ainda combinações variadas de todos esses elementos” (THOMPSON, 1998, p. 354).

Quando alguém passava por uma situação dessa natureza, o indivíduo se tornava uma espécie de *persona non grata*, sofrendo rejeição por parte da comunidade. Todavia, em Oeiras, as fontes não nos autorizam a acreditar que as vítimas sofriam algum tipo de rejeição ou constrangimento diante de seus pares depois do ocorrido. Mediante o exposto, acreditamos que esses moradores de fato eram considerados vítimas e o grupo, réu, sendo este o verdadeiro alvo de rejeição. Prova disto é que seus membros usavam máscaras e mudavam o tom de voz para não serem identificados.

Entretanto, esta manifestação consistia em uma das comemorações das mais importantes que os oeirenses realizavam. Tudo indica que tais manifestações eram provenientes do século anterior e que, portanto, permaneciam vivas na prática daqueles que habitavam a cidade. Por isso, não seria de bom tom caracterizar Oeiras como uma cidade aparentemente fadada ao fracasso e à tristeza ocasionada pela perda do título de capital. O teatro e o telégrafo já faziam parte do cotidiano do oeirense, e, neste final de terceira década do século XX, instala-se um espaço público destinado à educação primária.

1.9 Grupo Escolar “Costa Alvarenga”

Depois da transferência da capital até 1929, nenhuma escola havia sido instalada em Oeiras, e o esforço para que o ensino público fosse restabelecido por parte daqueles que comandavam o poder público local era pouco. Mesmo em sua época de capital, Oeiras não possuía sequer prédio próprio para o funcionamento do ensino. Tal atividade era feita em casas residenciais alugadas. Com a saída da capital, o aluguel foi desfeito, visto que a própria escola fora transferida. Segundo Reis (2006), o Liceu Piauiense Provincial, fundado em 1845 no governo de Zacarias de Gois e Vasconcelos, e a Escola

de Educação e Artífices foram instituições transferidas por Saraiva para Teresina. “[...] esse ato causou estremecimento na educação de Oeiras, que entrou em decadência, tirando de muitos jovens a oportunidade de se prepararem adequadamente para os exames das escolas superiores do Império” (REIS, 2006, p.129). Ainda segundo a autora,

O ensino público da cidade de Oeiras chegou aos anos de 1920 envolvido numa situação depreciativa. Não existia ensino de nível secundário e as duas escolas públicas primárias de que se tem notícia na época, além de não poder atender a todos que a elas recorriam, já não atendiam aos apelos da população que exigia um ensino de maior qualidade, encontrando como única saída recorrer às escolas particulares (REIS, 2006, p. 190).

Dessa forma, os pobres não tinham acesso ao ensino, pois a oferta de vagas nas escolas públicas era pequena. Ademais, não podiam custear o ensino nas instituições particulares, conjuntura da qual resultou um grande número de analfabetos, cujo tempo era empregado exclusivamente em atividades domésticas e na agricultura familiar. Acreditamos que os representantes da política local e estadual não tinham interesse em resolver essa situação. Os pais que dispunham de recursos enviavam seus filhos para estudar em Teresina, Recife, São Luís e Salvador, principalmente os que almejavam o ensino superior, pois estas escolas ensinavam poucas cadeiras. Dessa forma, não garantiam um ensino primário de qualidade para que os alunos pudessem dar continuidade aos estudos.

O fato é que apenas em 1929 foi criado o Grupo Escolar “Costa Alvarenga”, instalado no sobrado *João Nepomuceno*⁵⁶, localizado no centro da cidade ao lado da Igreja Matriz, sobrado residencial, na época pertencia ao poder municipal. E mesmo depois desta escola, ainda não havia garantias que os pobres tinham acesso ao ensino, tendo em vista a pequena quantidade de vagas disponíveis.

É patente a ausência de políticas públicas em Oeiras no tocante à educação, haja vista que só se edificou uma escola pública quase um século depois. A preocupação do grupo político local se resumia em justificar sua ingerência em virtude da transferência da capital. Por trás dessa justificativa, muitos se esconderam por décadas a fio, deixando

⁵⁶ *Sobrado João Nepomuceno*: construído no início do século XIX pela família Castelo Branco, sendo uma das famílias que acompanhou a transferência da capital em 1853. No final do século XIX, a propriedade foi vendida à Intendência Municipal, funcionando como escola até 1938. Foi doado na década de 1940 à Diocese de Oeiras e atualmente funciona como Museu de Arte Sacra (MAS).

seus herdeiros a repetir a mesma justificativa. Dessa forma, pergunta-se: quando o ensino público tornou-se “público”?

FIGURA 02: Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 1929.



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos Rubem Reis.

FIGURA 03: Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 1929.



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos Rubem Reis.

As duas imagens em questão são referentes à inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga, no ano de 1929. Neste período, o intendente era o Desembargador Candido Ferreira de Sousa Martins. Embora poucas pessoas estivessem presentes no evento, foi um momento de conquista para os oeienses que tiveram a oportunidade de ver seus filhos matriculados numa escola. Porém, mesmo se tratando de uma escola destinada a poucos, a um grupo seletivo, houve os que apenas foram às comemorações de inauguração. Na Figura 02, aparecem as autoridades locais, em companhia de alguns pais e alunos. Os estudantes do sexo masculino estão vestidos com shorts escuros,

provavelmente azuis, e camisas brancas de mangas compridas, enquanto as meninas estão usando saia da mesma cor dos shorts dos meninos e blusas brancas com mangas longas.

Na fotografia em análise, nota-se que algumas crianças não estavam usando o fardamento da escola, sendo provavelmente algumas daquelas que não tiveram a oportunidade de estudar. Dentre estas crianças, uma aparece à frente das autoridades, estando quase de costas para a lente do fotógrafo, como se não tivesse sido convidada para posar para a fotografia. Outra aparece quase atrás do grupo político, da direita para a esquerda da imagem. Estas duas crianças chamam a atenção pelo fato de estarem usando roupas mais simples que as demais que não estão fardadas.

As autoridades estão em traje a rigor, usando terno e gravata, além de alguns pais também vestidos a caráter também. Contudo, do lado esquerdo da imagem, em frente à segunda porta, há dois homens usando chapéu de palha, acessório comum à indumentária dos pobres. Já no canto direito da foto, aparecem nove pessoas, entre homens e mulheres, como se estivessem à parte da imagem, mas todos bem vestidos. Além de um bom número de pessoas que posam para a foto à frente da escola, outras disputam lugares nas janelas do sobrado.

A Figura 03 nos apresenta outro momento da inauguração, provavelmente quando as autoridades e letrados locais fizeram seus pronunciamentos ao público presente. Ao centro, logo no canto do patamar da igreja, há dois homens de pé, enquanto algumas pessoas encontram-se na parte de baixo, olhando em sua direção; e outras, maioria crianças, estão espalhadas em frente à Matriz. Enquanto isso, dois meninos parecem se divertir equilibrando-se em cima de pedras em frente à igreja.

As duas imagens capturadas, embora sejam referentes a um mesmo evento, levam-nos a perceber algo de diferente. A Figura 03 foi capturada num momento de distração dos presentes, não nos dando a ideia de um cenário montado. Ela apresenta um ângulo mais aberto, permitindo visualizar um pouco de como era a cidade no passado. As fotografias foram realizadas certamente pelos representantes da política local, interessados em registrar o evento provavelmente movidos pelo interesse de se apresentarem como proponentes de desenvolvimento da cidade naquele momento.

A fotografia ajuda também a legitimar o poder, sendo uma forma de representar o presente e o ausente. Como afirma Pesavento (2007, p. 22),

[...] as fotografias e, sobretudo, as de cidade, são dotadas de um valor documental: o historiadores delas se apropriam em busca de constatar a presença ou ausência de determinados prédios, estados de ruas, o trajar dos habitantes, os sinais da modernização urbana – ou a falta dela, captando a vida presente em um momento do tempo, congelado para sempre na imagem que se grava no papel pelo efeito técnico de captação de luz.

Na imagem, a cidade tem a aparência de abandono. Os dois prédios, o sobrado e a igreja, parecem estar deslocados, perdidos no meio do “nada”. Há uma ausência de seres humanos, focando-se o chão de terra, com muitas pedras e irregularidades no solo. O cenário notado em Oeiras neste início de século era de completo abandono e desleixo por parte dos que a representavam politicamente.

O sobrado fora escolhido para sediar a escola, talvez por pertencer à Intendência e por ser um prédio imponente, dada a importância da escola, que marcaria mais um passo da cidade rumo aos “tempos modernos”.

Portanto, mesmo em meio a algumas conquistas, o discurso de políticos e letrados continuava apontando para um passado de glória e um presente e futuro sem expectativas. Todavia, com o fim inesperado da Intendência Municipal em 1930 e a nomeação de um novo governo municipal, além de o prefeito estar envolvendo nesta nova administração do município a presença de alguns letrados, os quais reclamavam as condições de atraso da cidade, o tom do discurso sobre a cidade toma uma nova direção: o progresso.

Porém, todas as conquistas urbanas da cidade foram atribuídas partindo daquele momento, como se a história de uma sociedade andasse em linha reta. A conclusão da sede da Prefeitura Municipal de Oeiras foi transformada no símbolo deste “renascimento”. Esta construção havia se iniciado no mandato do Intendente Candido Ferreira de Sousa Martins, sendo, portanto, apenas concluída pelo prefeito José Martins de Sá, embora a construção capturada pela foto tenha sido atribuída à sua administração. No entanto, todas as transformações urbanas a partir daquele momento foram bastante comemoradas e divulgadas como a “retomada do progresso”. Para os representantes do poder político local, Oeiras estava conquistando sua importância de outrora, bem como o direito de viver novamente num espaço ressignificado.

CAPÍTULO II

TENTATIVAS, SONHOS E DESEJOS PARA CRIAR UM ESPAÇO URBANO MODERNO E RESSIGNIFICADO

2.1 Uma cidade, um sonho

Nossas discussões neste capítulo estarão centradas no processo de modernização ocorrido entre 1930 e 1945, quando os discursos de letrados e políticos apontam para o progresso ocasionado pela chegada de alguns elementos modernos, como a luz elétrica, o avião, a praça ajardinada e o cineteatro, que representavam a modernização e a ressignificação da cidade, tendo como elemento impulsionador desse progresso a cera de carnaúba, que favoreceu o fortalecimento do comércio local. Estarão ainda em evidência as contradições dessa vida moderna que estava sendo projetada, pois poucos foram incluídos neste projeto reformado, mais atento à ressignificação do espaço urbano que a transformações sociais.

Com o fim da Intendência Municipal e a nomeação do prefeito José Martins de Sá para o exercício do poder executivo local em outubro de 1930, porém com a presença da elite letrada fazendo parte da nova administração, a retórica tomou o rumo do progresso. Os membros do poder público local passaram a construir o tempo da cidade por meio de um marco divisório, tendo as décadas anteriores a 1930 como “decadentes” e aquele presente como fase de progresso. Logo, o imaginário social foi se apoderando dessa retórica de progresso material repentino.

Exemplo dessa retórica pode-se recuperar em Queiroz (1996, p. 155): “Mas, um dia, a gloriosa terra, como que a bela adormecida no bosque, despertou do longo sono, distendeu os membros entorpecidos, sacudiu a poeira do tempo e resolveu encetar nova jornada, readquirir o antigo prestígio”.

Como se a cidade tivesse tomado um antídoto e despertado do “longo sono”, a metáfora indica a tentativa de apagar o tempo transcorrido entre 1852-1930. O discurso intelectual e político apresentava homogeneidade ao enaltecer todas as conquistas a partir daquele momento. Para aqueles representantes, o oeirense teria uma cidade que

proporcionaria o mesmo orgulho de tempos atrás, quando ela fora capital⁵⁷. Essa fase representava o esquecimento do passado por meio do enaltecimento do presente.

Portanto, acreditamos que essa postura dos políticos e letrados diante das novas conquistas representava uma forma reativa do ressentimento constituído no imaginário coletivo desde a transferência da capital, visto que as representações indicavam que a modernização era uma forma de ressignificar o espaço oeirense. Por essa razão, Oeiras não sofreu intervenções físicas que a descaracterizassem, no sentido de destruir para reconstruir, pois havia o desejo de permanência das construções da época em que a cidade ostentava o status de capital.

Segundo Pierre Ansart (2004), o ressentimento não pode ser encarado de forma singular. Devemos estar atentos às diversas formas de ressentimento, encarando-o essencialmente em seu caráter plural, e não universal. Cada sociedade e/ou indivíduo desenvolveu suas formas de ressentimento de acordo com seu passado histórico. Logo, “é preciso, primeiramente, atentar à diversidade das formas de ressentimento e falar de ressentimento no plural e não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal” (ANSART, 2004, p. 19).

Sendo o ressentimento encarado como um fenômeno plural, suas formas reativas também ganharão a mesma essência de pluralidade. No entanto, o desejo de ressignificar o espaço urbano oeirense representava uma reação, porquanto o desejo era o de transformá-la em cidade importante com perspectiva de crescimento, embora mantendo conjuntamente com o moderno a imagem de outrora.

Dessa forma, a cidade continuou acumulando vários tempos num mesmo espaço transcorrido ao longo dos séculos. Ainda que as práticas fossem mudando, novas formas de consumo foram sendo apropriadas. “A passagem do tempo modifica o espaço, onde as práticas sociais de consumo e de apropriação do território não só alteram as formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade” (PESAVENTO, 2005, p. 12).

A geração que presenciou a transferência da capital já havia passado. Não obstante, a nova geração foi incorporando os anseios do grupo do passado, dando continuidade ao ressentimento. “A memória de uma sociedade estende-se até onde

⁵⁷ Para Orlandi (2001), os discursos possuem toda uma formação ideológica a que o indivíduo está ligado. É essa formação que dará sentido à forma discursiva de cada um. “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição em que o conjunto sócio-histórico dado - determina o que pode ser dito” (ORLANDI, 2001, p. 43). Convém, entretanto, destacar que o grupo intelectual fazia parte da política local enquanto familiares ou como funcionários. Portanto, seus discursos possuíam toda uma legitimidade por parte de quem comandava o poder local.

pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais é composta” (HALBWACHS, 1990, p. 84). Por isso, Oeiras buscava sua dignidade perdida, mas parecia necessitar carregar a imagem do passado, pois imaginariamente o passado era digno de ser transportado para o futuro.

Mesmo assim, acreditamos que sociedade precisava desenvolver novas sociabilidades e sensibilidades. Ela pretendia criar um espaço que a representasse, mas também resolver as questões do passado, o orgulho ferido. Por conseguinte, a não destruição da memória do grupo do passado tinha sua importância, haja vista que as construções materiais possuíam o poder de representação do passado histórico da cidade, sendo, portanto, dignas de se manterem presentes naquela sociedade. Para Halbwachs (1990, p. 123),

enquanto um grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode se alongar: é sempre um meio contínuo, que se torna acessível em toda a sua extensão. É quando se transforma que um novo tempo começa para ele e que sua atenção, se afasta progressivamente daquilo que foi, e do que não é mais agora. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros, para que uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância.

Porém, o início da modernização da cidade, segundo consta nas representações de época, iniciou no mandato do prefeito José Martins de Sá. Este, quando assumiu o cargo, tomou algumas medidas consideradas por ele como necessárias ao orçamento municipal. Portanto, baixou os salários e instituiu o imposto predial urbano. O pequeno município possuía uma renda anual em torno de 40:000\$000 (quarenta contos de réis). Por isso, na tentativa de aumentar a renda municipal ou porque o município não podia pagar o montante da folha de pagamento, o prefeito tomou a iniciativa de reduzir os salários dos funcionários municipais para 50% do valor, inclusive o dele próprio.

José Martins de Sá ainda ordenou a capina das ruas da cidade. Antes, a limpeza ocorria apenas nos preparativos das grandes festas religiosas, que aconteciam na Semana Santa e no final do ano. Essa medida profilática representava novas expectativas aos cidadãos, permitindo o direito de viver numa cidade aparentemente limpa, mesmo sem calçamento e com muitos animais circulando pelas ruas. Queiroz (1984, não paginado) conta:

O jovem, e então rapazinho, Luís Mendes, irmão do Dr. Antonio Gentil de Sousa Mendes, andava pelas ruas a passear [...], quando pela frente sai-lhe um cachorro a ameaçá-lo. Luís Mendes, olha daqui e acolá à procura de uma pedra para atirá-la no cão e não encontra. No auge da raiva ele grita: prefeito desgraçado [...], não deixa uma pedra pra gente se defender [...].

Segundo Copeiro, “tinha muito fedegoso e mata-pasto. José Sá mandou fazer a limpeza geral (informação verbal⁵⁸)”. Consequentemente, por não haver calçamento nas ruas, estas ficavam vulneráveis ao mato. Apenas a Rua do Fogo tinha um restante de calçamento bico-de-jacaré⁵⁹, realizado nos anos iniciais do século XX. Além de mato, havia também a circulação de muitos animais, principalmente porcos e cachorros, além da existência de currais nos arredores da cidade.

Copeiro afirma que “havia muitas fezes de animais espalhadas pela cidade (informação verbal⁶⁰)”. O grande número de animais presente no centro urbano se dava por causa da criação de animais de pequeno porte, como porcos, ovelhas, cabras, galinhas etc., além da criação de gado de maneira extensiva. Ademais, o meio de transporte utilizado no município era o cavalo e o jumento, que se concentravam principalmente no mercado municipal.

Inicialmente, o prefeito resolveu a questão da limpeza urbana referente ao mato, mas, se esta prática tornou-se rotina, não há indício. Mas, o certo é que não ocorreu qualquer outra medida com o objetivo de realizar a higienização urbana, haja vista que, no início da década de 1930, já aparecem os primeiros casos de moléstias, com registros da presença da malária na cidade, mas isto parecia não incomodar o poder público local.

A modernização em Oeiras se fez presente mais pelo discurso do que pela prática, pois a aparência da cidade continuava fortemente marcada pela falta de higiene pública, destoando de outras cidades, onde a modernização também se fez pela profilaxia urbana. O prefeito Pereira Passos, por exemplo, quando assumiu o poder municipal no Rio de Janeiro, adotou, dentre outras medidas, a intolerância a antigas “usanças”. Passos afirma: “Aboli igualmente a prática rústica de se ordenharem vacas leiteiras na via pública, que ia cobrindo com seus dejetos, cenas estas que ninguém certamente achará dignas de uma cidade civilizada” (PASSOS apud BENCHIMOL, 1985, p. 606).

⁵⁸ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 10 de fevereiro de 2014.

⁵⁹ Bico de jacaré: calçamento feito de pedra não lapidada, não apresentando uniformidade.

⁶⁰ Idem.

Até o Mercado Público Municipal funcionava em péssimas condições, mesmo sendo um espaço de grande importância para a cidade. Lá se vendiam todos os tipos de gêneros alimentícios, inclusive carne fresca e seca; comprava-se “a carne de porco, tinha as malas no sábado, a carne era temperada (informação verbal⁶¹)”. Já a carne fresca era vendida por quatro açougueiros no mesmo mercado, sendo “dois do lado da Igreja da Conceição e dois do lado dos Tapetys (informação verbal⁶²)”. Logo, a atividade era situada nas porções norte e sul do mercado.

No mercado, alguns comerciantes, principalmente os urbanos, possuíam pontos fixos. Já os feirantes, os que vendiam apenas no dia da feira, praticavam sua atividade fora do mercado, nas calçadas. Alguns desses feirantes já começavam a ocupar as calçadas pela madrugada, distribuindo os sacos e caixotes com a mercadoria, mas a movimentação na feira acontecia até o meio-dia, quando muitos desses feirantes já se retiravam, visto que a viagem de retorno ao campo era longa.

As atividades comerciais, que funcionaram no antigo Mercado Público até 1934, foram transferidas para o novo Mercado Público quando este ainda estava em construção, durante o mandato do prefeito João Ferraz (1933-1935). A feira passou a funcionar em um espaço ainda inacabado, sem as devidas condições infraestruturais. A construção foi concluída dez anos após ter se iniciado, em 1944, durante o governo do prefeito Orlando Carvalho. Sendo assim, apenas a partir deste período é que os feirantes passaram a trabalhar num espaço dotado de acomodações melhores.

De qualquer forma, para os intelectuais e políticos locais, o que marcou a presença da modernidade em Oeiras foi a construção da sede da Prefeitura Municipal, construção atribuída ao mandato do prefeito José Martins de Sá. Entretanto, conforme já exposto, ele apenas concluiu o novo prédio, mas todos os créditos foram atribuídos à sua administração. Conforme Queiroz (1984, não paginado), tesoureiro da Prefeitura na época, “o Município rendia uma quantia de uns quarenta contos de réis por ano [...]. Mesmo assim, na sua gestão, pôde o prefeito limpar a cidade; construiu o prédio da Prefeitura, tendo mandado buscar madeira no Pará para assoalhá-la”⁶³. Para Soares Filho (1992, p. 208), foi uma “obra marcante a construção do Prédio da Prefeitura Municipal, de arquitetura avançada para a época”.

⁶¹ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 10 de fevereiro de 2014.

⁶² Idem.

⁶³ QUEIROZ, Possidônio Nunes de. Programa de rádio exibido na Rádio Primeira Capital em Oeiras, no ano de 1984.

De certa forma, cada cidade viveu a experiência com o moderno que lhe foi possível, construindo sua história com o moderno de acordo com as possibilidades locais e regionais. Para Berman (2007, p. 151), “seria estúpido negar que a modernização pode percorrer vários e diferentes caminhos. Não há razão para que toda cidade moderna se pareça com Nova York, Los Angeles ou Tóquio”. Aranha (2006, p. 67), por sua vez, assevera que

[...] há de considerar que essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolo moderno de valor universal, significando, com isso, qualquer contato com um ou outro símbolo, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista, possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado.

A modernização que aconteceu em Oeiras não visou à destruição do “velho”. Tratava-se de mudanças que ocorriam lentamente, dadas as condições econômicas do município. Por isso, não houve um plano para a modernização da cidade, nem sob a administração do prefeito José Martins de Sá nem daqueles que o sucederam. As transformações urbanas respeitaram o traçado da antiga cidade colonial. Desta feita, da fase colonial, Oeiras herdou e preservou o traçado urbano e alguns casarões da sua época de “majestade”.

A modernização que há décadas se vinha operando nas maiores cidades do país não obedecia a um projeto de urbanização, mas ocorria construção a construção dentro do espaço traçado pela concepção colonial anterior, obedientes às configurações de poder que a ela presidia e dócil aos acidentes geográficos (AVILA, 2008, p. 15).

Cidades maiores, com alto poder de custo, sofreram intervenções mais severas. Em muitos casos, o processo de modernização as descaracterizava com mais efetividade. Seus projetos eliminavam o que era considerado “velho”, feio e sujo. Queriam apagar a poeira da colônia e do Império; buscavam produzir espaços com características de beleza, higiene e funcionalidade. O Rio de Janeiro foi uma dessas cidades. “O bota-abixo” foi a frase símbolo que marcou a modernização da capital carioca no início do século XX. Para Meneses (2000, p. 119), “o barulho e a poeira das demolições anunciavam o progresso e a busca de novas representações. Para a cidade,

significavam a condenação das tradições. A modernidade abria caminho numa voracidade sem limite”⁶⁴.

Dessa forma, o processo de modernização está associado a construções, mas também, e principalmente, à destruição do antigo. Mas este não foi o caminho percorrido por Oeiras. Para Choay (2006, p. 217), “modernizar não é dar a impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador”. Oeiras possuiu novas construções que simbolizam a arquitetura moderna, mas também atribuiu novos significados àquelas consideradas antigas.

FIGURA 04: Prédio da Prefeitura Municipal de Oeiras (193?).



Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Reis.

Essa imagem era marcante para os oeirenses, pelo menos para a elite local, que escolheram o prédio da Prefeitura como símbolo maior da presença da modernidade em Oeiras. De fato, sua arquitetura renovada destoava das casas e sobrados que representavam a colônia e o Império. Talvez por isso atribuiu-se a ideia da modernização partindo desse período, além do interesse político dos novos representantes, que se autoproclamavam propagadores do progresso e da modernidade.

⁶⁴ Porém, esse não foi o caminho percorrido por inúmeras outras cidades do Brasil. Dentre elas, São Luís, capital do Maranhão, que manteve diversas obras arquitetônicas e o traçado urbano de sua fase colonial, não demolindo a representação do passado. “No início do século XX, da cidade colonial portuguesa das primeiras décadas do século XVII restaram o traçado urbano do núcleo original e a permanência de alguns usos (o mercado, as praças e habitações). A esses elementos agrega-se a arquitetura tradicional luso-brasileira construída no século XIX, com seu poder de ocupação dos lotes e suas tipologias, como elementos característicos da paisagem urbana ludovicense” (LOPES apud SILVA, 2013, p. 02).

A fotografia apresentada foi feita pela manhã, tendo em vista que a luz solar está na parte da frente do prédio. Talvez este fosse um bom momento para ter mais pessoas presentes na foto. Porém, apenas três pessoas foram capturadas pela lente do fotógrafo, aparentemente trabalhadores, populares, pois eles estão usando chapéus de palha. O primeiro, no canto esquerdo, carrega um saco nas costas. Sua mão esquerda prende a boca do saco, que vem por cima dos ombros. Supõe-se que o número de transeuntes era pequeno porque se deve levar em conta não só o momento em que a imagem foi feita, mas também o dia da semana, pois o dia em que havia mais pessoas nas ruas era o sábado, quando ocorria a feira.

Ainda ao lado esquerdo podemos vislumbrar a metade de duas residências, ambas bem próximas à Prefeitura, o que caracteriza, de certa forma, a falta de planejamento urbano, no sentido de não se cogitar a possibilidade da abertura de futuras ruas e avenidas naquele local. Também ao fundo da fotografia, à direita, tem-se outra casa, da qual visualizamos apenas uma parte. Ele se encontra com a porta principal aberta. Pode-se imaginar uma cidade em cujo centro havia uma ausência significativa de urbanidade. Encontramos ainda na imagem três postes de madeira, indicando que a Prefeitura contava com fornecimento de energia. A inauguração deste serviço aconteceu em 1937. Logo, quando a imagem foi feita, já havia o fornecimento de energia elétrica na cidade, tendo em vista que a Prefeitura foi o primeiro prédio público a receber a luz artificial, pois parte da solenidade da inauguração ocorreu neste recinto.

2.2 A luz elétrica

A luz elétrica foi inaugurada em 7 de setembro de 1937, marcando outra fase da modernização oeirense. Este serviço marcaria incisivamente o imaginário da sociedade local, principalmente pelo poder de atração que possuía. Segundo Roncayolo (1999, p. 98), “o olhar sobre a cidade muda”. Novos significados e formas de viver são incorporados pelos habitantes, que passaram a relacionar-se com esse poderoso elemento da artificialidade urbana. Nos termos de Roncayolo (1999, p. 97), “a cidade sempre procurou dominar a luz, sinal de originalidade técnica do mundo urbano, primeiro elemento, talvez, de sua artificialidade”.

Embora, nem todos pudessem consumir esse produto moderno, vislumbravam a beleza das lâmpadas espalhadas pela cidade. Até porque as outras tentativas de iluminação pública fracassaram, diante da ineficiência de iluminação e de seu caráter

temporário. Entretanto, este novo modelo apresentava-se como um serviço definitivo. Isto era percebido através do investimento em infraestrutura para a instalação da luz, movida por uma máquina com o poder da automação. Embora não beneficiasse toda a população citadina, causava admiração e desejo aos virem essas edificações. “A eletricidade é um dos principais produtos criados e aperfeiçoados pelo desenvolvimento científico da época, que se transforma em mercadoria cara” (ROCHA, 2000, p. 203).

A máquina era movida a lenha. Conforme Rêgo (1992, p. 128), “a luz elétrica produzia à custa da velha caldeira à lenha, importada da Alemanha, antes da guerra”. Partia da usina a fiação para alguns postes, que se concentravam praticamente ao redor da Igreja e da Praça da Matriz. Na descrição feita por Carvalho Júnior (1980), pode-se visualizar imaginariamente a localização de cada poste, os quais faziam apenas o contorno da Praça da Matriz.

Ladeando a Matriz, a Cadeia, o Sobrado Nepomuceno, lampiões de gás iluminavam a velha Praça. Em 1937, a 7 de setembro, inaugurava-se a iluminação elétrica. Havia mais lampiões. Um na esquina da casa do Cônego, um na calçada da antiga Casa das Armas, outro na esquina da lendária Casa de Câmara, outro na esquina da Cel Benedito Brito, hoje viúva de Natu Reis e outro na esquina da Casa da Fazenda Real, quase na Travessa do Conselho (CARVALHO JÚNIOR, 1980, p. 128).

A instalação da luz elétrica foi realizada no governo do prefeito Augusto Rocha Neto (1936-1937). Em seu mandato, ele destinou todo o recurso adquirido pela Prefeitura durante os dezoito meses em que esteve no poder para comprar e instalar os equipamentos da eletricidade. Conforme pontua Soares Filho (1992, p. 127), “a instalação da rede elétrica e a aquisição de uma máquina geradora de energia” custou 60.000\$000 (sessenta contos de réis). Ao montador e responsável pelo projeto, o “engenheiro Guilherme Weichert”, foi paga a quantia de 40.000\$000 (quarenta contos de réis)⁶⁵, totalizando, portanto, 100.000\$000 (cem contos de réis). Mesmo assim, a usina não possuía uma infraestrutura adequada, sendo montada numa casa residencial, improvisada, na Rua do Fogo. Ficava ligada a outras residências, ocasionando incômodo aos moradores vizinhos, tanto pela alta temperatura, devido à queima de grandes quantidades de lenha para aquecer as caldeiras, como pelo barulho da máquina, quando estava em funcionamento.

⁶⁵ Soares Filho (1994, p. 127).

A máquina teve o mesmo caminho de toda mercadoria que chegava à Oeiras, desde que não fosse da zona rural. Logo, o maquinário foi desembarcado no porto de Amarração; depois, seguiu de barca até Floriano e foi transportado para Oeiras de caminhão. O engenheiro, um alemão de nome Guilherme Weichert, responsável também pela compra da máquina na Alemanha, em correspondência ao prefeito Augusto Rocha Neto, justifica a demora da chegada da máquina a Oeiras: “Máquina demorou devido falta de barca e própria segurança”⁶⁶. Não será possível precisar o tempo de demora para a chegada da máquina a Oeiras, mas, de certo, havia mercadorias que passavam mais de um mês encalhadas do porto por falta de transporte, tendo em vista também a própria navegabilidade do rio Parnaíba, que passa por dificuldades em virtude da diminuição do nível da água no leito em determinadas épocas do ano.

Inicialmente, a luz elétrica não foi instalada em residências. Posteriormente, as famílias de posses solicitavam à Prefeitura o fornecimento deste serviço. Porém, quando ocorreu o aumento do fornecimento de energia, incluindo as residências, a luz foi perdendo a qualidade. “Parecia tomate, chamávamos luz de tomate (informação verbal⁶⁷)”. As luzes ficavam acesas aproximadamente por três horas diárias. Segundo Rêgo (1992, p. 31),

[...] só ficava acesa das seis horas da tarde até pouco depois das nove da noite, quando a estridente buzina apitava alto, avisando que a energia seria suspensa. Toda moça de família que estivesse na rua vinha correndo para casa. Havia exceção nos dias de festa da igreja, de bailes e velório de gente importante. Naturalmente que no Natal a luz não apagava antes da missa do galo.

O alarme da máquina era utilizado diariamente duas vezes: para iniciar o fornecimento da energia e quando o serviço seria interrompido. No entanto, a princípio, tinha como objetivo anunciar quando as luzes iam acender e apagar, mas o alarme acabou ditando regras e condicionando comportamentos. Quando a sirene anunciava que a cidade ficaria escura, quem estava na rua tratava de voltar para casa. “Eu era menino, a criançada brincava muito à noite na praça. Mas, quando a buzina tocava, só

⁶⁶ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1937).

⁶⁷ Geraldo Barbosa Barros nasceu em 1932. Foi pedreiro, atualmente aposentado. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 23 de fevereiro de 2014.

se via menino correr pra todo lado. As moças também iam pegando o caminho de casa; agora os homens tinham mais liberdade, podiam ficar (informação verbal⁶⁸)”.

Para a inauguração da energia elétrica em Oeiras, ocorreu uma das maiores festas celebradas pelo poder público local. A escolha da data foi sugerida pelo então governador Afrísio Lobão. Segundo ele, “aproximando a magna data nossa independência política vg peço vosso consenso sentido de celebrado nesse município com maior brilhantismo no dia da Patria⁶⁹”. Ainda relata o significado deste serviço para Oeiras, “apresentando no passado brilhantismo em notáveis feitos e agora realizando serviços que atestam prosperidade e grande animo Oeirense”⁷⁰.

As comemorações alusivas à inauguração da energia elétrica tiveram início na noite do dia 6 de setembro de 1937, com um baile para a elite local realizado na casa do comerciante Artexerxes Martins de Sá, sendo reiniciadas na manhã do dia seguinte com uma “alvorada em frente da Prefeitura Municipal e da Usina Elétrica. Houve música e foguetes, tendo a usina apitado demoradamente” (O POPULAR, n. ?, 1937, p. 01⁷¹). O objetivo era acordar a população mais cedo e anunciar a chegada daquele grande benefício. A imprensa local se fez presente, por meio do jornal *O Popular*, da cidade de Floriano.

Ao despertar de novas atividades e reafirmando as glórias dos seus antepassados. Oeiras antiga metrópole piauiense de subir a tona dos acontecimentos gloriosos, formando com suas co-irmãs no concurso harmônico da civilização e do progresso (O POPULAR, n. x, 1937, p. 01).

Ainda pela manhã, após a alvorada, ocorreu a celebração de uma missa para autoridades políticas e convidados especiais. Em seguida, deu-se uma apresentação artística dos estudantes do Grupo Escolar Costa Alvarenga, que “executaram varios exercícios de gymnastica, arrancando calorosos applausos⁷²” por parte dos presentes na Praça da Matriz, conforme evidenciam as Figuras 05 e 06. As apresentações da escola eram alusivas à independência do Brasil, mas especialmente à chegada da luz elétrica. Portanto, imagina-se que o número de presentes no evento foi maior que o de costume, pois todos queriam participar de alguma forma daquele momento.

⁶⁸ Geraldo Barbosa Barros. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 23 de fevereiro de 2014.

⁶⁹ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1937).

⁷⁰ Idem.

⁷¹ O documento encontra-se rasurado, sendo, portanto, impossível identificar o número da edição.

⁷² INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉTRICA EM OEIRAS. *O Popular*, Floriano, n. ?, 1937, p. 01 .

FIGURA 05: Apresentação artística dos Alunos do Grupo Escolar Costa Alvarenga.



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos Rubem Reis, 1937.

Na Figura 05, é possível presenciar o momento exato em que um grupo de meninas realizava suas apresentações. Elas usavam o fardamento da escola e todas estavam usando tiara. Cada uma ocupava um pequeno círculo, marcado no chão, provavelmente com tinta de *tabatinga*⁷³. Os círculos encontram-se organizados em linha reta, constituindo quatro filas com sete estudantes em cada uma, formando um retângulo. Elas acompanhavam os movimentos de um menino logo à frente. O espaço destinado às atividades artísticas era fechado com postes de madeira e cordas com bandeirolas, ficando dentro dele apenas alunos e professores.

No lado direito superior da fotografia, visualizamos que os alunos estão dispostos quase em linha reta, de acordo com a proteção da corda. Observando, porém, a imagem da esquerda para a direita, nota-se uma criança de cócoras, talvez já cansada pelo tempo de exposição ao sol, enquanto outra estudante segura uma bandeira, aparentemente do Brasil. Ainda à direita da imagem, observamos uma senhora à frente das crianças acompanhando atentamente a apresentação, provavelmente uma professora. No canto inferior direito, notamos um grupo de senhoras que assistiam ao evento. Dentre elas, encontra-se uma com um pano amarrado na cabeça e usando roupas mais simples que as demais.

⁷³ Tabatinga: argila branca utilizada como pigmento de tintas.

Em meio a essas comemorações de festas cívicas e ao progresso urbano, aparece, ao fundo da foto, a imagem de um jumento selado e, logo à frente, um carro, provavelmente de algum político de outra cidade ou de algum morador oeirense, embora isto fosse pouco provável, pois só encontramos indícios da presença de carros na cidade em 1940. Todavia, como havia muitas autoridades presentes no evento, inclusive o bispo de Teresina, Dom Severino Vieira de Mello, e o Deputado Audo Abreu, dentre outros, o carro poderia pertencer a algum deles.

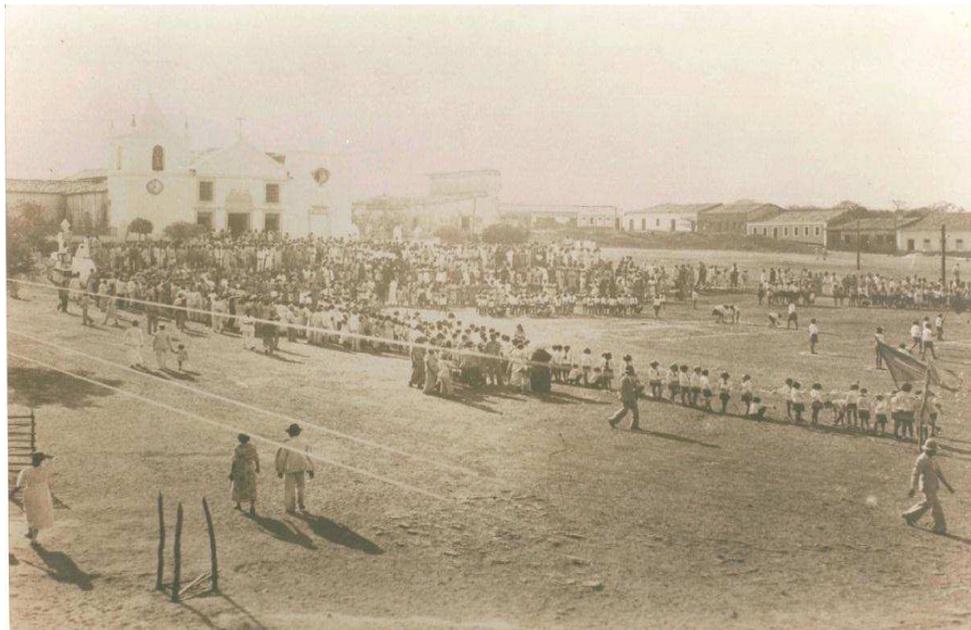
Compondo ainda este cenário, temos a antiga Casa de Câmara e Cadeia (Sobrado dos Ferraz), denotando deterioração na lateral e na parte frontal. Na sacada, notamos a presença de duas pessoas que observavam as apresentações artísticas na praça. Na esquina esquerda do sobrado, vê-se um dos postes da energia elétrica e outro na esquina da casa do cônego. À direita do sobrado, constam as ruínas da Casa das Armas. Ainda disposta circulando a praça, percebe-se uma inútil tentativa de arborização, pois nota-se que existem apenas os “chiqueiros” de proteção.

Contudo, a imagem nos revela um pouco sobre a cidade, denunciando a ausência da política local no sentido de dar prioridade às questões de urbanidade. Os prédios públicos que aparecem sempre apresentam aspectos de desleixo e abandono, transmitindo de fato uma ideia de modernização ilusória, “sem vínculo com as reais necessidades da sociedade” (FERREIRA, s/d, não paginado)⁷⁴.

A fotografia a seguir representa outro momento da apresentação artística. Nesta imagem, aparece outro prédio público em condições depreciativas, a cadeia pública, situada ao lado esquerdo da igreja, cuja maior parte já se encontrava destruída. É possível visualizar o amontoado de entulho deste prédio bem próximo das residências das famílias ilustres da cidade.

⁷⁴ FERREIRA, Álvaro. **Urbanização, energia elétrica e a aceleração do cotidiano**. Disponível em: <www.site.fea.usp.br>. Acesso em: 01 abr. 2015.

FIGURA 06: Apresentação artística dos alunos do Grupo Escolar Costa Alvarenga, 1937.



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos Rubem Reis, 1937.

Nesta fotografia, é possível notar que as autoridades ocuparam o patamar da igreja, conjuntamente com a elite e populares. Observamos ainda que, enquanto as crianças se organizavam para suas apresentações, algumas pessoas ficavam a transitar. Essa movimentação representa a participação de muitos oeirenses, apesar da alta temperatura que aparentava no momento desse evento. Vemos ainda os alunos que estavam dentro do espaço determinado, quase no canto direito da fotografia. Dentre eles, três estudantes marcavam o chão, possivelmente seus lugares, enquanto outros, mais afastados, observavam-nos. Algumas estudantes estão de cócoras, aparentando cansaço, pois o relógio da matriz marcava 10h40min.

No plano central da imagem, um pouco afastado das crianças, vemos um vendedor ambulante. Ao redor dele, temos algumas pessoas, dentre elas dois meninos e um rapaz que, a julgar pelo tipo de roupas que usavam e chapéus de palha, tratava-se de populares. Na parte inferior da imagem, observamos um casal que segue em direção à igreja e uma senhora que caminha no mesmo sentido, com a mão no rosto, protegendo-se do sol.

Sabemos que a fotografia nos oferece um espaço com diversas ações humanas de maneira simultânea. Mesmo assim, ela não representa desejos e sonhos de todos os indivíduos da referida sociedade, pois se realiza no espaço capturado. “A imagem visual se realiza no espaço e fornece de imediato a totalidade das coisas, pessoas, eventos e suas relações” (MENESES, 2012, p. 254). Por isso, as expectativas e ansiedades são

partidas de nossas interrogações e interpretações dos indícios encontrados. Vale ressaltar que

toda fonte ou, mais precisamente, todo vestígio que se transforma em fonte por meio de nossas interrogações nos remete a uma história que é sempre algo mais ou algo menos que o próprio vestígio, e sempre algo diferente dele. Uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer (KOSELLECK, 2006, p. 186).

Finalizadas as apresentações artísticas, as festividades comemorativas reiniciaram às das quinze horas na sala principal da Prefeitura Municipal, com a presença de autoridades políticas, religiosas e convidados. Neste local, houve vários pronunciamentos. Dentre eles, o do presidente da Câmara Municipal, Miguel Oliveira, do deputado Audo de Abreu, presidente do Partido Progressista Piauiense, e do prefeito municipal Augusto Rocha Neto. Logo após esses pronunciamentos, os presentes seguiram em direção à usina, para a concretização do momento mais esperado: acender as luzes⁷⁵.

Eram exatamente 17 ½ horas quando foi dado a bênção da Usina Electrica, dada pelo Snr. Bispo Diocesano, Dom Severino Vieira de Mello. Terminada a cerimônia aos sons da musica, federam aos céus de foguetes em profusão, ouvindo-se o silvar estridente da Usina que, se movimentando creava para a velha Oeiras, uma nova phase de energia vitalizante (O POPULAR, n. x, 1937, p. 01).

A usina foi instalada na Rua do Fogo. Lá, uma multidão já aguardava a chegada das autoridades. Logo após a bênção, o prefeito declarou inaugurada a energia elétrica em Oeiras, fez seu pronunciamento e facultou a palavra a políticos e intelectuais, sendo um dos discursos proferido pelo cirurgião dentista Raimundo Costa Machado⁷⁶. Em seu discurso, ele deixou claro o quanto essa conquista significava para a elite política e intelectual, que ansiava pelo progresso como forma de ressignificar a cidade.

No discurso, Machado apresenta a história da evolução do homem até seu ponto mais alto, o de transformar seu próprio espaço em moderno e, como em todos os outros pronunciamentos, exalta a grandeza da conquista. Os concidadãos estavam começando a

⁷⁵ O POPULAR, n. ?, 1937, p. 01.

⁷⁶ Idem.

usufruir de novas experiências, que os habilitavam a dizer que moravam numa cidade digna de progresso. Eis um trecho do referido discurso:

[...]. Foi o desdobramento desse espaço, foi a purificação desse instinto que, formando o espírito de solidariedade direi melhor, de fraternidade, conduziu vitoriosamente o homem da pedra lascada para o século do rádio [...]. Para isso, de diferentes estados para aqui convergiram tantos patrício, indiferente ao sacrifício da jornada, alheio ao tempo e ao espaço, seduzidos pelo desejo de ver a terra querida experimentar este agigantado passo no caminho do progresso [...]. Capital do estado até 1852, que depois teve sua Idade Média como estacionamento de longos anos, Oeiras está aqui [...]. Aqui estamos para dizer bem alto que iluminando Oeiras queremos pagar uma dívida ao passado [...]⁷⁷.

Como afirma Chartier (1990, p. 17), “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidades de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupos que os forjam”. A luz elétrica era uma conquista material do mundo moderno para alguns cidadãos que tinham condições de pagar a taxa da instalação em suas residências. Para os populares, a maioria dos oeirenses, restou apenas a participação na festa de inauguração.

É notório que a modernização realizada em Oeiras objetivou a modernização do espaço citadino, e não transformar a sociedade em moderna mediante a introdução de novos hábitos. Isso aconteceu significativamente nas cidades consideradas periféricas, onde “a modernização da infraestrutura material da vida social e econômica não foi completa a ponto de gerar uma nova sensibilidade, capaz de ensejar mentalidades modernas” (RIBEIRO, 1996, p. 18).

A fotografia a seguir, feita ao entardecer, marca a etapa mais importante do evento para aqueles que estavam no poder, pois seria o momento em que apresentariam aos presentes a usina elétrica e, por conseguinte, o efeito que ela causaria quando ligada. Por essa razão, muitos se fizeram presentes. Entre elite e populares, a rua foi tomada em frente à usina. Notamos a presença de populares não pelas roupas que usam, mas pelo tipo de chapéu, pois era uma sociedade em que quase todos os homens usavam este acessório. Contudo, entre os homens que estavam de chapéu, a maioria, podemos notar alguns chapéus de palha. Dentre eles, temos um senhor que estava quase em frente à segunda janela, da esquerda para a direita. Ele está totalmente de costas para a imagem,

⁷⁷ Discurso proferido por Raimundo Costa Machado na inauguração da luz elétrica em Oeiras, 1937. Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Reis.

o que facilita a visualização, pois é possível perceber que a aba do chapéu era maior e não estava bem arredondada.

FIGURA 07: Inauguração da energia elétrica (1937).



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos Rubem Reis.

Outro hábito comum entre os oeirenses, segundo Copeiro, era o uso de paletó. “Naquele tempo, homem só andava de paletó. Era moda paletó branco. Eu mesmo tinha um bocado (informação verbal⁷⁸)”. A quantidade de homens na foto é bem superior à das mulheres, mas a atenção dos presentes no exato momento da captura da imagem está voltada para dois homens que estão próximos à última janela, proferindo os discursos. Nesta fotografia, não há como negar a afirmação de Barthes (2012, p. 76) de “[...] que a fotografia é sempre uma escolha do fotógrafo”⁷⁹. O melhor ângulo foi escolhido por ele, que obviamente queria registrar o maior número de presentes no evento.

Ainda na noite do dia 7 de setembro de 1937, foi realizado um baile para a elite local e convidados no salão “nobre” da Prefeitura Municipal. No Grupo Escolar Costa Alvarenga, houve outra festa, destinada aos operários oeirenses, cuja organização foi creditada à Associação Círculo Operário Oeirense. Já para as pessoas que não

⁷⁸ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

⁷⁹ Ver: BARTHES, Roland. **A Câmara clara**: nota sobre fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

pertenciam a nenhum desses grupos, foi “liberada” a Praça da Matriz, para que os pobres fizessem um batuque⁸⁰. Os associados do Círculo Operário Oeirense eram os comerciantes. Poucos operários faziam parte da associação. Era a classe intermediária, a qual possuía um grupo organizado para realizar suas próprias festividades, já que nem sempre podiam fazer parte da elite.

Contudo, isto não nos habilita a informar que a sociedade era completamente estratificada, mas havia, conseqüentemente, quem transitasse entre as duas classes. Entretanto, no restante da população, a divisão em grupos procedia. Locais frequentados pelos pobres quase não o eram pelos membros da classe abastada, como, por exemplo, os bares Benezaca e Guarassu, ambos instalados próximos um do outro. Não obstante, a elite “batia ponto” no Guarassu, enquanto o Benezaca fazia a alegria dos menos favorecidos.

2.3 Benezaca, Guarassu e o rádio

A vida boêmia em Oeiras não se resumia apenas aos cabarés de “Cícero Cego” e ao de João Barros, mas também nas visitas noturnas aos bares Guarassu e Benezaca. O Benezaca, de propriedade de Benedito Filho e Zacarias, funcionava onde fora instalado o primeiro teatro de Oeiras e, atualmente, onde se situa o Bar Dois Irmãos. Já o Guarassu funcionou em frente à Igreja Matriz, sendo do outro lado da Praça da Matriz, onde atualmente situa-se a casa do Sr. Afrânio Sá. Os proprietários eram Antonio Guaraná e Assuero Rêgo. Os bares movimentavam a vida noturna da cidade. Neles, aconteciam diversos encontros, sendo ainda espaços adequados para expor opiniões e troca de ideias, transformando-se em centros culturais e locais de sociabilidade.

Além da bebida quente, cachaça e vinho, havia cerveja, embora mesmo depois da chegada da luz elétrica, ainda não fosse possível resfriá-la. “A cerveja era botada na areia molhada para esfriar, não esfriava, só quebrava um pouquinho, era um purgante (informação verbal⁸¹)”. Mesmo assim, a bebida era consumida pelos fregueses, sendo este procedimento comum em ambos os bares.

O Bar Benezaca era frequentado pelos populares e se tornou um ponto de encontro deles. Ainda que ficassem bem próximos um do outro, o Benezaca e o Guarassu possuíam públicos distintos. Neste último, havia um espaço destinado a

⁸⁰ O POPULAR, n. ?, 1937, p. 01.

⁸¹ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

jogos, tornando-se por isso o bar mais frequentado pela elite local. Copeiro oferece o seguinte relato:

[...] eu saía muito à noite, principalmente todo sábado e domingo, por causa dos colegas, saía pra se encontrar pra conversar. Principalmente a gente ia pra o bar Benezaca e o Guarassu, mas a gente ia mais para o Benezaca. O Guarassu era mais de gente “graúda” (informação verbal⁸²).

Foi no Guarassu onde funcionou o primeiro rádio na cidade de Oeiras, sendo comprado em 1938. O rádio, que se popularizou no Brasil depois da década de 1920, atingiu seu auge nos anos 1950. A princípio, era um aparelho muito caro, devido ao fato de ser importado. Tratava-se de uma caixa de madeira que causou muita alegria e admiração aos que tinham o poder de tê-la. O rádio “[...] converteu-se em meio fundamental de informação e entretenimento” (CALABRE, 2004, p. 07).

O aparelho sonoro era ligado no final da tarde e à noite, mas apenas o Dr. Pedro Sá⁸³ sabia sintonizá-lo, e ainda explicava as informações aos que não compreendiam a linguagem jornalística. “Ele era juiz, sabia de tudo, era um homem do mundo (informação verbal⁸⁴)”. Então, caso viajasse, os fregueses do bar ficavam sem ouvir rádio. Como afirma Rêgo (1999, p. 60-61),

o Primeiro rádio de Oeiras foi no Bar Guarassu. Comprado com a contribuição dos fregueses [...]. A tarde e à noite forma-se a roda, em torno do rádio, para ouvir as notícias. Dr. Pedro Sá [...] era o sintonizador-mor, sentava-se bem junto ao aparelho girando os botões mágicos. Era no tempo da copa da França, em 1938 [...]. Depois veio a guerra. Mudinho era um alfaiate pobre [...]. Tinha memória, o Mudinho ouvia rádio à noite, no Bar Guarassu. De manhã ia tomar café na casa de minha avó e contava as novidades. Descrevia as batalhas, os avanços e recuos das tropas nazistas, os bombardeios de Londres. Sabia quantos aviões tinham sido abatidos, quantos navios afundados, tantos dos alemães como dos aliados.

Segundo Calabre (2004, p. 09), “o novo meio de comunicação revolucionou a relação cotidiana do indivíduo com a notícia, imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos”. Sendo assim, ficar em silêncio ao redor de um rádio,

⁸² Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

⁸³ Pedro Amador Martins de Sá foi magistrado e professor (1890-1984).

⁸⁴ Idem.

até então, era o meio mais eficiente de romper as barreiras do isolamento geográfico que atormentava a cidade. Era uma forma de estar presente no mundo moderno, mesmo estando ausente dele.

O rádio encurtou a distância entre Oeiras e outras cidades mais desenvolvidas. Por meio desse aparelho, era possível se conectar com acontecimentos cujo relato levaria meses para chegar à cidade, geralmente por meio de jornais escritos ou ainda via telégrafo. Portanto, possuir um rádio era o mesmo que ter o mundo em casa. Ele tinha o poder de unir, agregar, influenciar e transformar. O rádio “cumpru um destacado papel social tanto na vida privada como na pública, promovendo um processo de integração que suplanta os limites físicos e os altos índices de analfabetismo do país” (CALABRE, 2004, p. 07).

Então, novas formas de comunicação já estavam fazendo parte do cotidiano do oirense, embora apenas para alguns, sendo capazes de desenvolver novas sociabilidades e sensibilidades. Neste contexto, o novo prefeito, o Cel. Orlando Barbosa de Carvalho, buscou viabilizar a comunicação via área e terrestre, haja vista que a falta de acesso ao município era o nó gótico dos administradores locais.

2.4 Encurtando distâncias

Mesmo em meio a estas transformações, Oeiras continuava sendo uma cidade com pouco acesso, inclusive via terrestre. Tinha como principal ponto de entrada e saída a cidade de Floriano, e esta nunca gozou das melhores condições de tráfego. Ao assumir o poder municipal, Orlando Carvalho solicitou ao Interventor Federal recursos para a reconstrução da estrada que ligava Oeiras a Floriano, e, no entanto, lamenta por não ter sido atendido: “Fiquei certo do despacho do Ex^o. Sr. Interventor Federal, negando auxílio numérico que solicitei, para poder fazer dispendiosos reparos da ponte e aterros do Rio Salinas grandemente estragada na estrada de Oeiras Floriano”⁸⁵.

Segundo um cadastro indicador do “progresso” realizado em 1942, apresentando também dados retrospectivos, o prefeito destaca a quantidade de quilômetros em estradas dentro do município. Em 1930, havia 203 quilômetros, e, em 1942, 437 quilômetros⁸⁶. Portanto houve um aumento pouco significativo para mais de uma década. Talvez por conta dessa dificuldade de acesso, Oeiras continuava com uma

⁸⁵ Livro de registro das correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940).

⁸⁶ Relatório da Prefeitura Municipal de Oeiras, 1942.

população praticamente estagnada, embora que o anunciado pelo poder público fosse bem diferente; o discurso era de grande progresso.

Foram coletados dados que em seguida mencionam, pelos quais se evidencia que Oeiras tem incontestavelmente se desenvolvido nos últimos anos de 1930. Não só a sua população como igualmente o número de prédios, dando já uma impressão de prosperidade e progresso⁸⁷.

Os dados coletados que o prefeito cita são referentes ao censo realizado no final da década de 1930, o qual possui informações populacionais urbanas e suburbanas. O censo apresenta o número de analfabetos e letrados, crianças em idade escolar dentro e fora da escola, dentre outras especificações listadas abaixo. Os dados foram apresentados em 3 de janeiro de 1939, na reunião do Diretório Municipal de Geografia e Estatística, ocasião em que o prefeito relata que, mediante os dados coletados, é perceptível um desenvolvimento urbano no contingente humano e material, tanto no setor público como no privado. Eis os quadros⁸⁸.

QUADRO 01: População do município de Oeiras no final da década de 1930.

Homens	726
Mulheres	1.127
Meninos	543
Meninas	539
Total	2.935

Fonte: Diretório de Geografia e Estatística de 1939. Adaptado.

QUADRO 02: Habitações do município de Oeiras no final da década de 1930.

Casas de telha destinadas a residências e outros fins	63
Casas de telha exclusivamente residenciais	380
Casas de telha destinadas a outros fins	39
Casas de telha de dois pavimentos residenciais	01
Casa de telha de dois pavimentos destinados a outros fins	02
Prédio destinado ao Grupo Escolar Costa Alvarenga	01

⁸⁷ Relatório do Diretório Municipal de Geografia e Estatística de Oeiras (1939, p. 02).

⁸⁸ Estes quadros possuem organização nossa, enquanto os dados foram coletados pelo Diretório de Geografia e Estatística de 1939.

Casas cobertas de palha, exclusivamente residenciais, na parte suburbana.	192
Total	678

Fonte: Diretório de Geografia e Estatística de 1939. Adaptado.

Porém, outro censo foi realizado pelo IBGE⁸⁹ em 1940. Nesta ocasião, foram coletadas informações demográficas das zonas urbana e rural. Constatou-se que o município de Oeiras possuía 38.400 habitantes, dentre os quais apenas 3.038 residiam na zona urbana, ou seja, 7,9% da população, enquanto 92,1% viviam na zona rural, totalizando 35.362 pessoas residentes no campo. Estes habitantes eram distribuídos entre pequenas comunidades e povoados, desenvolvendo atividades na agricultura familiar e pecuária. Logo, a população do município continuava predominantemente rural. A cidade não conseguia atrair novos moradores.

Acredita-se que essa falta de atração do centro urbano se verificava porque os dirigentes locais não criavam condições de trabalho para que homens e mulheres pudessem sobreviver no espaço citadino, pois os investimentos eram esporádicos, sendo direcionados a construções que garantiam o usufruto da elite local. Sendo assim, morar no campo tornava-se mais lucrativo.

A justificativa da classe dirigente para o entrave ao desenvolvimento da cidade era a dificuldade de contato com outras cidades, provocada pela ausência de estradas. As cidades piauienses do sul, tais como Oeiras, ficavam isoladas de comunicação com a capital, à exceção de algumas, como Floriano e Amarante, que eram banhadas pelo Rio Parnaíba, principal via de transporte neste período. “O rio Parnaíba era a via predominante na comunicação dos piauienses com o mundo” (NASCIMENTO, 2002, p. 177).

Talvez no intuito de amenizar o isolamento terrestre, o prefeito solicitou recursos ao Interventor Federal para a manutenção das estradas que ligavam Oeiras a municípios vizinhos. Entretanto, inúmeros foram os pedidos de verba para a execução de obras de aprimoramento urbano e acesso à cidade, mas quase sempre não eram atendidos. Ele alegou ao interventor a necessidade de 20:000\$000 (vinte contos de réis) para o melhoramento da malha viária⁹⁰.

⁸⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁹⁰ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1938).

Tendo esta prefeitura, a seu cargo, a conservação das estradas carroçaveis, que liga este município aos de Floriano, Picos, Valença e Simplício Mendes, além de outras [...], e estando este empenhado em obras de vulto e de grande utilidade.⁹¹

A dificuldade de comunicação externa e interna do Estado era enorme, haja vista que uma das vias mais importantes de comunicação terrestre não se concretizou, a estrada de ferro de Petrolina-PE a Amarração-PI. Por isso, em se tratando de transporte de massa, a saída foi abrir estradas carroçais, que facilitavam a circulação de animais de carga e dos raros caminhões utilizados no transporte de pessoas e mercadorias. Não obstante, a comunicação continuava difícil, principalmente para o trabalho dos correios e o transporte de pessoas, inclusive dentro do próprio Estado, pois a distância entre o norte e o sul do Piauí era superior a mil quilômetros. Por isso,

o Interventor Federal inicia contato com a Companhia Viação Condor, visando criar uma rota de viagem, na qual fosse incluída Teresina. A proposta era ligar a principal cidade do norte do Estado, Parnaíba, a Floriano florescente cidade, localizada no Médio Parnaíba [...]. Isso significava que as principais cidades entre Parnaíba e Floriano seriam visitadas por aeronaves da Condor, desde que houvesse passageiros viajando entre elas ou com destino à Capital da República (NASCIMENTO, 2002, p. 180).

Investir em rodovias e ferrovias naquele momento para o Piauí custaria mais caro aos cofres públicos, embora o avião não atendesse com mais eficiência à demanda do sertão que uma ferrovia ou rodovia, proporcionando a circulação de trens e automóveis. Portanto, em meio a essa dificuldade de comunicação, a região parecia desintegrada das demais, situação presente também em outras regiões. Conforme Gallo (2010, p. 57),

a busca pela integração territorial fez com que o Estado brasileiro se voltasse para regiões Centro Oeste e Norte. A ausência de vias de penetração fez da aviação o principal elemento de auxílio em tal empreitada tendo em vista que antes mesmo de existirem estradas já existiam diversos campos de pouso na região, ou seja, a aviação antecedeu a chegada da rodovia.

O autor argumenta que a infraestrutura para receber uma aeronave não necessitava de muitos gastos. Assim, a aviação se tornou a forma mais emergente para

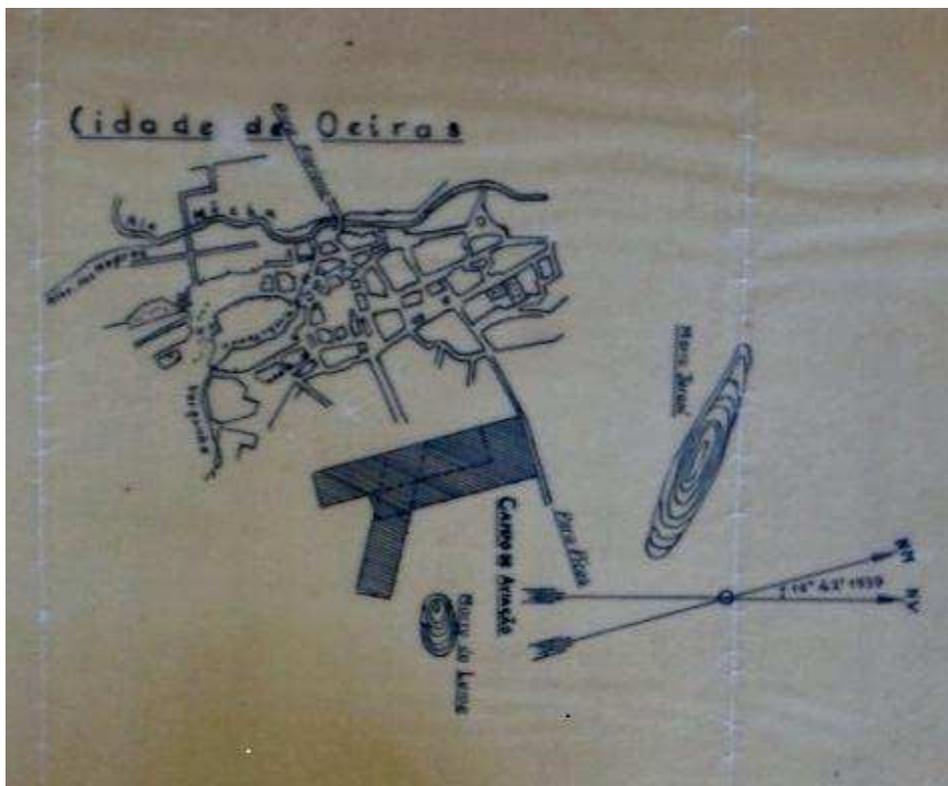
⁹¹ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1938, não paginado).

vencer as barreiras da geopolítica brasileira. Este meio de transporte exigia menos recursos que “[...] o montante exigido para a abertura de rodovias ou expandir ferrovias. A aviação exigia apenas um campo de pouso (numa fazenda, num pasto ou num ‘descampado’) (GALLO, 2010, p. 60)”.

Dessa forma, o campo de aviação de Oeiras foi feito num “descampado”, com uma pista coberta de piçarra e protegida com cerca de arame farpado. A cidade recebeu a presença da aeronave porque estava incluída na rota planejada pelo interventor, que almejava beneficiar com o pouso de aviões as cidades localizadas entre Parnaíba e Floriano.

O campo de aviação foi construído ao leste da cidade, próximo ao Morro do Leme, onde hoje atualmente se localiza a Avenida Rui Barbosa. Era apenas uma vereda que dava acesso a este espaço. A atual Avenida José Tapety formava outro caminho de acesso e a pista finalizava no limite da avenida. No mapa abaixo, é possível analisarmos que os acessos citados pareciam fazer parte dos planos do poder público local para serem convertidos futuramente em avenidas, pois já constam no mapa como vias de acesso ao campo de pouso.

FIGURA 08: Mapa do campo de aviação Juraní (1939).



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

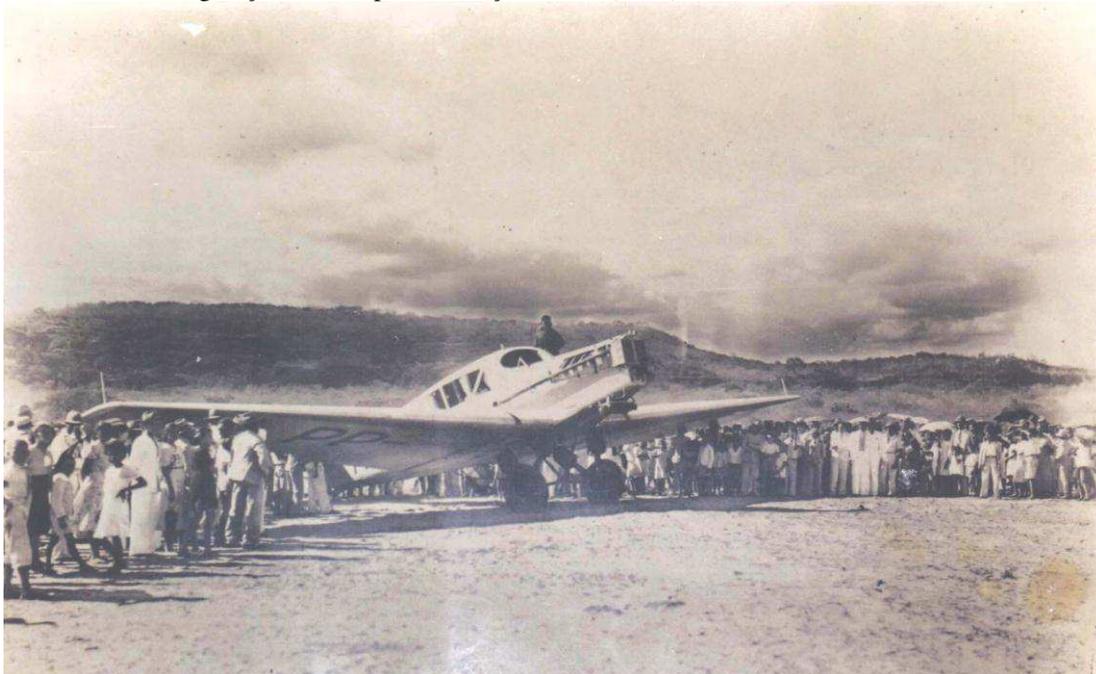
O mapa foi encomendado pela empresa aérea Sindicato Condor LTDA, responsável pelo pouso semanal de aviões em Oeiras. Na imagem, consta detalhamento da pista de pouso, mas também da cidade, pois é possível visualizar a formação labiríntica do núcleo urbano oeirense. Até esse momento, Oeiras, enquanto espaço citadino central, resumia-se a essa estreita faixa entre o Riacho Mocha e a Rua Zacarias de Góes. A área de contorno compreendia a zona suburbana.

O campo de aviação Juraní foi inaugurado em 12 de julho de 1939, com a presença da primeira aeronave que pousou na cidade. O evento atraiu muitas pessoas, que jamais haviam visto um avião. Imaginamos que o encontro com a máquina voadora deve ter sido um misto de espanto e admiração para convidados e curiosos, pois o transporte aéreo proporcionou a Oeiras agilidade na comunicação, sendo usado principalmente como correio aéreo, ligando a pequena cidade a outras de maior porte, como Teresina e Rio de Janeiro.

A imagem a seguir representa um momento de grande expectativa dos oeirenses, pois a quase totalidade do público presente jamais havia encontrado um avião tão próximo, sendo possível apalpá-lo. Vê-se que as pessoas estão bem próximas à aeronave, estando mesmo embaixo de suas asas. À esquerda da foto, à frente dos demais circunstantes, um senhor aparece com a mão direita no bolso olhando perplexo para o avião. Logo à sua frente, é possível vislumbrar uma mão erguida, aparentemente tocando a poderosa máquina.

O piloto aparece de pé na porta de avião, pretendendo exhibir-se juntamente com a aeronave. O prefeito e outras autoridades presentes estavam à direita da imagem, e logo atrás deles, constam sete guarda-chuvas, provavelmente das damas da sociedade que queriam proteger-se do sol. Na fotografia, é perceptível que famílias inteiras foram ao encontro do avião, pois havia muitos senhores, senhoras, jovens e crianças dividindo o espaço.

FIGURA 09: Inauguração do Campo de Aviação Juraní (1939).



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos Rubem Reis.

A presença do avião não diminuiu a importância e a utilidade do Rio Parnaíba, que continuava a transportar as mesmas mercadorias de antes. O transporte aéreo se restringia a viagens da elite local e de correspondências. Até mesmo o avião precisava do Rio Parnaíba para se orientar. Como afirma Nascimento (2002, p. 183), “[...] o rio Parnaíba continuava a guiar os destinos daqueles pouquinhos que podiam pagar passagem aérea. Era o principal instrumento de orientação da rota de viagem”.

Para a orientação do piloto no momento do pouso, “o *guarda campo*⁹² fazia um fogueiro para saber para onde o vento estava indo. Eles viam a fumaça e sabiam a direção do vento (informação verbal)⁹³”. Por isso, as viagens aconteciam apenas durante o dia. Os equipamentos de guia aéreo eram inexistentes, bem como os de orientação no momento do pouso e decolagem. O pouso em Oeiras acontecia às 10h00min, às quintas-feiras e aos domingos. Geralmente neste horário, havia muita agitação na cidade; as pessoas se agigantavam em direção ao campo quando ouviam o “ronco” da aeronave nos céus. “Ele dava duas voltas no céu, dava tempo chegar lá (informação verbal)⁹⁴”.

⁹² Guarda-campo: funcionário responsável pelo campo de aviação.

⁹³ Antonio Carlos Valentim nasceu em 1933, foi padeiro, atualmente aposentado e empresário. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 22 de fevereiro de 2014.

⁹⁴ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 10 de fevereiro de 2014.

O avião impressionava aos que o viam. “Jipe do ar, era assim que chamavam o avião (informação verbal)⁹⁵”. Receber a visita de uma máquina desse porte, numa sociedade ainda marcada por hábitos provincianos, era uma representação concreta do moderno. Novas sensibilidades e sociabilidades estariam sendo despertadas, tanto na elite como entre os populares, ocupando espaço na memória daqueles habitantes. Portanto, vale dizer que “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos as figuras e os números. Todavia o lugar recebe as marcas do grupo e vice-versa” (HALBWACHS, 1990, p. 133).

O campo de pouso virou espaço de peregrinação. “O campo não tinha nada, era liso. Quando o avião ia chegar, todo mundo ia pra esperar [...]. O passeio no domingo era só pra olhar o campo (informação verbal)⁹⁶”. Havia apenas uma “casinha” armada com forquilha, sem paredes e coberta com palhas de carnaúba, a qual servia para abrigar os passageiros.

Quando foi inaugurado o campo de pouso, o prefeito já havia iniciado outras obras no centro da cidade, incluindo o cineteatro, a praça e o mercado de carne. Neste período, o município estava com um dos maiores orçamentos em termo de arrecadação, pois a cera de carnaúba atingia altos preços no mercado. Assim, o prefeito iniciou várias construções simultaneamente, sendo algumas delas voltadas ao embelezamento urbano. Tudo indica que o poder municipal pretendia modernizar alguns setores da sociedade, pois sua retórica só apontava para novos tempos e que a cidade estaria passando por um melhoramento urbano que a destacava dentre as demais, com vistas a devolver-lhe a importância de outrora.

2.5 O cinema e outras transformações

Portanto, com a arrecadação municipal em ordem crescente, o prefeito Orlando Carvalho iniciou algumas construções de melhoramento urbano em 1938, a maioria concluída apenas em 1944. A obra de maior vulto para a administração municipal foi o conjunto arquitetônico composto pela Praça da Bandeira, o Passeio Leônidas Mello, o Café Oeiras (bar) e o Cineteatro. Portanto, o discurso de cidade moderna se tornou rotineiro para aqueles que comandavam o poder. Essa retórica apresentava-se de modo

⁹⁵ Antonio Carlos Valentim. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 22 de fevereiro de 2014.

⁹⁶ Idem.

homogêneo entre políticos e letrados, imbuindo a sociedade do mesmo ideal de progresso para todos.

Algumas destas obras ocuparam o espaço onde antes funcionava a cadeia “velha”, erguida na primeira metade do século XIX, quando Oeiras ainda era capital (Figura 05). Nestas novas construções, priorizou-se, além da funcionalidade, a ideia do esteticamente perfeito, ou seja, do desejo que este espaço representasse diversão da melhor qualidade, elegância e imponência.

O olhar da classe dirigente local estava direcionado especificamente a estes novos empreendimentos que trariam notoriedade à cidade. Desse modo, buscaram construir uma imagem de modernização intensa em Oeiras, atingindo o ideal da modernidade sonhado pela sociedade. Por isso, estes espaços pareciam fascinar os olhos dos que os viam. Seguindo este pensamento, o prefeito afirma que “Oeiras está atravessando uma fase de progresso e prosperidade sem precedentes”⁹⁷. Conforme Rezende (1997, p. 30),

a modernidade, com suas invenções, causa realmente espanto e deslumbramento, medos e desejos, e a cidade é o espaço onde ganha maior dimensão. Nessa perspectiva, ela assume aspectos universais. Basta acompanhar as modernizações de tantas cidades europeias ou latino-americanas, não importa a sua localização, para se verificarem os assombros, as polêmicas, as seduções que elas provocam.

Destarte, dentro do propósito de modernizar, mas também de impactar a sociedade local, estas obras foram executadas em arquitetura do estilo Art Déco, que representou o símbolo da modernidade durante o governo Vargas, esta forma de arte chegou ao sertão piauiense instituindo-se com símbolo do progresso e da modernidade. Como também simbolizou a introdução da estrutura do concreto armado, adquirindo características regionais. Ela, então, foi “[...] adequando-se às necessidades e desejos da época. O Art Déco alcançou todas as classes sociais de todas as regiões do país, resultando num grande acervo construído e bem diversificado” (SALVADOR, 2012, p. 47).

Dentre essas obras, a de maior destaque e orgulho do prefeito Orlando Carvalho foi o Cineteatro Oeiras, inaugurado em 17 de dezembro de 1940, contando com a presença de várias autoridades municipais e estaduais; dentre elas, o Interventor Federal

⁹⁷ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, não paginado).

Leônidas de Castro e Melo. O cineteatro, segundo o poder municipal, constituía-se de um “prédio moderno de sólida construção, representa inegavelmente com suas instalações sonoras adquiridas [...] em São Paulo, e com mobiliário de primeira categoria”⁹⁸. De acordo com os argumentos do prefeito, este seria um [...] melhoramento dos mais apreciáveis e mais importantes que já se existiu nesta cidade. Custou o magnífico edifício, com toda sua luxuosa e confortável organização a quantia superior a 20.000\$000” (vinte contos de réis). Porém outros valores foram adicionados, portanto a obra custou mais que o dobro do planejado. Haja vista que este foi pensado para representar o espaço mais moderno da cidade, sendo assim o prefeito detalha a qualidade de alguns equipamentos e a cidade na qual fez a compra, o aparelho cinematográfico foi comprado no Rio de Janeiro, “equipamento moderno e instalado em condições de funcionar, foram compradas também cento e cinquenta cadeiras acolchoadas de boa qualidade”⁹⁹.

Diante do disposto, o prédio do cinema representava o que havia de mais moderno na cidade. Dotado de equipamentos modernos, era o primeiro espaço destinado especificamente à cultura visual em movimento. Logo, as condições estéticas internas foram planejadas pelo poder municipal como excelentes. Por isso, o prefeito solicitou pedreiro em Teresina com experiência em obra desse padrão para que pudesse “realizar o serviço na mais perfeita estética”¹⁰⁰.

O cinema naquele momento marcava o nascimento de uma vida cultural mais intensa entre os oeirenses, criando novos atrativos à vida noturna da cidade. “[...] o cinema como uma manifestação artística que, para o bem ou para o mal, provocou o arrefecimento da vida teatral e se instituiu, com todas as letras, como a grande arte da moderna sedução” (ARANHA, 2008, p. 103). O cinema desempenhou um papel de grande destaque por onde passou, fosse numa sociedade mais desenvolvida ou não. De acordo com Queiroz (1940), “ninguém desconhece o valor do cinema, o papel do Teatro no desenvolvimento cultural dos povos. A missão civilizadora desse agente [...]”¹⁰¹.

Esta arte visual representava uma das conquistas mais significativas dos tempos modernos para a elite oirense. Seu poder de fascinação para quem a assistia era

⁹⁸ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 27).

⁹⁹ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 33).

¹⁰⁰ Id. p. 31.

¹⁰¹ Possidônio Nunes de Queiroz. Discurso proferido na inauguração do Cineteatro Oeiras, em 1940. Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Reis.

incontestemente. Destarte, representou o símbolo máximo da cultura visual para aquela sociedade, que se projetava mais para o passado que para o presente. Naquele momento, o cinema havia proporcionado meios diferentes de sociabilidades e sensibilidades. A partir de então, novos conceitos foram sendo apropriados.

Oeiras, que também tem tido suas épocas e brilhantes, não podia se furtar ao surto renovador que opera em todo o país. Não lhe era lícito viver apenas das glórias do passado. Antes pelo contrário, o que vemos é que ela, conservando, guardando religiosamente, cultuando o esplendor dos tempos que se foram, trabalha e se esforça por atingir as culminâncias de um provir radioso, prenhe de esperança fagueira e de realizações úteis¹⁰².

Portanto, dentro dessa perspectiva de incluir Oeiras neste “surto renovador”, o prefeito inaugurou o serviço cinematográfico antes da conclusão das outras obras que formavam o conjunto arquitetônico, sendo estas finalizadas apenas em 1944. Imagina-se que esta demora na conclusão das obras em pauta pode ter vários motivos; entre eles, o acúmulo de construções iniciadas ao mesmo tempo, custando muito caro para o município que, embora estivesse passando por uma boa fase de arrecadação, lidava com a conjuntura de que a mercadoria era comprada fora do estado do Piauí. Sendo assim, os produtos chegavam com preços mais elevados, além do tempo de espera entre o pedido e a chegada da mercadoria, pois uma grande parte destes produtos foi comprada no Rio de Janeiro e em Petrolina-PE.

A desapropriação do terreno para estas construções, pertencente à Associação de Indústria, Comércio e Agricultura Oeirense, ocorreu em 1938, mediante acordo selado entre a Prefeitura e a associação, já que prefeito era o presidente da referida associação. Somente em setembro de 1941, quando as obras já se encontravam em andamento, saiu o decreto pela indenização do terreno, no valor de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis), além de uma ajuda custo no valor de 35:000\$000 (trinta e cinco contos de réis), para que a Associação pudesse construir sua sede no mesmo terreno, com a mesma arquitetura projetada para as obras públicas.

Foram desapropriados, por utilidade pública para nele serem construídos edifícios e logradouros públicos nesta cidade, os seguintes

¹⁰² Discurso de Possidônio Nunes de Queiroz, proferido na inauguração do Cineteatro Oeiras, em 1940. Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Reis.

terrenos, pertencente por aforamento antigo a Associação de Comercio, Industria e Agricultura Oeirense¹⁰³.

A imagem a seguir apresenta o mesmo ângulo da Figura 05. Porém, pelas duas fotografias, nota-se a transformação espacial deste local. As novas construções foram projetadas em estilo Art Déco, que, no caso de Oeiras, priorizaram as linhas verticais e a presença de platibandas, deixando os prédios com a impressão visual de serem mais altos.

FIGURA 10: Praça da Bandeira, Café Oeiras, Passeio Leônidas Melo e Cineteatro Oeiras (194?).



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos Rubem Reis.

Nesta imagem, nota-se a transformação simbólica e material mais importante ocorrida em Oeiras na década de 1940, quando a antiga cadeia pública cedeu lugar ao moderno, apresentando-se como um espaço metamorfoseado que compôs uma nova fisionomia urbana. Queiroz acreditava que este seria o melhor lugar para se construir um espaço de diversão e cultura moderna, mesmo alertando que ali fora palco do “[...] sofrimento sem nome de muitos irmãos [...] sentenciados pela justiça [...], [onde] encerrados entre paredões úmidos e fétidos cumpriram pena¹⁰⁴”. Não obstante, acreditava o orador que aquele espaço estava “[...] tornando mais atraente o aspecto físico de Oeiras e mais suaves as condições de vida de seus habitantes”¹⁰⁵.

¹⁰³ Livro de decretos da Prefeitura Municipal de Oeiras (1941).

¹⁰⁴ Discurso de Possidônio Nunes de Queiroz na inauguração do Cineteatro Oeiras, em 1940. Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Reis.

¹⁰⁵ Idem.

A suavidade referida pelo autor chagava a poucos, pois, no plano central da foto, visualizamos dois homens passando montados a cavalo, provavelmente feirantes, enquanto dois pedestres aparecem na imagem um próximo aos cavaleiros e outro logo atrás, transportando sacos. O primeiro carrega a carga no ombro, e o segundo, na cabeça. A fotografia apresenta uma ideia de modernidade contraditória e ilusória, posto que numa mesma imagem vários elementos da vida moderna e tradicional dividem as lentes do fotógrafo, quando prédios que representavam a modernidade se misturam a uma vida sem luxo e de sofrimentos.

Podemos ainda observar o cotidiano da sociedade oeirense. Além de uma criança sobre um amontoado de pedras, que se exhibe para as lentes do fotógrafo, pela cena captada, recuperamos um pouco da rotina da vida urbana naquela época. O Passeio Leônidas Melo ficava entre a sede da Associação de Indústria, Comércio e Agricultura Oeirense e o cineteatro. Era frequentado durante a noite pelas moças da fina flor da sociedade oeirense. Para os pobres, restava a Praça da Bandeira, que ficava na parte de trás de cineteatro.

O Passeio Leônidas Melo ficou para as Moças de primeira sociedade e algumas da segunda. A Praça da Bandeira era frequentada pelas empregadas domésticas e seus namorados. De quando em vez, os rapazes de família davam uma volta pela praça de cima, a ver se encontravam alguma curiquinha mais apetitosa (RÊGO, 1992, p. 09).

Dessa forma, enquanto umas circulavam a fonte luminosa fazendo charme aos rapazes de sua classe, as outras também rodeavam o coreto, “quando o povo ia chegando, cada um procurava seu lugar (informação verbal¹⁰⁶)” e divertindo-se com o que lhes restavam. O cinema ficava na parte rebaixada, ao lado do passeio. Poucos pobres iam ao cinema. “O cinema era coisa de rico, os pobres quase não assistia (informação verbal¹⁰⁷)”. Era um espaço de sociabilidade destinado à elite local, mas, mesmo assim, instituiu uma nova rotina aos oeirenses.

Entretanto, havia aqueles que nem a praça podiam frequentar. Era o caso das prostitutas, que foram terminantemente proibidas de ir a este espaço, Portanto, “quando uma rapariga titulada chegava, o guarda mandava sair (informação verbal¹⁰⁸)”. Era um

¹⁰⁶ Geraldo Barbosa Barros. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 23 de fevereiro de 2014.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Ibidem.

espaço considerado pelo poder municipal e a elite local como um sendo “de respeito”, moral e bons costumes. Desta feita, aqueles corpos de práticas profanas não poderiam “contaminar” aquele ambiente “sadio” e familiar. Por isso, havia vigias que fiscalizavam a praça, impondo normas de como cada indivíduo deveria comportar-se. Esses guardas observavam cada movimento que os populares faziam, como pisar na grama ou cometer atos que a destruíssem ou profanassem a praça.

O Café Oeiras se instituiu como um dos principais espaços de lazer. Geralmente frequentado pelos homens membros das famílias oeirenses abastadas, lá podiam beber, jogar e paquerar as moças. Imagina-se que, dentre os homens que frequentavam a Praça da Bandeira, poucos iam ao bar, procurando outro lugar para suas bebedeiras.

No andar de cima, ficava duas grandes sinucas, aos cuidados de Antonio Maleta, o engraxate filósofo. Ao lado, um reservado para jogo de cartas. Jogava-se até de madrugada diariamente, bebendo cerveja, tomando conhaque macieira, saboreando a comida da nega Joana (RÊGO, 1992, p. 20).

O Diretor das Municipalidades, Araújo P. Parente, não via com bons olhos o Café Oeiras. Para ele, tratava-se de uma obra que não atingia aos interesses do Estado nem do município. “A construção do Bar Oeirense não se enquadra, propriamente, na categoria de obras de utilidade ou embelezamento [...]”¹⁰⁹. O prefeito discordava dessa postura, pois acreditava que a construção era de importância e de embelezamento urbano. Segundo ele, a construção que “por medida de estética e embelesamento da cidade se impõe a construção de um prédio no terreno”¹¹⁰. Ademais, em sua perspectiva, “a cidade se ressentia de um Bar moderno compatível com o desenvolvimento e progresso da mesma”¹¹¹.

O cinema, por seu turno, também daria novas possibilidades de diversão a alguns membros da sociedade. Os filmes eram enviados pelo Cine Rex e pela Sociedade Distribuidora LTDA, em Teresina. Vinham de avião no malote da Prefeitura ou eram enviados de Floriano em um caminhão. Foram exibidos na cidade filmes como *Café Metrópole*, *O namorado de Jane*, *Coração Bandido*, *Um crime ao Luar*, *Mr. Moto na Ilha do Terror*¹¹², dentre outros. “Quando ia começar o filme, eles tocavam uma música,

¹⁰⁹ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1941, p. 11).

¹¹⁰ Id. p.11.

¹¹¹ Id. p. 11 . Ibid.

¹¹² Id. p 27.

ainda me lembro, era tã- tá -rã -tã-tã [...], era hora de entrar no cinema (informação verbal¹¹³).

Para o poder municipal, Oeiras estava se tornando moderna e promissora, mas se ressentia ainda de uma banda de música para tocar nas festividades públicas, cívicas, tornando-se a retreta mais um atrativo ao conjunto arquitetônico. Para este, a única forma de ter estes serviços era por meio da própria Prefeitura, que deveria realizar a contratação dos músicos e instituí-los como funcionários municipais. Assim, o prefeito decreta:

[...] em instituição Municipal a Banda de Musica Santa Cecília, desta cidade [...]. Considerando que, dado o surto de progresso, que vem se fazendo notar nesta cidade, precisa a mesma de uma Banda de Musica para maior relevo de suas festas cívicas, religiosas e sociais¹¹⁴.

Entretanto, havia outra banda de música na cidade, a “Arrebenta Rochedo”, que pertencia a Augusto Rocha Neto, principal adversário político do prefeito. Portanto, a banda de música “Santa Cecília” seria uma instituição municipal, mantendo maior regularidade de músicos, enquanto que a “Arrebenta Rochedo”, por pertencer a uma iniciativa privada, teria menor regularidade de contratação de músicos. Dessa forma, para o prefeito, foi uma ótima maneira de se opor ao seu adversário. Posteriormente, esta banda foi extinta justamente pela dificuldade do empresário em mantê-la.

As festas da elite eram tocadas pelas bandas de música, bem como as religiosas. As festas embaladas no ritmo da sanfona aconteciam apenas entre os populares, sendo mais frequentes na área suburbana. “Nunca deixou de ter forró nas pontas de ruas, nos sábados sempre tinha (informação verbal¹¹⁵)”.

Enquanto a elite comemorava algumas conquistas da vida moderna e do progresso, o outro lado, os populares, não tinha o que comemorar, pois, enquanto todo o recurso da Prefeitura era destinado a essas obras, principalmente de embelezamento

¹¹³ Joaquim da Silva Copeiro, Antonio Carlos Valentim e Geraldo Barbosa Barros. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 23 de fevereiro de 2014. Os três entrevistados foram frequentadores do cinema, no entanto nenhum deles lembram de algum nome de filmes ou cenas que estivessem vivas em suas memórias. Quando solicitados, descreviam o espaço interno com propriedade, incluindo nomes de frequentadores e trajes que usavam. O fato é que, se compreendiam a linguagem do cinema ou não, pouco importa. Para eles, o importante era estar presente e de alguma forma conseguir incluir-se nesse mundo moderno.

¹¹⁴ Livro de decretos da Prefeitura Municipal de Oeiras (1941, p. 24).

¹¹⁵ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

urbano, a classe popular amargava o subdesenvolvimento extremo. Conforme o relato a seguir denuncia,

a população do nosso município, emprega-se em geral, na lavoura rotineira da cana de assucar, ceras e fumo. Uma parte dedica simultaneamente a lavoura e criação de animais [...], outra ainda a extração do pó de carnauba que produz a preciosa e tão valorizada cera do mesmo nome. As casas dos agregados ou colonos e dos pequenos proprietários são quase todas cobertas de palhas, paredes de taipas, madeira tosca, dimensões acanhadas, sem alisamento nem ladrilhos e desprovidas de qualquer atrativo¹¹⁶.

A descrição acima diz respeito às pessoas que residiam na zona suburbana e rural. Esta população, que vivia na pobreza extrema, compreendia mais de 90% dos moradores do município. No entanto, a preocupação dos dirigentes da política local se concentrava no centro urbano. O desejo era de tornar Oeiras uma cidade “visivelmente” moderna e desenvolvida. Prova disto é que, no censo realizado em 1940, a preocupação do prefeito era que os dados fossem coletados com todo o rigor, pois, “deste modo para que Oeiras registrando todos os elementos de vida e possibilidades, de que dispõe alcance lugar de destaque entre os mais futuros centros do Estado”¹¹⁷.

A modernização se tornou então o princípio organizador de intervenções. Essa terá, todavia, como sua principal característica a não universalidade. De fato, as novas elites desesperadamente afastar de suas vistas e das vistas do estrangeiro – o populacho inculto, desprovido de maneira civilizada, mestiço. As reformas urbanas criam uma cidade para inglês ver (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p. 59).

Dessa forma, a modernização oeirense caminhava para lados opostos, enquanto o grupo político local planejava uma cidade que representasse a modernidade e o progresso, conseqüentemente adquirindo a ressignificação do espaço urbano, como forma de poder novamente fazer parte do circuito de cidades desenvolvidas do Estado. O sentimento de ressentimento se manifesta neste discurso de progresso, como reconquista da notoriedade de outrora. No entanto, todo esse pensamento afasta ainda mais o direito das classes populares de conquistar alguns benefícios que pudessem melhorar suas condições de vida. Esses moradores viviam em locais isolados, muitos

¹¹⁶ Relatório da Prefeitura Municipal de Oeiras (1944, p. 05).

¹¹⁷ Relatório da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 13).

deles sem nenhum contato com a zona central urbana, ocupando espaços de extrema pobreza assolados por epidemias, sem receberem nenhuma ação de proteção do poder público. Neste contexto, a modernização em Oeiras escolheu apenas alguns para conviver com o progresso e excluiu muitos outros, que continuaram suas vidas na dor e na miséria.

CAPÍTULO III

REFORMA URBANA: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO DOS ESCOLHIDOS E EXCLUÍDOS

A cidade, conseqüentemente, tende a parecer um mosaico de mundos sociais nos quais é abrupta a transição de um para o outro.
Louis Wirth¹¹⁸.

Sendo o espaço urbano um local de múltiplos interesses, o objetivo deste capítulo é apresentar a análise de uma legislação urbana municipal, que visava ordenar os usos da cidade e os comportamentos sociais dos oitenses, pois, de acordo com o interesse do grupo político local, a pretensão era criar um espaço que representasse o moderno e que fosse exemplo de civilidade. Nesta assertiva, as questões higiênicas, sanitárias e de ordem pública tomam destaque na construção de dois campos: o dos *escolhidos* e o dos *excluídos*.

Conforme Rolnik (1997), a legislação urbana marca, divide, delimita o espaço urbano e o classifica. “Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regula a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitando fronteira e poder” (ROLNIK, 1997, p. 13).

Dessa forma, em 1940, o prefeito divide o município em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. Essa divisão facilitava a adoção de leis que regulamentassem os núcleos central e urbano, visto que o município contava com alguns povoados rurais que já possuíam características de centros urbanos. Portanto, essa divisão excluiria tais povoados de terem suas vidas reguladas pelos decretos.

Naquele momento, o prefeito Orlando Barbosa de Carvalho (1937-1945) governava com poder absoluto, devido à dissolução da Câmara Municipal durante a vigência do Estado Novo. Desta feita, era investido de toda a autoridade para lançar decretos, criando leis que julgava ser de grande valia para a cidade. Esses decretos foram reunidos num código de postura lançado em 1944, um ano antes do fim de seu governo, mas cada decreto entrava em vigor no ato de sua publicação, embora nem

¹¹⁸ WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.103.

todos os decretos fossem passíveis de serem aplicados numa cidade do porte de Oeiras na época de seu governo.

Dentre estas medidas, estão as que organizam as futuras construções de casas e a abertura de novas ruas. Tudo indica que tais medidas quase não foram aplicadas durante seu governo, em virtude das dificuldades ocasionadas pelo interesse da não descaracterização da cidade, bem como as possíveis tensões entre a Prefeitura e os moradores do centro da cidade, além do fato de que o subúrbio parecia não entrar no planejamento de estruturação urbana da Prefeitura naquele momento.

Este grupo desassistido pela legislação urbana ficava alijado de alguns direitos, estando neste processo quase na condição de inexistente, visto que seus membros não eram tratados como cidadãos. Para Rolnik (1997), estar fora da lei que regula o viver no urbano possui consequências políticas determinantes, uma vez que pertencer a uma área não atendida pela lei representa uma posição de “[...] cidadania limitada. Não existir, do ponto de vista burocrático ou oficial para a administrada cidade, é estar fora do âmbito de suas responsabilidades para como cidadãos” (ROLNIK, 1997, p. 14). Porém, para os moradores do subúrbio oeirense, não houve uma política de interferência em suas vidas, demonstrando que o poder municipal não possuía controle sobre esta zona (nem pretendia possuí-lo).

É importante atentar para o fato de que o crescimento urbano esboçado pelo poder municipal não era tão grande quanto o anunciado, pois, em 1938, quando divulgado o primeiro senso com dados populacionais estritamente urbanos, a população não chegava a 3.000 habitantes e, dois anos depois, em 1940, a população permanecia praticamente a mesma. Neste último senso, não foi divulgada a quantidade de domicílios.

É notório que a modernização estava gerando um espaço dual, excludente. Enquanto uns possuíam lazer da melhor “qualidade”, outros nem de estradas dispunham para transitar. A cidade dava passos lentos no tocante à mobilidade e passos largos no que se refere ao lazer. Por conseguinte, este setor não conseguia atrair novos habitantes, principalmente do meio rural. Quando ocorria a chegada de moradores, possivelmente eles ocupariam o subúrbio. E esta zona não fazia parte das prioridades da administração municipal.

Destarte, o olhar do prefeito estava direcionado ao centro da cidade. Diante disso, é negligenciada a abertura de ruas que pudessem ligar estes dois espaços. Logo, durante o mandato do Cel. Orlando Carvalho, foram abertas apenas duas pequenas ruas: a

“Travessa do Cinema” e a “Travessa da Associação”, ao sul e ao norte do conjunto arquitetônico, respectivamente.

3.1 Das construções públicas e privadas

A rua, para Damata (1997), é local de movimento, onde o indivíduo realiza muitas coisas que não são realizadas em casa¹¹⁹. As duas ruas anteriormente mencionadas, por conta do anseio do poder municipal, representavam muito mais que um espaço em constante movimento. Seu objetivo principal era contribuir para o embelezamento e imponência do cinema, da praça ajardinada e do bar. Elas serviriam para marcar o isolamento do belo, do moderno ou a extensão desse espaço de “cultura civilizada”.

Nos termos de Rolnik (1999), quando trata da legislação urbana de São Paulo, acredita que a rua teve um papel central no código de postura desta cidade no final do século XIX. Afinal, houve a organização e pasteurização das ruas visando à boa circulação. As casas devem ao máximo evitar as saliências, para que a rua não perdesse a fluidez¹²⁰.

O Rio de Janeiro também possuiu um conjunto de medidas às quais sua população deveria ser submetida, com vistas à construção de novos hábitos. “Ao mesmo tempo em que empreendia, junto com o Governo Federal, as obras de remodelações da estrutura física, Pereira Passos semeava um cipoal de intervenções destinadas a banir ‘velhas usanças’ que negavam ao Rio de Janeiro” (BENCHIMOL, 1985, p. 605). Eram medidas que, aos olhos destes administradores, deixavam as cidades com aspecto de modernas, belas e civilizadas. Portanto, a rua torna-se um elemento de planejamento, para que percam as sinuosidades, as fisionomias de becos e ganhem formas geométricas.

Por isso, estas ruas foram construídas em puro benefício do embelezamento urbano. Para as despesas, a Prefeitura Municipal de Oeiras abriu crédito no valor de 6:000\$000 (seis contos de réis). Este valor era “para ocorrer as despesas com os serviços do alinhamento do logradouro público, desta cidade denominados ‘Travessa da Associação’, demolindo e reconstruindo a fachada de algumas casas de pessoas pobres¹²¹”. Ainda argumenta o prefeito que estes moradores “[...] não dispõem de

¹¹⁹ Ver DAMATA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 90-136.

¹²⁰ ROLNIK, Raquel. **Lei política: a construção dos territórios urbanos**. v. 18, 1999. Disponível em: <www.revista.pucsp.com.br>. Acesso em: 30 mai. 2015.

¹²¹ Livro de Decretos e Leis da Prefeitura Municipal de Oeiras (1942, p. 37).

recursos para esse *melhoramento indispensável ao logradouro em apreço*¹²². Se as pessoas eram pobres ou não, não encontramos identificação, mas nos interessa também notar que o prefeito tinha interesse em construir estas fachadas, em virtude da imponência que acreditava ter o conjunto arquitetônico. Estas fachadas teriam de comungar com o embelezamento das construções públicas em questão.

Assim sendo, a abertura de ruas que acarretassem mobilidade urbana não fez parte das obras de prioridade do governo municipal. As duas zonas, urbana e suburbana, continuaram separadas por um cinturão verde com acessos feitos por caminhos e/ou veredas. O subúrbio se compunha de um razoável número de casas, em sua maioria coberta de palha. Em 1938, as zonas urbana e suburbana possuíam juntas 635 residências. Deste total, aproximadamente 300 ficavam no subúrbio¹²³, ou seja, quase a metade da população urbana residia nesta zona de exclusão, onde o olhar do município não vigorava.

A divisão da cidade por classes não é uma exclusividade de Oeiras. Muitas outras cidades se constituíram assim. A Viena da primeira metade do século XIX é um caso clássico na historiografia. Segundo Schorske (1988, p. 46), “a cidade interna mantinha-se isolada de seus subúrbios através do vasto cinturão de terras abertas”. Esse quadro só mudou com as transformações ocorridas na segunda metade do século, quando os liberais assumiram o poder e transformaram a “imagem” de Viena. Rasgaram avenidas em direção ao subúrbio, facilitando o acesso à antiga cidade, mas as construções que foram erigidas onde era o cinturão de isolamento fecharam a cidade antiga. Portanto, “o que fora um cinturão de isolamento militar se converteu num cinturão de isolamento sociológico”¹²⁴ (SHORSKE, 1988, p. 46).

A política de expansão urbana tomada como desenvolvimento não se fez presente nestas transformações propostas pelo poder municipal oeirense. O processo de modernização estava de fato centrado na ressignificação, especificamente do espaço central, de modo que pudesse representar uma imagem de cidade moderna e bela. Assim, não se resumiria apenas a construções arquitetônicas, mas a um espaço organizado, higiênico e civilizado. É possível notar o consumado dessa escolha apenas pela área central da cidade, principalmente quando tratamos da abertura de ruas e avenidas.

¹²² Livro de Decretos e Leis da Prefeitura Municipal de Oeiras (1942, p. 37. Grifo nosso).

¹²³ Dados do Relatório Municipal de Geografia e Estatística (1938).

¹²⁴ Ver SHORSKE, Carl E. **Viena fin de siècle**: política e cultura. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 43-124.

Pode até parecer contraditório, mas, enquanto o prefeito não direcionava o olhar para a zona suburbana (pelo menos, é o que os dados apresentam), ele solicitava a abertura de estradas que viabilizassem o contato com outros municípios vizinhos, como Valença, Floriano, Picos e Simplício Mendes. Todavia, isso é completamente compreensível, uma vez que, a seus olhos, buscar a importância de Oeiras incluía romper as barreiras do isolamento reclamado pelos dirigentes da política local e letrados.

Seja como for, interessa-nos igualmente saber se estas ruas abertas durante sua administração seguiram as recomendações já expostas por decretos, padronizando a largura de ruas e avenidas conforme a extensão, sendo de “[...] 11 metros de largura para ruas que não possam ter comprimento maior que 300 metros”¹²⁵. Portanto, estas duas ruas abertas não se enquadram no decreto que padroniza a abertura de ruas na cidade, visto que elas não possuem a largura determinada pelo poder municipal.

Pode-se afirmar que o decreto traduz o desejo de modernização por parte do prefeito, que buscava padronizar as novas ruas da cidade, mas, na prática, não correspondia aos desejos da lei, o que nos propõe reafirmar o pensamento de Rolnik (1999, p. 137), para quem “a legislação urbana regula apenas uma parte do espaço construído, uma vez que ela não é resultado da aplicação entre o modelo contido na lei. De fato, a cidade ideal não é aquela que sai especificamente do papel”, mas aquela que foi se definindo conforme interesses dos agentes envolvidos no projeto remodelador, mediante alguns interesses inerentes a ela. A cidade é fruto da “[...] relação entre a cidade com o próprio mercado imobiliário, desse modo acabam definindo o que estará dentro e fora da lei” (ROLNIK, 1999, p. 138).

Destarte, as ruas abertas pela Prefeitura possuíam medidas inferiores àquelas definidas pelo decreto. Ambas deveriam ter 11 metros de largura, mas o provável é que não se tenha chegado a essa medida adequada por conta das habitações naquele espaço: do lado direito, a Igreja Matriz, a qual não poderia ter sua estrutura modificada, e, do lado esquerdo, as casas fora do alinhamento tiveram as fachadas removidas, mas apenas no sentido de dar alinhamento e adequá-las esteticamente, não as inutilizando enquanto habitações ou ainda por querer manter uma largura padrão entre essas ruas, posto que não seria possível alargar o lado direito por causa do templo sagrado.

¹²⁵ Livro de Decretos e Leis da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 09).

As ruas de Oeiras foram adquirindo denominações provincianas de caráter popular, ou seja, conforme a existência de um órgão público como “Rua da Cadeia”, “Rua do Hospital” ou a morada de alguém ilustre ou algo que a caracterizava. Até o início do século XX, encontramos estas indicações. Contudo, já no final da década de 1930, percebemos outras indicações. A Rua do Fogo transformou-se em Rua Coronel Luís Rêgo, embora tenham ocorrido casos em que o antigo nome permaneceu vivo no imaginário popular, no caso, a “Rua do Fogo”¹²⁶.

Para Soares Filho (1990), a substituição dos antigos nomes provincianos por novas indicações aconteceu em 1944. Ele afirma que “essas vias tomaram outras denominações desde 10 de janeiro de 1944, no governo do Coronel Orlando Barbosa de Carvalho” (SOARES FILHO, 1990, p. 26). Porém, a substituição dos nomes tradicionais por indicação de caráter moderno aconteceu antes do período em questão, pois, nos registros do Livro dos Mortos, iniciados em outubro de 1938, consta a ficha técnica dos falecidos, incluindo o endereço residencial. De acordo com o referido documento, constatamos que já havia essas novas denominações. Entretanto, se elas aconteceram no governo de Orlando Carvalho, não sabemos, pois seu mandato se iniciou no final de 1937. Mas o certo é que a antiga Rua da Cadeia já era citada como Nogueira Tapety; a Praça da Matriz como Praça das Vitórias, e assim por diante.

Nos registros do Livro dos Mortos, os bairros aparecem como subúrbio. Apenas o bairro do Rosário já era citado, mas sem a existência de ruas, o que de fato caracterizava a inexistência de organização urbana por parte do poder municipal.

Dada a ausência de urbanidade na zona suburbana, a construção de casas ocorria de modo aleatório, “umas pra aqui e outras pra acolá (informação verbal¹²⁷)”. Os decretos que ordenavam o alinhamento de casas a serem construídas não incluem o subúrbio. A única definição para esta área é que as casas de palha deveriam ser “[...] construídas com 100 metros de distância”¹²⁸ umas das outras por conta do alto risco de combustão que representavam, e, com essa distância, o risco de um potencial incêndio se alastrar para mais de uma casa era menor. Logo, esta área que não compunha totalmente nem o urbano nem o rural marcava uma linha divisória entre o urbano e o rural.

¹²⁶ Ver SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras, geografia urbana**. Teresina: Gráfica Editora Júnior LTDA, 1994. p. 26.

¹²⁷ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

¹²⁸ Livro de Decretos e Leis da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 15).

Pelo projeto lei de 1944, era proibido construir casas cobertas de palha no centro da cidade. Assim sendo, durante o mandato do Cel. Orlando Carvalho, não houve a construção dessas residências na área mencionada e, no recorte em estudo, há registros desse tipo de construção apenas na zona suburbana, que ficava longe dos olhos do prefeito e dos “bem nascidos” oeirenses. Lá, as casas proliferavam sem nenhum controle. Na década de 1940, a cidade já possuía bairros de grande extensão. Os bairros Rodagem de Picos, Rodagem de Floriano, Canela e Várzea apareciam na linguagem de seus moradores com estas denominações, embora ainda não reconhecidas pela Prefeitura. Quando foram definidos como bairros, posteriormente a nosso recorte, continuaram com as denominações dadas por seus moradores. Porém, a zona leste, futuramente bairro Oeiras Nova, onde se construiu o campo de aviação (1939), já agrupava um certo número de casas. Este bairro foi projetado pela elite política ainda na década de 1940 para ser ocupado pelas famílias abastadas, onde se construíram casas amplas e modernas.

A construção de uma casa de palha se dava entre os pobres por causa do baixo custo do empreendimento, pois se precisava apenas da mão-de-obra, e esta não precisava ser especializada. A palha usada na cobertura da moradia era coletada em palheiros onde ocorria a retirada do pó de carnaúba; a madeira utilizada no teto e na armadura da casa era extraída nas chapadas, que ainda faziam parte das “Fazendas Nacionais”. Quanto ao barro argiloso e pedras, estes também eram disponíveis facilmente. Tais são os materiais usados para se construir casas de “*taipa*”.

As casas cobertas de palha não possuem um arejamento adequado, haja vista a impossibilidade de penetração da luz solar. Quando as palhas entram em processo de decomposição, exalam um cheiro forte de mofo, ocasionando insalubridade para os moradores. Também não é possível cozinhar dentro da casa, pois qualquer faísca poderia ocasionar um incêndio. Em vista disso, estes populares geralmente cozinham do lado de fora da moradia, nos terreiros, usando fogões a lenha.

Neste período, só era necessária a autorização da Prefeitura para a construção de casas se estas fossem construídas no centro da cidade. Fora desta área, não havia controle. Segundo Barros, atravessando o campo de aviação e seguindo no sentido norte, onde atualmente está localizado o Terminal Rodoviário, havia um grande número de casas de palha e era lá onde residiam muitas prostitutas. “Lá, quem fazia suas

casinhas era dono. Ninguém ia tirar, elas [as prostitutas] faziam suas vidas por lá (informação verbal)¹²⁹”.

3.2 Dos cabarés

As mulheres que ganhavam a vida como prostitutas nesta localização poderiam realizar a função fora do horário de funcionamento dos cabarés. Elas “trabalhavam nos cabarés ou como domésticas (informação verbal¹³⁰)”, ou seja, nem todas trabalhavam nos cabarés, exercendo outras atividades, o que nos leva a crer que faziam programas de forma independente, haja vista que, numa cidade pequena, onde os moradores conhecem a vida praticamente de todas as pessoas, seria muito difícil encontrar trabalho como domésticas se elas se prostituíssem nos baixos meretrícios. Logo, possivelmente utilizavam a prática sexual como forma de ganho em horário de folga, em suas residências ou no matagal, tudo discretamente.

Na cidade, só havia um cabaré, o qual mantinha algumas moças. Geralmente, este estabelecimento trabalhava com garotas de fora da cidade de Oeiras; poucas oeirenses frequentavam o cabaré de “Cícero Cego”, ou “Rock Seri”. Este estabelecimento funcionava quase no centro da cidade, nas proximidades do Mocha, no sentido Ponte Grande, ficando na extremidade da zona urbana e suburbana.

Portanto, os homens que não queriam ser vistos quando iam ao cabaré tinham de acompanhar o percurso do Mocha, para não passarem em frente às residências. “Uns sem vergonha como eu e outro ia pela beira do riacho e saía na frente da ponte (informação verbal¹³¹)”.

Obviamente que parte da sociedade sabia quem eram os frequentadores dos cabarés, principalmente os clientes do Rock Seri, mas, mesmo assim, os homens procuravam ir sem serem notados, não só pelas suas famílias, mas também pelos moradores da cidade, pois estavam infringindo a regra da moral e dos bons costumes. Logo, o melhor era procurar ir sozinho para não chamar atenção. Copeiro (2013, p. 99) afirma que, certa vez, Dorête¹³² disse na frente de sua esposa, D. Antonia: “Aproveita,

¹²⁹ Geraldo Barbosa Barros. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 23 de fevereiro de 2014.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

¹³² Sobre Dorête (João Borges Leal), ver: COPEIRO, Joaquim da Silva. **Rememorando o Passado: História de uma vida**. Oeiras: IBENS, 2013. Na descrição de Copeiro, Dorête adoeceu ainda criança, e a

Joaquim, aproveita, aquela morena que tu tava com ela ontem à noite é bonita como o diabo e ela vai embora, gora à noite”. Ao ser repreendido pela esposa, ele responde: “É mentira disse doido [...], e fui saindo de fininho [...]”¹³³”.

O Cabaré de Cícero Cego, como era popularmente conhecido, era frequentado pela classe abastada. Sendo um cabaré de luxo, provavelmente por isso funcionou muito tempo numa área mais privilegiada sem ser incomodado pelas autoridades. Segundo Copeiro, “era movimentado, porque lá tinha festa quase todos os sábados (informação verbal¹³⁴)”. Mesmo com toda essa movimentação, o cabaré era tolerado, pois seus frequentadores eram os “bem nascidos” da sociedade oeirense. Já o baixo meretrício funcionava afastado do centro da cidade. Diferentemente de outras sociedades, em que os prostíbulos frequentados pelos pobres foram instalados na área central e depois expulsos para a região periférica.

Sobre isso, Nascimento (2008), que apresenta o cotidiano das prostitutas e seus prostíbulos em Campina Grande-PB, pontua que, quando a referida cidade moderniza-se há uma tentativa, o desejo por parte das elites de retirar esses cabarés do centro da cidade, principalmente os que eram frequentados pela classe baixa, tidos como espaços imundos e mal cheirosos¹³⁵. Esse tipo de ambiente frequentado pela classe baixa oeirense já nasceu afastado do centro, não havendo a necessidade de o poder público afastá-lo de seu convívio.

O cabaré de João Barros funcionava afastado da cidade, nas proximidades do campo de aviação. Era mais frequentado pelos pobres; “quem se recusasse a ir para o outro cabaré, ia para o de meu padrinho João Barros. Lá, ele aceitava tudo (informação verbal¹³⁶)”. As prostitutas que prestavam serviços neste prostíbulo não moravam em suas dependências.

moléstia acarretou problemas mentais, “isto é, doido inconsciente, despercebido da vida, bebia água em esgotos, a céu aberto, mascava fumo, às vezes já usado pelos outros [...] e bebia muita cachaça. Andava sempre perambulando pelas ruas, onde comia e jogava fora o lixo de algumas casas, gostava de curiá (*sic*) tudo, inclusive festas, todo tipo de festas” (COPEIRO, 2013, p. 94).

¹³³ Idem.

¹³⁴ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014. Nas memórias de nossos colaboradores do sexo feminino, quando questionadas sobre a frequência de festas na cidade, estas alegaram serem raras, ocorrendo poucas vezes por ano. Mas, nas memórias dos homens, a existência de festas era frequente. Porém, acreditamos que, para o imaginário feminino, as festas nos cabarés não se configuravam como festas, tendo em vista que elas não podiam fazer parte desse espaço de diversão, que se restringia ao público masculino.

¹³⁵ NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCG, 2008.

¹³⁶ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

Não queremos afirmar que as meretrizes do cabaré de João Barros moravam apenas nesta região onde se concentrava um maior número delas. Tais mulheres residiam em todo o subúrbio da cidade. Sobre isso, Copeiro relembra:

Teve um fato engraçado [...]. Uma rapariga, como se chamava naquele tempo, e um cidadão de Picos mandou buscar ela e deixar de avião, mas quando ela chegou, não tinha transporte, ela foi para casa de jumento. Ela morava na Várzea. Todos riram dela (informação verbal¹³⁷).

De fato, esta moça morava em outra zona periférica, e era comum os passageiros que vinham de avião irem para suas casas a pé ou no lombo de animais, e isto não gerava risos. O que não era comum era uma prostituta andar de avião. Eis o motivo dos risos: eram mais em virtude do que ela representava para a sociedade do que pela situação que estava vivendo naquele momento, ao regressar à casa montada num jumento, o meio de transporte mais utilizado à época.

A opção do cafetão do Rock Seri por mulheres de fora era para atrair clientes. “Vinham umas mulheres bonitas (informação verbal¹³⁸)”, oriundas de sociedades mais desenvolvidas, provavelmente já possuindo maior poder de sedução entre os homens. Conseqüentemente, quem não gostava dessa atração eram as damas da sociedade oeirense, pois sabiam que teriam seus maridos e filhos passando a noite em um prostíbulo. O cabaré de Cícero Cego figura na literatura de José Expedito Rêgo, quando narra, na obra *Vidas em Contraste*, o cotidiano de alguns fazendeiros e letrados na década de 1940 e suas veleidades em gastar dinheiro no Rock Seri com mulheres consideradas mais atraentes. Estavam vivendo um período próspero, de muita bonança proporcionada pela cera de carnaúba.

Carnaúba dava tanto dinheiro que Torquato e outros compradores gastavam no cabaré de Cícero Cego. Este levava gosto no papel de cafetão. Viajava até Fortaleza e trazia de lá umas “meninas” bonitas que passava temporadas na velha cidade (RÊGO, 1992, p. 10).

Segundo Barros, no Rock Seri “as mulheres eram caras, vinha de fora¹³⁹”, já “no cabaré de meu tio João Barros, as prostitutas eram pobres (informação verbal¹⁴⁰)”. Elas

¹³⁷ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Geraldo Barbosa Barros. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 23 de fevereiro de 2014.

iam fazer apenas diárias e apareciam vez ou outra durante o dia, mas a frequência era durante a noite. Neste espaço, também havia festas.

Para Rago (1991), os prostíbulos tiveram um papel importante no processo de modernização das cidades brasileiras. Nestes espaços, entre um gole e outro, muitas conversas e decisões do mundo político e econômico se desenrolavam. “Juntamente com esse mundo de prazer, o mundo da prostituição destilava práticas eróticas, sexuais e sociais mais refinadas, já se praticavam formas de sociabilidades diferenciadas (RAGO, 1991, p. 25). O Rock Seri, conseqüentemente, era um desses espaços, pois era frequentado pelos comerciantes, políticos e letrados locais, além de oferecer o direito ao convívio com pessoas de outras culturas, mesmo que fossem prostitutas.

Prostíbulos que trabalhavam com mulheres de outras sociedades, mais desenvolvidas, geralmente ofereciam mulheres mais despudoradas, que já se vestiam para a conquista e a sedução. Aquelas que faziam temporadas no Rock Seri causavam frenesi. No cabaré, a expectativa de seus frequentadores era enorme.

Essas mulheres de outras cidades que vinham trabalhar no Rock Seri não permaneciam muito tempo no estabelecimento, fazendo apenas pequenas temporadas. “Eu lembro que ele trazia também mulheres do Crato. Trazia umas duas ou três vezes por ano (informação verbal)¹⁴¹”. Por isso, normalmente, quem garantia o funcionamento do cabaré eram as prostitutas oeirenses, ou algumas que resolvessem fixar moradia no prostíbulo.

Os cabarés constituíam parte do cotidiano da sociedade oeirense. Por conseguinte, a cidade jamais deve ser percebida apenas em uma direção, dando conta das grandes causas centradas na história dos que julgam serem donos dela. Para Dias (1995, p. 15), “incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder, e, às vezes, do próprio processo produtivo”. Isso ilustra a função do historiador de manter-se sensível às questões sociais do tempo passado, não se deixando seduzir apenas por documentos prontos e, dessa forma, excluindo pessoas e/ou classes sociais que também construíram suas experiências. Do ponto de vista de Koselleck (2006, p. 306), “todas as histórias foram constituídas pelas experiências e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

Os marginalizados também devem ganhar o direito de ter suas histórias narradas em seu ambiente e cotidiano, para serem conhecidos e respeitados como cidadãos independentemente das condições impostas ou não pelo meio social. Destarte, segundo Souza (2011, p. 85-86),

uma história do sensível, que enfoque as pessoas despossuídas, passa necessariamente pela crítica ou pela percepção de como estas pessoas foram ou eram afetadas pelas mudanças técnicas ocorridas em sua época, pelas formas de exposição de suas figuras, pelos modelos de comportamentos exigidos delas, pelas maneiras como as pessoas, letradas ou não, conheciam ou entendiam o “real”, e por “verdades” e valores que orientam a sociedade na qual elas vivem.

Estas mulheres enfrentavam muito preconceito para transitar pela cidade, pelo menos aquelas que tinham suas vidas mundanas reveladas. O direito de ir e vir nem sempre valia. Para elas, um tipo de roupa considerado mais leve era tido como agressivo diante da moral e dos bons costumes. Então, “as prostitutas tinham que andar bem vestidas, mesmo com seu direito de liberdade (informação verbal¹⁴²)”. Elas eram perseguidas na feira porque poderiam estar causando algum desrespeito às senhoras casadas e moças, consideradas donas da moral. “A polícia andava pra ver se achava alguma prostituta mal vestida. Se encontrasse, eles emendavam a roupa com saco de estopa (informação verbal¹⁴³)”.

O sentido de emendar a roupa não constituía apenas o desejo de deixar a roupa mais comprida. O interesse maior era ridicularizar as prostitutas. Assim, essa punição representava a marca da transgressão. Quando tais mulheres saíssem de suas casas, tinham de integrar a regra geral da sociedade, que era andar bem vestida, conforme os padrões estabelecidos.

Durante a vigência do Estado Novo, mesmo Oeiras possuindo um reduzido número de policiais, a fiscalização nas ruas era mais intensa. Havia sempre a presença de um delegado, geralmente indicado pelo prefeito e nomeado pelo interventor federal. O delegado fazia suas diligências a pé e, quando fora da cidade, ia a cavalo, porquanto a cidade nesta época só possuía dois carros de propriedade particular. A movimentação urbana era mais intensa até às 22h00min. Depois disto, a cidade ficava praticamente deserta, devido à característica comportamental dos moradores de cidades do interior de

¹⁴² Geraldo Barbosa Barros, entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2014.

¹⁴³ Idem.

dormir cedo. Até porque, depois desse horário, eram poucos que se arriscavam a andar pela cidade.

3.3 Imposição de regras e ação policial

Uma das definições de Raquel Rolnik (1997) para a legislação urbana é que esta seria “[...] uma teia invisível e silenciosa que se estende sobre o território da cidade” (ROLNIK, 1997, p. 45), definindo formas de apropriação para os indivíduos e grupos sociais que nele se cruzam. A elite, que acredita representar o estado de direito, busca impor suas formas de convivência aos outros setores da sociedade, os quais, por sua vez, acreditam serem submissos. A polícia e os representantes da política imprimem seus valores coibindo e atribuindo significados às práticas dos populares no meio urbano. Na maioria dos casos, a lei funciona “a serviço da elite¹⁴⁴”.

A história do indivíduo é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica, por isso que ela pode ser apropriada. Mas é também uma história contraditória de poder e de lutas, de resistência composta de pequenas formas de apropriação (CARLOS, 2007, p. 25).

Após a instalação da luz elétrica (1937), a elite assumiu simbolicamente um papel fiscalizador da vida noturna oeirense, pelos menos daqueles que moravam no centro da cidade, único espaço dotado do benefício. O toque do alarme tornou-se não apenas um comunicado de que a luz seria apagada, mas um toque de recolher, determinando para alguns a hora de voltar para casa e dormir; com o apagar das luzes, acabavam toda a magia e o encanto de viver numa cidade iluminada. Até a polícia veio a adotar este horário para punir os transeuntes que desafiavam o poder fiscalizador do Estado. “Quando dava 10h00min da noite, a cidade tava isolada, tinha que ir embora pra casa. Nesse tempo, foi logo depois da instalação da luz elétrica, se pegasse na rua depois de 10h00min, prendia (informação verbal¹⁴⁵)”. Essa informação coincide com a instalação do Estado Novo, quando as regras na cidade ficaram mais rígidas, principalmente durante a noite.

¹⁴⁴ Id. p. 45.

¹⁴⁵ VALENTIM, Raimunda da Conceição Matos. Nasceu na cidade de Oeiras em 1918. Dona de casa aposentada, desde a infância residiu no Bairro do Rosário. Depoimento concedido a Zulene de Holanda Rocha em 11 de dezembro de 2014.

Desse modo, ao mesmo tempo em que a luz elétrica abria fronteira, limitava. “Assim, a luz artificial, que se trate de gás ou, sobretudo, da eletricidade, vem misturar às mudanças que, exercendo-se em todos os domínios – modos de vida, poder, técnica e sensibilidade [...]” (RONCAYOLO, 1999, p. 97). Não obstante, a cidade não dispunha de leis que regulassem a vida noturna, sendo estas emplacadas pelas autoridades policiais com a anuência das autoridades municipais, tornando o final do abastecimento de energia o horário limite para a fiscalização da rotina noturna em Oeiras.

Porém, é importante ressaltar que, neste período, o cinema entrou em funcionamento (1940), e, conseqüentemente, as pessoas dormiam mais tarde. Logo, a cidade ganhava mais movimentação durante a noite, havendo mais transeuntes nas ruas. Conforme Aranha (2008, p. 105),

[...] a vida pública a partir do teatro e do cinematógrafo – podem ser relacionados à ideia de sensibilidade exatamente por terem provocado todo um impacto na vida cotidiana, resultando em mudanças de comportamentos, de atitudes e visões de mundo.

Assim, motivados por essa nova rotina da cidade e mediante o poder vigilante do Estado Novo, proibiam-se vagantes na rua fora do horário estabelecido, pois eles atentariam contra a moral e os bons costumes. Aos olhos dos administradores, a população precisava incorporar hábitos modernos e eliminar práticas que representavam a vida tradicional. Por isso, a vida noturna do oeirense foi acompanhada e regradada pela ação da polícia.

Nos anos iniciais da década de 1940, José Rufino exercia a função de delegado geral de polícia, tendo obrigações não só com Oeiras, mas com outras povoações. Ele foi um dos que tentaram impor sua autoridade a qualquer custo. Sobre ele, narraremos um fato em que nele o leitor perceberá o poder da polícia e do grupo político dominante local.

Tudo começou com o desentendimento entre o delegado e Joaquim da Silva Copeiro, culminando na prisão de Copeiro e na exoneração de José Rufino.

O memorialista Joaquim Copeiro¹⁴⁶ (2013) nos conta que, em março de 1943, uma quinta-feira, “dia de retreta”, depois de cumprir sua função de músico regente da Banda de Música “Santa Cecília” no coreto da Praça da Bandeira e conversar com

¹⁴⁶ COPEIRO, Joaquim da Silva. **Rememorando o Passado: História de uma vida.** Oeiras: IBENS, 2013. p. 52-54.

alguns amigos, seguiu em direção à sua residência, que ficava nas proximidades do Riacho Mocha, e por lá encontrou outro amigo e funcionário da Prefeitura Municipal, o Sr. Viturino, que exercia a função de carroceiro transportador de carne do matadouro público até o mercado municipal. Quando estes estavam a conversar, a certa altura, notaram que o delegado se aproximava. Viturino o alerta: – “Vamos dormir! Senão a polícia pode nos querer prender” (COPEIRO, 2013, p. 52).

E cada um foi para sua residência. Porém, poucos minutos depois, Copeiro é chamado à porta pelo Viturino, agora em companhia do delegado e alguns soldados, solicitando que os acompanhasse até a “[...] delegacia para provar que ele não era vagabundo¹⁴⁷”, caso contrário, seria preso. Ao chegarem à delegacia, sem nenhuma conversa, José Rufino ordenou que fossem conduzidos até a cadeia e os prendessem. Copeiro (2013) não compreendia o motivo da prisão, que seria de 24 horas.

Os soldados tentaram justificar a não necessidade da prisão de Copeiro, mas a do Viturino estava consumada, já que foi apanhado na rua fora de horário estabelecido, o que caracterizava vagabundagem. Entretanto, o que não estava nos planos do delegado era a presença do irmão de Joaquim Copeiro, Indé Copeiro, que, logo após a prisão, foi comunicar o ocorrido ao prefeito em exercício, Walburg Ribeiro Gonçalves, visto que o Cel. Orlando Carvalho estava em viagem ao Rio de Janeiro.

Dessa forma, o prefeito se dirige até a delegacia, ocasionando um desentendimento entre ele e o delegado, mediante a recusa deste último em libertar Copeiro da prisão. Irritado, Walburg disse: “Zé Rufino, você amanhã à tarde não é mais delegado aqui. Junte sua bagagem para ir embora¹⁴⁸”. No dia seguinte, o prefeito em exercício dirige correspondência a Orlando Carvalho, solicitando a exoneração do delegado geral José Rufino.

Comunico sem justa causa foi preso uma e meia da manhã Joaquim Copeiro vg encontrando-se porta sua residencia pt Tendo José Rufino chegando uma hora povoado Conceição onde se encontrava com todo destacamento vg mandou patrulha fiscalisar cidade vg sendo Joaquim Copeiro encontrado porta sua residencia foi levado cadeia pt Chegando fato meu conhecimento fui entender-me Zé Rufino que recebeu-me grosseiramente recusando soltar o mesmo Joaquim pt Peço se entender Ilustre Interventor Federal vg fim evitar maiores aborrecimentos vg conseguindo imediata substituição Zé Rufino cargo delegado de polícia¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Id. p. 53.

¹⁴⁸ Id. p. 54 Ibid.

¹⁴⁹ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1943, p. 17).

Naquele momento, o chefe de polícia do Estado era Cromwell Barbosa de Carvalho, sendo este irmão do prefeito Orlando Carvalho e sogro de Walburg Ribeiro Gonçalves. Logo, a substituição do delegado ocorreu rapidamente. O novo delegado, Dirceu, chegou ao sábado em Oeiras, apenas um dia após o ocorrido.

Entretanto, a chegada do delegado Dirceu não mudaria a tentativa de controlar a vida cotidiana. Pelo contrário, seu mandato foi caracterizado pela violência e repressão dirigida aos *desordeiros*. “Dirceu era um terror, todo mundo tinha medo dele, mas só era perverso com gente ruim (informação verbal¹⁵⁰)”, ou seja, com aqueles que desafiassem suas ordens, inclusive a de andar na cidade depois da hora determinada. Suas ordens eram válidas pelo menos aos que não tinham proteção política e não pertenciam a famílias tradicionais. O trabalho do novo delegado satisfazia aos interesses da política local, ao fazer distinção entre os que possuíam proteção partidária e os desprovidos dessa cobertura, que ficavam à mercê de sua violência. Aparentemente, o delegado Rufino parecia não obedecer a esses critérios de seleção, sendo este o real motivo de sua substituição por outro que atendia aos interesses dos dirigentes locais.

É importante atentar para o fato de que a principal vítima, o Sr. Víturino, não é citada como tendo prisão indevida. Parece ser rotineiro prender pessoas independentemente de sua índole, desde que fossem encontradas na rua em um horário que a polícia considerava ser indevido. No entanto, esse prelúdio da modernização em Oeiras estava impondo transformações e negando o passado daqueles acostumados com uma vida sem vigilância.

Também ficou claro que a palavra final para os atos de infração sempre era do prefeito, que protegia seus correligionários mais próximos, pois mesmo o Sr. Víturino sendo funcionário da Prefeitura, sua prisão parecia ser justificada pelo horário em que fora encontrado na rua, e ele nada mais era que um simples carroceiro. No caso de Joaquim Copeiro, como alerta o próprio prefeito, sua prisão foi indevida por encontrar-se na porta de sua residência, mas ele mesmo alega: “sempre fui distinguido na política dos Ribeiros, como era conhecido” (COPEIRO, 2013, p. 29).

As elites do centro urbano oeirense provavelmente apoiavam essas medidas disciplinares, pois estariam vivendo dentro de um núcleo resguardado, em segurança e afastados dos indesejáveis, posto que, com a pressão policial no centro da cidade,

¹⁵⁰ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 12 de fevereiro de 2014.

poucos se arriscavam a andar pela cidade depois do apagar das luzes. Os pobres concentravam suas vidas noturnas no subúrbio da cidade, longe do controle da vida civilizada que se pretendia impor na zona central.

Por isso, neste período, além da repressão policial, outra nuance da modernização era a higienização urbana, que se constituía pela ordem e pela intolerância a antigas práticas rurais, incluindo a criação de animais como gado, porcos, cachorros etc., os quais, aos olhos e ouvidos do poder municipal, contribuía para tirar a ordem na cidade e proliferar doenças, além do mau cheiro nos estábulos e chiqueiros. Quando soltos, os animais provocavam desordem e sujeira, prática inadmissível a uma cidade que pretendia representar a vida moderna.

3.4 A higiene urbana

A higienização urbana desempenhou um papel determinante na modernização das cidades brasileiras. Vista como viabilizadora do progresso e da civilidade, inúmeras medidas foram tomadas em prol de sua consecução, levando em conta os discursos de higienistas e sanitaristas. Estes, aliados aos representantes da política, planejavam e executam planos de limpeza e de hábitos novos, objetivando varrer as práticas inóspitas, o cheiro da colônia e do Império, ordenando modelos de comportamentos sociais, motivo de conflitos entre moradores e a elite política.

A elite se dizia ser a legítima representante de progresso e que as práticas populares dificultavam a ação e a efetivação desse projeto. Destarte, imprimiu um conjunto de leis regulamentando o uso dos espaços públicos e privados, mediante o qual o cidadão se mantinha cobrado e vigiado no cotidiano social e familiar.

O Estado se colocava Brasil afora como responsável pela assepsia e embelezamento urbano. Por isso, o médico higienista e o sanitarista se tornaram peças-chaves nesta construção de novos valores. Para tanto, travaram uma guerra contra moradias insalubres, como também inúmeras outras práticas consideradas inaceitáveis ao espaço citadino moderno. Os pobres foram tidos como portadores de maus hábitos e disseminadores de doenças, tornando-se, assim, uma classe perigosa aos olhos da nova burguesia¹⁵¹. “Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essa população seria

¹⁵¹ Chalhoub (1996) alerta que a classe pobre era vista como perigosa não apenas porque representava a desorganização e tumulto à ordem pública imposta pela elite, quando esta pretendia criar um novo modelo de cidade europeizada, limpa, bela e organizada, mas porque estes ofereciam perigo de contágio.

perseguida na ocupação que faziam nas ruas, mas sobretudo seriam fustigadas em suas habitações” (MARTINS, 1998, p. 133).

O Rio de Janeiro é a primeira cidade brasileira a viver este processo de aformoseamento e exclusão social, que se iniciou ainda em fins do século XIX e início do século XX. Porém, paralelamente e posteriormente, outras cidades foram incorporando o modelo de modernização dominante na capital federal, algumas em menores dimensões, mas incorporando uma coisa ou outra conforme suas peculiaridades regionais.

Contudo, nem todas as cidades modernizaram as práticas higienistas e questões disciplinares foram implantadas da mesma dimensão que no Rio de Janeiro. Mas, mesmo assim, muito do que se passou por lá foi copiado. Geralmente na ausência de um médico higienista e engenheiro sanitário, os prefeitos eram os responsáveis pelo conjunto de medidas que definiam a higiene urbana.

O código de postura implantado em Oeiras pelo prefeito Orlando Carvalho entre os anos de 1937 e 1945 é uma prova dessa prática, pois muitos de seus artigos jamais foram implementados na cidade, como o “dobre de sinos em épocas de epidemias” (MARTINS, 1998, p. 137)¹⁵², que fora copiado do código de postura do Rio de Janeiro, dentre tantas outras medidas. Outras leis foram lavadas a sério e impostas pelo prefeito, tendo em vista sua intensa ligação com o Rio de Janeiro, pois tinha dois filhos residindo na capital federal; dentre eles, o engenheiro Carvalho Neto. Logo, suas visitas a esta cidade eram constantes, e muito do que viu por lá tentou implementar em Oeiras.

Tão logo assumiu o governo municipal, indicou seu genro, sobrinho e médico com especialidades em clínica geral e oftalmologia, o Dr. Paulo de Tarso Ribeiro Gonçalves, para a função de médico do município e, posteriormente, chefe do Posto de Higiene. Era o único médico existente na cidade que tratava de todas as doenças e dava orientação quanto à higiene urbana local.

As condições higiênicas em Oeiras antes do mandato do Cel. Orlando Carvalho eram das piores. O poder público municipal não determinava regras coibindo os hábitos tradicionais da sociedade; a população dividia o espaço citadino com um grande número

“Os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal do termo” (CHALHOUB, 1996, p. 29).

¹⁵² MARTINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Ver Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Oeiras, 1944. Art. 125. Inciso 8º, p.26.

de animais, tanto no centro como no subúrbio. Era de praxe criar animais para o consumo doméstico. O desejo de manter uma cidade com feição de tempos modernos não fazia parte do cotidiano da maior parte dos indivíduos, pelo menos até o transcorrer desta década. Mesmo depois de leis impositivas, velhas práticas continuaram em vigor.

Carmo (2009) pondera que os estudos realizados no final do século XIX e início do século XX concebem uma imagem dualista entre campo e cidade, sendo o primeiro o setor tradicional da sociedade. Por outro lado, o urbano representa a modernização neste momento¹⁵³. Por isso, não encontraremos uma cidade totalmente moderna, desprovida de valores e práticas tradicionais.

Mesmo assim, durante o mandato do prefeito Orlando Carvalho, Oeiras foi testemunha de um conjunto de medidas higiênicas, sanitárias e comportamentais, as quais, muitas vezes, na falta de funcionários para fazer a fiscalização, o próprio prefeito as executava. “À tardinha, quando terminava o expediente, ele saía com seus secretários para fiscalizar as obras e a cidade. Vi muitas vezes ele no mercado de carne (informação verbal¹⁵⁴)”. O prefeito representava a autoridade máxima do município. Os atos de infração eram avaliados pelo prefeito, tanto que no final da maioria dos decretos referentes às punições, tem-se: “a juízo (*sic*) do Prefeito” ou “quando assim julgar conveniente o Prefeito”¹⁵⁵. Somente depois da avaliação do prefeito em cada caso a multa seria aplicada.

As multas aplicadas pelo poder municipal giravam em torno de 10\$00 a 200\$00 (dez a duzentos mil réis). Como cada multa era avaliada pelo prefeito, não se tem indício se cada valor era de fato aplicado pelo ato infracional, conforme estabelecido pela lei.

O embelezamento proposto pela modernidade não se dava apenas por causa de uma bela arquitetura, mas também pelas condições higiênicas e costumes civilizados que colocavam à prova velhos hábitos. “A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todos e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de ruptura e fragmentação” (HARVEY, 1992, p. 22).

¹⁵³ Ver: CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009.

¹⁵⁴ Teresa Gonçalves Mendes de Carvalho. Nasceu em Oeiras em 1934. Dona de casa aposentada e escritora, é neta do ex-prefeito Orlando Barbosa de Carvalho. Depoimento concedido a Zulene de Holanda Rocha em 13 de dezembro de 2014.

¹⁵⁵ Livro de decretos de leis da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940).

Isto não quer dizer que a modernidade atingiu a cidade de forma homogênea. Pelo contrário, ela se fez presente por meio de alguns signos e algumas medidas levadas a cabo pelos administradores, objetivando comportamentos civilizados. Nesse meio, novos usos foram incorporados e outros persistiram convivendo lado a lado, como se estivessem misturado o antigo com o moderno, representando um mesmo espaço.

Portanto, nem sempre o desejado pelos proponentes da modernização foi assimilado na intensidade que se almejava. Mas, seja como for, novos hábitos foram incorporados. De acordo com o pensamento de Carmo (2009), a influência da urbanização não foi apropriada da mesma forma por diferentes sociedades. Elas sempre estarão sujeita às condições locais. Por essa razão, “todo esse processo compreende uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização” (CARMO, 2009, p. 263).

Adotar medidas de profilaxia urbana em uma cidade que quase não possuía calçamento, que na época não chuvosa era tomada pela poeira e durante os meses de chuva a lama integrava o cenário urbano, não era das tarefas mais fáceis. Por conta disso, a proliferação de doenças era comum e pouco se fazia para curá-las ou preveni-las, haja vista a dificuldade de encontrar médico residente na cidade antes de 1937 para orientar e acompanhar as questões higiênicas urbanas. E mesmo depois deste período, continuaram as mesmas dificuldades, porque havia um único médico para todas as demandas das zonas urbana e rural. Portanto, os mais distantes, no caso, os moradores do campo, não chegavam a ser atendidos e, sendo assim, não tomavam conhecimento principalmente das doenças epidêmicas.

A convivência entre seres humanos e animais domésticos era comum na cidade, tanto em quintais, presos, ou soltos. Nesta metade do século, os moradores que podiam criar animais davam preferência a porcos, cachorros, galinhas, etc. Não resta dúvida de que essa prática dificultava a adoção de leis para a limpeza urbana, porquanto a Prefeitura ainda não contava com estes serviços. No entanto, a sujeira que se acumulava nas vias públicas da cidade, principalmente fezes de animais, destoava da ação de melhoramento urbano proposta pela elite política local.

3.4.1 Dos animais

As mudanças estavam se processando de todas as formas com o intuito de criar uma nova cidade, buscando se alinhar aos padrões técnicos e estéticos estabelecidos e

sonhados pela elite. Esse processo já havia passado pelas grandes cidades brasileiras, e Oeiras estava vivenciando esse novo cenário. Assim, precisava apresentar uma “cidade limpa, higiênica, ordeira [...]” (MELLO, 2007, p. 05). Este projeto higienizador e embelezador se apoiava no ideal de modernidade e civilidade, buscando, desta feita, combater as práticas contrárias dos populares.

Todavia, a tentativa de eliminar essas práticas se configurou num desafio à administração municipal que, por meio de leis, procurou implantar a ordem e a disciplina aos cidadãos. Essas medidas não foram recebidas pelos moradores de bom grado, uma vez que estariam contrariando o costume de criar animais, principalmente porcos, e jogar lixo em qualquer lugar na cidade. Os porcos se aglomeravam em grande número nas proximidades do mercado municipal, alimentando-se de sobras da feira e de fezes humanas às margens do Riacho Mocha. Talvez esta última tenha sido a maior preocupação do prefeito, pois havia apreensão pela contaminação da água. Associado a isto, estava o crescimento da cidade para esta direção, a oeste.

Neste contexto, a saída foi proibir o depósito de lixo nas ruas e a circulação de animais. Nesse diapasão, conforme a legislação municipal, “todo animal que fôr encontrado vagando nas vias públicas será apreendido e recolhido no Depósito Municipal, onde somente será retirado depois de pagos os impostos constantes no Orçamento”¹⁵⁶. Mas, se o animal em questão fosse um cachorro ou porco, os proprietários teriam apenas 48 horas para fazer a retirada; caso contrário, seriam mortos, por serem justamente eles os maiores consumidores de detritos domésticos.

A criação de cachorros era permitida na zona central e urbana desde que eles não fossem soltos; já com relação aos porcos, era “vedada de qualquer forma no centro e parte urbana, e à solta na parte suburbana da cidade”¹⁵⁷. Portanto, conforme o decreto, no centro da cidade, nem que os porcos estivessem presos, estes não poderiam ser criados, e, no subúrbio, apenas presos. O desejo do prefeito era afastar os animais que, atraídos pela sujeira, espalhavam-se na cidade, esburacando as ruas e os pés de parede das residências.

Mediante o grande número de criadores de porcos, o desafio do prefeito Orlando Carvalho foi grande. Nem mesmo no centro da cidade ele conseguiu barrar a criação de suínos. Esses animais não estavam mais sendo criados soltos, mas em chiqueiros para a

¹⁵⁶ Código de Posturas Municipais (1944, p. 39).

¹⁵⁷ Código de Posturas Municipais (1944, p. 39).

engorda, pois, estando presos, fugiam do controle da administração municipal porque não havia como fazer fiscalização em residências.

Segundo Valentim, o consumo de carne de porco nesta época era grande. Logo, todos queriam criar porcos. “Nós mesmo criávamos muito. Naquele tempo, não se prendia porco. Porco andava à toa. Só botava no chiqueiro para engordar, e, às vezes, eles saía um atrás do outro e ia parar no centro. O Coronel recomendava para prender (informação verbal¹⁵⁸)”.

Não sendo atendido em suas recomendações, o prefeito passou a ordenar a matança de porcos e cachorros onde estes fossem encontrados, em qualquer lugar nas vias públicas. Para tanto, contratou um funcionário, o Sr. Batina, para fazer este serviço. “Ele tinha uma prática de matar cachorro e porco (informação verbal¹⁵⁹)”. A Prefeitura fazia o comunicado aos criadores, que, a partir de um determinado dia, os animais encontrados no centro da cidade seriam mortos.

Mesmo com todas essas tentativas, os porcos continuavam em grande número, concentrando-se nos espaços de maior sujeira. O ajuntamento de porcos acontecia no Mercado Público e nas margens do Riacho Mocha, principalmente à noite. “Lá era o banheiro de todo mundo, só via gente passando, até o povo do centro ia fazer suas necessidades lá (informação verbal¹⁶⁰)”. Sendo assim, estava ocorrendo a contaminação da água que era usada para o consumo doméstico, pois o espaço também estava sendo usado para o depósito de lixo provindo das casas, em virtude da proibição pela legislação municipal de não “lançar lixo nas vias públicas”¹⁶¹.

Era comum os moradores atirarem lixo nas ruas da cidade, bem como o jogarem às margens do Riacho Mocha e do Pouca Vergonha. Ambos passavam bem próximo ao centro da cidade e acabaram se tornando depósitos de lixo, embora as águas do Mocha fossem utilizadas para as atividades domésticas. Porém, a preocupação do prefeito se voltava apenas para o Mocha, o que não adiantaria muita coisa, já que o Pouca Vergonha era afluente dele. Por conseguinte, a água continuaria a ser suja. Embora o código de postura mencionasse a obrigatoriedade de jogar lixo apenas nas lixeiras coletoras de responsabilidade da Prefeitura, este trabalho de coleta não chegou a ser implantado.

¹⁵⁸ Raimunda da Conceição Matos Valentim. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 11 de dezembro de 2014.

¹⁵⁹ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 13 de dezembro de 2014.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Livro de Decretos da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 22).

Segundo Queiroz (1974), quem sujava as águas do Pouca Vergonha era o povo incivilizado do interior do município¹⁶². “O certo é que, naquele tempo, há muitas décadas, o povo do interior não tinha civilização, não tinha higiene. O riacho aguenta tudo. Era o cadoz, depósito de toda porcaria”¹⁶³. De acordo com o autor, os moradores da zona rural vinham à cidade para praticarem hábitos que a enfeiavam. Já para Machado (1975), a sujeira era feita pelos moradores da cidade. Tanto lixo era jogado que acabou originando o próprio nome do pequeno riacho. “Pouca Vergonha – riacho de inverno – assim chamado por ter sido sempre monturo ou despejo de lixo das ruas centrais” (MACHADO, 1975, não paginado)¹⁶⁴.

De fato, como poderia o riacho receber lixo apenas dos moradores vindos da zona rural do município? O fato é que estes permaneciam pouco tempo na cidade. Vinham ao centro urbano apenas para vender e comprar poucos produtos. Sendo assim, também contribuíam com a sujeira que se acumulava no leito e nas margens do riacho. Muitos desses camponeses deixavam seus animais amarrados nas proximidades do riacho e também faziam pequenas refeições com alimentos já prontos que traziam de suas residências. De qualquer forma, camponeses e animais colaboravam também com a poluição das águas do Pouca Vergonha.

A despeito de o Pouca Vergonha ser o principal afluente do Mocha, o prefeito não se importava com o seu destino. A preocupação dele era com o Riacho Mocha. Por isso, proibiu o uso do riacho nas proximidades da nascente e por todo o trecho que circulava a cidade. “Incorrerá em multa aquele que se banhar no riacho Mocha, no trecho compreendido entre o lugar Olho d’Água da Bica e o lugar Bacanga. Incorrerá na mesma penalidade quem lavar roupas no mesmo trecho”¹⁶⁵. Com essa medida, o prefeito pretendia não apenas eliminar a sujeira, mas abolir essa prática de lavagem de roupas e banhos fora do horário devido dentro da cidade, costumes não aconselháveis a uma cidade moderna¹⁶⁶.

Assim, as lavadeiras e donas de casa tiveram de procurar outro local para lavar suas roupas e de seus clientes, a exemplo do Barateiro, no sentido norte da cidade, em direção ao bairro Várzea. Valentim lembra quando lavava roupa em companhia de sua mãe: “Teve um tempo que eles proibiram de lavar roupa aqui, aí ia lavar no Barateiro.

¹⁶² O interior a que o autor se refere é a zona rural.

¹⁶³ QUEIROZ, Possidônio N. **O Cometa**, Oeiras n. 02, p. 10 de jan. 1974. p. 12.

¹⁶⁴ MACHADO, Raimundo da Costa. **Labaredas II**, 1927-1975.

¹⁶⁵ Livro de decretos da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 12).

¹⁶⁶ O Bacanga ficava localizado nas intermediações da atual BR 316, Transamazônica, onde se construiu uma ponte sobre o Riacho Mocha.

Ia a pé com trouxa na cabeça, era longe (informação verbal¹⁶⁷)”. Portanto, para as lavadeiras, essa proibição não agradou, principalmente por conta da distância percorrido até o próximo manancial, pois esta região era bem afastada da zona urbana. Sendo assim, elas saíam pela manhã e só voltavam à tarde. Tinham de levar comida, geralmente “rapadura com farinha (informação verbal¹⁶⁸)”.

Ainda conforme Valentim, os mais jovens precisavam ajudar os mais velhos a transportar as roupas, no caso de quem não fazia o transporte da roupa em jumentos. “Tinha uma velhinha que gostava de mamãe, e mamãe mandava eu ajudar a trazer a roupa dela (informação verbal¹⁶⁹)”. Depois dessa proibição, para tomar banho, era necessário retirar a água do riacho, ou seja, a água do banho não podia voltar para dentro do riacho, ou fazia o mesmo percurso das lavadeiras.

Num espaço como este, de lavagem de roupa, acontecem muitas coisas. Além de muitas conversas e amizades, há brigas. Neste caso, os principais desentendimentos se davam pela disputa do lugar (pedra), do qual cada uma se julgava dona, proibindo as outras mulheres de o utilizarem, a não ser em sua ausência. “Tinha as donas das pedras. Quando chegava, se tivesse ocupada, tinha que pegar a roupa e sair (informação verbal¹⁷⁰)”. Era um espaço de harmonia, mas também de muita disputa.

As tentativas de melhorar as condições higiênicas da cidade por parte do prefeito Orlando Carvalho não paravam por aí. Ele parecia mesmo estar determinado a apagar as práticas contrárias ao desejo de cidade moderna. Sendo assim, uma das obras de destaque em sua administração foi o mercado de carne, construído com materiais higiênicos e especificamente destinado à venda de carne, já que não lhe agradava a comercialização deste produto no Mercado Público Municipal. Ademais, buscou regulamentar o abate dos animais e o transporte da carne até o ponto de venda.

¹⁶⁷ Raimunda da Conceição Matos Valentim. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 11 de dezembro de 2014.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem. A entrevistada diz não saber o motivo da proibição, mas demonstra desagrado com relação a esta medida, por causa da distância entre a cidade e o Barateiro.

¹⁷⁰ Idem.

3.4.2 Da venda de carne

Na época de seu governo, o matadouro público funcionava próximo ao Riacho Mocha, mais especificadamente no Bacanga, ao lado direito da atual BR Transamazônica, sendo posteriormente foi construída neste espaço a usina elétrica, depois de transferida do centro da cidade na década de 1950, por conta do barulho do motor, que incomodava a vizinhança.

Na descrição de Copeiro, o matadouro era apenas um curral cercado de pedra, onde se matava apenas gado. O colaborador afirma que ele e os colegas subiam nas paredes para acompanhar a atividade de abate. “A gente subia e via tudo. Tinha duas porteiras, uma para o norte e outra para o oeste, por onde o gado entrava (informação verbal¹⁷¹)”. Mas o gado não era abatido dentro desde curral, que servia apenas para prendê-lo. Depois de laçado, era levado para fora. Após o abate, tirava-se parte do couro ainda no chão. Em seguida, os homens erguiam a carcaça e amarravam cordas, pendurando-a em uma armadura com duas forquilhas para concluir¹⁷².

Todo esse trabalho era feito a partir das 16h00min. Quando a noite chegava, faziam fogueira. Depois, a carne era transportada para o Mercado Municipal, isto é, antes da conclusão do mercado de carne. Porém, mesmo o abate ocorrendo à tarde, a venda ocorria apenas pela manhã do dia seguinte. Somente as vísceras podiam ser comercializadas, porque estas eram proibidas de virem para o mercado. “As fateiras e os compradores de cabeça de boi iam também buscar lá (informação verbal¹⁷³)”.

Segundo Copeiro, muita gente ia para o matadouro fora do horário “para fazer senvergonhesa [sexo] (informação verbal¹⁷⁴)”. Ainda lembra que “lá fedia demais, era muito ensanguentado, mas tinha gente que ia buscar o sangue para dar aos porcos (informação verbal¹⁷⁵)”. Neste espaço, parecia não haver tanta preocupação do poder municipal quanto à higienização. O matadouro passava o dia coberto de urubus, pois estava afastado da área urbana, que concentrava a atenção do poder municipal quanto à profilaxia da cidade. A carne era inspecionada pela vigilância sanitária da Prefeitura, que avaliava se esta estava em bom estado. “Não era médico; era apenas um homem que

¹⁷¹ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 13 de dezembro de 2014.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem.

olhava as condições da carne. Às vezes refugava, mas era raro (informação verbal¹⁷⁶)”. O transporte do matadouro até o mercado era de responsabilidade da Prefeitura.

Quanto à comercialização de carne, o prefeito criou leis e as fez executar em sua grande maioria, como a entrada de vísceras no mercado. “As vísceras de gado vacum, suínos, caprinos e lanígero deverão ser vendidas no Matadouro, não vindo, assim, ao mercado de carne”¹⁷⁷. Para o mercado, vinha apenas a carne que era transportada pelo Sr. Víturino. O transporte era feito em carroça bem asseada e com cobertura. “Ele usava roupa branca bem limpa, gorro na cabeça e sapato branco, o povo chamava pé de anjo (informação verbal¹⁷⁸)”.

Pela legislação municipal, os açougueiros também tinham de usar avental branco na altura do joelho e gorro. Ainda era proibido usar machadinhas e facões, apenas facas e serrotes eram permitidos¹⁷⁹. “Naquele tempo, era tudo asseado (informação verbal¹⁸⁰)”. Percebemos que havia vigilância por parte do poder municipal neste tipo de comércio, que antes acontecia sem nenhuma regulamentação quanto ao abate e à comercialização do produto. Conforme decreto municipal, no final do expediente, o açougue deveria ser lavado. “Os açougues deverão ser lavados pelos seus donos ou empregados diariamente, adicionando-se à água um pouco de cal”¹⁸¹. “Vi muitas vezes eles jogando água e lavando, acho que traziam do Mocha, porque não tinha água encanada (informação verbal¹⁸²)”.

A água encanada nos estabelecimentos públicos se estabeleceu apenas no final de seu mandato, por meio da distribuição feita por uma caixa d’água¹⁸³ com capacidade para doze mil litros. Mas, desde quando começou a construir o Mercado de Carnes, o prefeito já solicitou a perfuração de poços para o abastecimento do açougue e de outros estabelecimentos públicos. O pedido foi feito ao diretor das Municipalidades.

¹⁷⁶ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 13 de dezembro de 2014.

¹⁷⁷ Livro de Decretos da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 18).

¹⁷⁸ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 13 de dezembro de 2014.

¹⁷⁹ Livro de Decretos da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p.19).

¹⁸⁰ Joaquim da Silva Copeiro. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 13 de dezembro de 2014.

¹⁸¹ Livro de Decretos da Prefeitura Municipal de Oeiras (1940, p. 20).

¹⁸² Raimunda da Conceição Matos Valentim. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 11 de dezembro de 2014.

¹⁸³ Esta *Caixa d’água*, ou Castelo d’água como foi definido, foi construída no governo do prefeito José Martins de Sá, permanecendo ainda em bom estado de conservação, embora sem utilidade.

“Precisando esta Prefeitura Municipal abrir um poço artesiano, para abastecer d’água o Mercado de Carnes, cuja construção vae iniciar, e outro para utilidade pública”¹⁸⁴.

O prefeito parecia não confiar na qualidade da água do Riacho Mocha, ou pretendia modernizar o sistema de abastecimento de água na cidade e acabar com a dependência exclusiva deste espaço para o consumo de água. O certo é que, no final de seu governo, passou a recomendar a perfuração de poços nos quintais particulares. Em correspondência ao diretor das Municipalidades, ele alega a “[...] necessidade de abrir poços nos quintais das residências”¹⁸⁵.

Seja por conta da qualidade da água ou não, o certo é que o número de óbitos na cidade ocasionado por diarreia, vômito e intoxicação alimentar só perdia para a malária, sendo esta considerada uma epidemia. Isto nos leva a acreditar que esse grande número de mortes envolvendo questões intestinais poderia estar associado ao consumo da água de pouca qualidade, além da precariedade de outros cuidados higiênicos. O prefeito percebeu o fato, embora não o tenha alarmado, haja vista que apenas as famílias abastadas poderiam abrir poços artesianos em suas residências¹⁸⁶. Aproximadamente um terço das mortes em Oeiras era ocasionado pela malária, isto com base em dados apenas dos centros urbano e suburbano, pois o número de óbitos pode ter sido bem maior que o registrado, pois, para as mortes ocorridas na zona rural, não havia registro; possivelmente, as autoridades municipais nem tomavam conhecimento delas. Ainda há indícios de que, em meados da década de 1940, o município foi abraçado por uma epidemia de febre tifoide.

3.4.3 A malária e outras endemias

A malária¹⁸⁷ castigou a população oeirense entre as décadas de 1930 e 1940. Não apenas as zonas urbana e suburbana foram afetadas, mas também a zona rural. A doença consumia os moradores mês a mês, sem que as autoridades tomassem as medidas

¹⁸⁴ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1939-1940, p. 04).

¹⁸⁵ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1944-1945, p. 04).

¹⁸⁶ Os dados referentes ao número de mortes e às causas foram coletados do Livro dos Mortos com registros de 1938 a 1945, pertencente ao arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras. O objetivo principal do livro não era a classificação da doença, mas, sim, a ordem para o enterro, ou seja, o valor a ser pago por cada família conforme o tempo do enterramento, se perpétuo ou não. Caso fosse alguém que não pudesse pagar, este seria enterrado como indigente numa área reservada para este fim.

¹⁸⁷ Ver: MELLO (2007). A malária é uma doença tropical e parasitária. Também conhecida como sezão, paludismo e impaludismo, “a doença tem como vetor o protozoário de gênero *plasmodium* e cada uma de suas espécies determina aspectos diferentes para a enfermidade. O protozoário é transmitido ao homem pela picada do mosquito de gênero *anopheles* pelo sangue” (MELLO, 2007, p. 101).

necessárias ao combate desta moléstia. A tentativa do prefeito de retirar os animais do centro da cidade, a proibição do lixo jogado nas ruas, principalmente onde se situava o Riacho Mocha, e ainda a proibição da construção de estábulos e chiqueiros na área central são ações que podem estar também associadas à ideia de combate ao mosquito vetor da doença. Mas, quanto aos cuidados com os moradores do subúrbio e do meio rural, parecia não haver nenhuma preocupação. Estes ficavam à mercê dos mosquitos transmissores.

As políticas públicas de âmbito federal de combate à doença chegaram sutilmente por intermédio de um panfleto de orientação aos populares quanto aos cuidados higiênicos para a não proliferação do mosquito. Em janeiro de 1941, o Ministério da Educação e Saúde enviou ao prefeito de Oeiras 500 exemplares de panfletos “de cunho popular”. O Ministério solicitava ao prefeito a distribuição dos panfletos, com vistas a “cooperar na medida do possível com as autoridades sanitárias do país, no sentido de melhor orientar as classes populares no combate ao grande flagelo que é o impaludismo”¹⁸⁸. Neste contexto, pode-se notar que não houve outra iniciativa dos governos estadual e federal no sentido de combater a doença. A classe popular continuava sem saber a causa da doença que consumia anualmente dezenas de indivíduos, sem que as autoridades tomassem qualquer medida para o controle da epidemia. Estes panfletos pouco surtiram efeito, haja vista que, entre a classe popular, poucos sabiam ler.

Copeiro (2013, p. 19), em sua autobiografia, afirma: “Em 1935, fui acometido de sezão e era difícil o tratamento e remédio de farmácia, apenas um tipo de injeção e de xarope”. Estes medicamentos geralmente eram receitados pelo dono da farmácia. “Tinha de se recorrer aos medicamentos caseiros, como velame, folhas e raízes de quebra-pedra, casca de quina-quina, que amargava tanto que dava zumbido nos ouvidos, a raiz de fedegoso era também usada e tinha o mesmo amargo”¹⁸⁹ (COPEIRO, 2013, p. 19).

Rocha nos conta que adoeceu de sezão “[...] ainda molecote, entre doze e treze anos (informação verbal¹⁹⁰)”, e que chegou a conhecer apenas um tipo de comprimido

¹⁸⁸ Livro de registro de correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1941, p. 05).

¹⁸⁹ O autor desconhece a forma de transmissão do impaludismo, acreditando ser uma doença de característica dos “tempos”, ou seja, sem explicação para a causa.

¹⁹⁰ Raimundo de Holanda Rocha. Nasceu em 1930 na zona rural de Oeiras, no lugar Zumbi, que compreendia a “Fazenda Nacional Buriti de Rei”. É pai da pesquisadora e atualmente mora na localidade “Malhadinha” (Buriti do Rei). É agricultor. Quando criança, vinha à cidade em companhia de seu pai

que ajudava na cura, mas que recorria mesmo aos remédios caseiros, como quina-quina, dentre outras ervas de amargo parecido. Para se prevenir do retorno da doença segundo ele, a solução era não comer abóbora ou milho assado¹⁹¹. Ele diz que “o período de janeiro a maio era caroável, aparecia muita gente doente, acho que era pelo tempo mesmo (informação verbal¹⁹²)”. O entrevistado não tem qualquer conhecimento de que a malária era transmitida pelo mosquito pernilongo. Acredita que a doença era ocasionada pelas condições do tempo, já que ela atacava no período chuvoso, com ocorrência de ventos úmidos. Neste contexto, a crença dos populares era baseada ainda na teoria do *miasma*¹⁹³, desenvolvida na época do Iluminismo.

A modernização que acontecia na cidade estava distante de chegar à sociedade oeirense como um todo. Como o projeto de modernização incluía apenas a área urbana central, não havia troca de informação entre governantes e governados. Os panfletos informando as causas e a prevenção do impaludismo, direcionados à sociedade menos letrada e analfabeta, podem não ter tido o destino pretendido. Nem mesmo os moradores urbanos e suburbanos tomaram conhecimento de como prevenir a malária, mas as medidas profiláticas no centro urbano fizeram com que os moradores desta área não fossem atacados pela doença com a mesma intensidade da população do subúrbio, visto que, nos registros de óbitos, é muito raro aparecer um caso de morte por impaludismo na área central. Os registros compreendem em sua quase totalidade o subúrbio, tanto a malária como a intoxicação alimentar como *causa mortis*, ambas somando mais de um terço dos mortos anualmente.

apenas para vender rapadura e cereais. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 05 de dezembro de 2014.

¹⁹¹ De acordo com os estudos atuais, a malária, quando não tratada, que era o caso dos pacientes do período referido, permanece no organismo de um ano e meio a três anos, reaparecendo em pequenos ciclos. Depois deste período, ela atinge sua autolimitação, que pode se dar também pela morte do paciente.

¹⁹² Raimundo de Holanda Rocha. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 05 de dezembro de 2014.

¹⁹³ Ver: ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2004. p.361-476. Na descrição do autor, a teoria do *miasma* foi formulada na época das Luzes. Segundo este pensamento, “as matérias de animais e vegetais, ao entrarem em decomposição, produzem gases que subiam para a atmosfera, formando os miasmas” (ARRAIS, 2004, p. 367). Estes eram espalhados e impregnados aos alimentos e à água, além de serem absorvidos pelos pulmões, pela pele, etc., ou seja, a doença era transportada pelo vento. Então, era própria de cada época. Esta crença atravessou o século XIX europeu até quase o final do século. No caso do Brasil, estendeu-se até as primeiras décadas do século XX. Não queremos afirmar que os camponeses tivessem conhecimento completo dessa teoria. No entanto, acreditavam que a doença era própria dos ventos úmidos e imaginavam também que a ingestão de algum alimento amarelo traria a doença de volta. Por isso, milho e abóbora, dentre outros, eram evitados.

É importante destacar que o número de óbitos em Oeiras era alto. Em 1940, morreram 104 pessoas com registro na Prefeitura, isto em uma população que girava em torno de 3.000 habitantes. Deste total, 63 indivíduos eram da zona suburbana, correspondendo, assim, a mais de 60% dos mortos. Dentre eles, 27 morreram em decorrência da malária, diarreia e intoxicação alimentar. Neste mesmo ano, entre os meses de maio e julho, ocorreram 28 óbitos, dentre os quais 13 foram causados pelo impaludismo. Estes compreendiam os meses de grande incidência da moléstia.

Sendo assim, quase um terço dos óbitos com registro na Prefeitura tinha como causa a malária e outras doenças que estavam ligadas a questões higiênicas e sanitárias. Embora o presidente da República, Getúlio Vargas, tenha direcionado cuidados especiais às doenças epidêmicas, como alerta Hochman (2005), este trabalho, principalmente de prevenção, não chegou a Oeiras.

De acordo com Hochman (2005), Vargas determinou uma política que priorizou a saúde pública no Brasil, especialmente quando Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-1945). Segundo o autor, Capanema reformulou o Ministério, definindo os rumos da saúde pública no país, adequando-os aos princípios básicos da política do Estado Novo. Outra reforma importante aconteceu em 1941, com a criação dos Serviços Nacionais de combate a “doenças específicas e às grandes endêmicas” (HOCHMAN, 2005, p. 130)¹⁹⁴.

Com a reforma de 1937, o Brasil foi dividido em oito regiões. Em cada uma delas, foi instalada uma Delegacia Nacional de Saúde. Destarte, a Terceira Delegacia compreendia os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. A sede foi instalada em Fortaleza¹⁹⁵. Esta medida objetivava descentralizar o serviço sanitário da capital federal. Porém, não encontramos indícios de que essa delegacia tenha desempenhado algum papel relevante de combate a endemias no Piauí, muito menos em Oeiras.

Não podemos negar que o alto índice de mortes no subúrbio envolvendo também questões intestinais tenha nos chamado bastante a atenção, haja vista que a febre tifoide¹⁹⁶ esteve presente em Oeiras entre as décadas de 1930 e 1940 e não encontramos nenhum registro de mortes com esta denominação.

¹⁹⁴ HOCHMAN. Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)**. 2005. Disponível em: <www.ufpr.br/ojs/indez/php>. Acesso em: 30 mar. 2015.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ “A febre tifoide é uma doença infectocontagiosa causada pela bactéria *Salmonella entérica typhi*. A enfermidade é transmitida pelo consumo de água e alimentos contaminados pelo contato direto, em razão da presença de bacilos eliminados nas fezes e urina de portadores assintomáticos. A enfermidade é endêmica nos locais em que as condições sanitárias e de higiene inexistem ou são inadequadas. Os

Na biografia de Dr. Paulo de Tarso, intitulada *Dr. Tarso: sua história, estória e legado*, encontramos sinais da presença da febre tifoide em Oeiras. Dr. Paulo de Tarso começou atendimentos médicos em Oeiras em 1927, em consultório particular, tendo como ajudante o casal Pedro José de Sene e sua esposa, Ana. Quem fazia a limpeza do consultório o seu filho do casal, Benedito José de Sene. Quando o Dr. Tarso assumiu o comando do Posto de Higiene da cidade (1938-1945), a família continuou auxiliando o trabalho do médico. O senhor Pedro assumiu as funções de enfermeiro, chegando a fazer autópsia nos casos suspeitos de febre tifoide, ofício que mais tarde foi repassado ao seu filho, Benedito Sene (Seu Lira)¹⁹⁷.

A autópsia geralmente acontecia no necrotério do Cemitério Municipal, mas encontramos indícios do procedimento realizado na casa do falecido. Embora esse tipo de exame desagradasse a população, todos que morriam com suspeita de febre tifoide recebiam a visita do Sr. Pedro Sene ou de seu filho, fato que não aprazia nem um pouco aos moradores. Segundo Gonçalves Filho (2014, p. 23),

as famílias menos esclarecidas, no entanto, não viam com bons olhos a realização da autópsia em seus entes queridos, chegando a ameaçar Seu Pedro José de Sene se este insistisse em realizá-la. Até mesmo um boato circulou na cidade, dando conta de que Seu Pedão havia inventado essa história de autópsia para arrancar o fígado do falecido pra comer assado. O certo é que Seu Pedro, quando se dirigia à casa dos Quirinos, moradores do Rosário, a fim de realizar a autópsia em um dos membros da família, só não teve o fígado arrancado porque correu a tempo de pedir proteção policial.

Se a autópsia acontecia no necrotério do cemitério, por que esta aconteceria na casa do próprio falecido? Que justificativa daria o Sr. Pedro às autoridades para realizar autópsia em um indivíduo? O fato de não ser um médico o responsável pela coleta influenciava na rejeição por parte dos moradores? De fato, como ocorriam enterros em cemitérios clandestinos, mesmo com a legislação municipal ordenando que os sepultamentos se dessem apenas no Cemitério Municipal, essa prática não deixou de existir, principalmente porque era necessário fazer o registro do óbito na Prefeitura para a liberação do sepultamento.

sintomas característicos são febre prolongada, alterações intestinais, que vão da constipação à diarreia com sangue, cefaleia, falta de apetite, mal estar, prostração, aumento do fígado e do baço, distensões e dores intestinais, náuseas e vômitos”. Fonte: <www.Drauziovarella.com.br/febre-tifoide>. Acesso em: 30 mar. 2015.

¹⁹⁷Ver: GONÇALVES FILHO, Paulo de Tarso Ribeiro. **Dr. Tarso: Sua história, estória e legado**. Teresina: Halley Gráfica e Editora, 2013.

Tudo indica que a incidência de casos de febre tifoide da zona rural era maior que no subúrbio. Rocha relembra: “meu tio, irmão da minha mãe, morreu com essa doença, mas ela não deixava falar o nome dela [febre tifoide], porque era perigoso (informação verbal¹⁹⁸)”. Acreditava que a moléstia estava no vento, logo presente em todos os lugares. Então, mencionar o seu nome era como convidá-la a entrar em suas casas. Nesta localidade, morreram tantas pessoas com febre tifoide que se chegou a fazer um cemitério específico para os enterros dos que morriam acometidos da doença¹⁹⁹.

Essa separação se dava pelo medo do contágio. As sepulturas não receberiam visitas de parentes, pois a terra estaria contaminada, como também o ar que se respirava no local. Por esse motivo, acreditamos que nem todos os bolsões de febre tifoide receberam informações úteis à prevenção da doença.

Outra comunidade castigada pela febre tifoide foi o “Riacho Pequeno”, hoje pertencente ao município de Colônia do Piauí. De acordo com Gonçalves Filho (2013), Benedito Sene (Seu Lira) fez sua primeira autópsia de fígado aos dezessete anos, quando seu pai (Pedro Sene) encontrava-se doente, tendo o cadáver vindo do Riacho Pequeno para o sepultamento em Oeiras. “Encaminhado o corpo para o necrotério localizado no cemitério da cidade, a autópsia foi realizada”, (GONÇALVES FILHO, 2013, p. 23). Depois, era encaminhada para Teresina, onde se faziam os exames para a comprovação da doença. O resultado era enviado pelo correio ao Dr. Paulo de Tarso, para serem tomadas as devidas providências.

Como foram confirmados casos de febre tifoide, que assolavam aquela população, técnicos representantes do Ministério da Saúde foram enviados para Oeiras com o intuito de repassar orientações de higiene àquela população que estava sendo dizimada. “Lá em contato com os moradores da região mostraram-lhes a importância de se prevenir contra aquela doença [...], como lavar as mãos, frutas e verduras, ferver a água – maior veículo transmissor da febre tifoide” (GONÇALVES FILHO, 2013, p. 23).

A febre tifoide e a malária causaram muitas vítimas no município de Oeiras entre 1930 e 1945. Mesmo assim, o fato parece não ter causado espanto à política local, que fechava os olhos às questões epidêmicas e de insalubridade, fatores que, por sua vez, inviabilizam o desenvolvimento de uma sociedade.

¹⁹⁸ Raimundo de Holanda Rocha. Entrevista concedida a Zulene de Holanda Rocha em 05 de dezembro de 2014.

¹⁹⁹ O cemitério fica localizado na comunidade “Tranqueira”.

Enquanto a elite apresentava uma cidade ordeira, moderna e civilizada, muitos viviam no esquecimento, mergulhados nas mazelas sociais, como alerta o sertanejo Vicente Gomes Pessoa, em seu poema *Arenga*: “Com duro impôsto, o governo sempre tentara assolar de forma estarrecedora! / Sem que nunca cogitasse socorros lhe prestar, / pelo menos na lavoura, / no aumento de Postos-Médicos e de Grupo Escolar”²⁰⁰. À medida que os agentes da modernização empurravam ainda mais os pobres para o esquecimento e mazelas sociais, Queiroz (2014) escreveu euforicamente: “De 1930 para cá, operou-se a reação. A cidade, hoje, apresenta aspecto de renovação. Ruas, Praças, bem cuidadas, calçadas ajardinadas, boa iluminação. Temos um bom cinema” (QUEIROZ, apud. SILVA; LIMA, 2014, p. 67).

De fato, a zona central urbana apresentava estas conquistas da modernidade, que concediam a Oeiras uma nova condição, a de cidade moderna, com destaque dentro do Estado. Contudo, a grande maioria dos oeirenses não desfrutava destes tempos modernos que a elite política acreditava projetar.

²⁰⁰ PESSOA apud MACHADO (1943, não paginado). Este extenso poema encontra-se transcrito em *Labaredas I*, 1927-1975.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é fruto de nossas inquietações sobre o processo de modernização ocorrido na cidade Oeiras nas quatro primeiras décadas do século XX. Momento em que transformações importantes aconteceram na sociedade oeirense, provocando mudanças significativas na vida de seus moradores. Porém, mesmo assim, nosso intuito não se resumiu apenas às questões do moderno, mas em tudo aquilo que pudesse representar as relações individuais e coletivas da sociedade local.

Porém, buscando responder a alguns questionamentos sobre essa divulgada fase da modernização urbana em Oeiras, fez-se necessária a análise nos discurso de políticos e letrados construídos desde a transferência da capital, pois só assim conseguimos identificar a tão propagada crise que acreditavam que a cidade estava passando. Essa retórica tinha o propósito de justificar a falta de desenvolvimento local, pois não encontramos indícios de que a transferência tenha se constituído como uma ruptura para a vida econômica da cidade, mas, sim, a perda de privilégio de alguns membros da referida sociedade.

Essa ideia de crise divulgada pelos políticos e letrados locais era atribuída àquele conceito de cidade “decadente” e “nostálgica”, criando no imaginário local o sentimento de fracasso material. Sendo assim, originou-se o sentimento de ressentimento coletivo, pelo qual justificavam que a falta de desenvolvimento era decorrente da perda do status de capital. Esse ressentimento foi alimentado paulatinamente pela retórica dos representantes da política local e intelectuais, que apontavam para um passado glorioso e um presente de perdas e tristezas.

Diante disso, tentamos mostrar Oeiras principalmente pelas suas particularidades. Por isso, optamos por questões do cotidiano, da cultura urbana, com a pretensão de que a cidade fosse percebida na sua rotina, tentando compreender a vida urbana do oeirense desde a lavagem de roupa até os espaços de lazer e diversão, pois assim poderíamos perceber as relações dos indivíduos com os espaços de sociabilidades.

Também tivemos a pretensão de apresentar alguns signos do moderno antes da década de 1930, pois acreditamos que a chegada do telégrafo, do teatro, do cinema itinerante e da escola pública Costa Alvarenga representaram conquistas significativas para aquela cidade.

Portanto, a presença do telégrafo, teatro, cinema e uma escola pública de alguma forma foi algo de moderno e que provocou o surgimento de novas sociabilidades e sensibilidades. Assim, discordamos do conceito de cidade totalmente em crise antes de 1930, como também, em caso de crise, a transferência da capital não foi suficiente para a estagnação urbana de Oeiras, pois há indícios da estagnação da economia local desde o final do século XVIII, por causa da queda na venda de gado para o nordeste canavieiro e a região mineradora. Associado a este fator, estava o isolamento geográfico da cidade, ocasionado pela distância que ocupava em relação ao rio Parnaíba, que até a terceira década do século XX foi a única via de acesso entre o sul e o norte do Piauí, além da indolência e inércia dos administradores locais e estaduais, que nada faziam pelo desenvolvimento do município.

Para o grupo gestor local e para os intelectuais, somente a partir de 1930, com a conclusão da sede da Prefeitura Municipal e a limpeza urbana, é que a cidade havia saído da crise e tomado o rumo do progresso e da civilidade. Porém, a retórica tomou essa direção porque a partir daquele momento os letrados estavam compondo o novo governo. Portanto, anunciavam sua gestão como redentora, pondo fim à crise e proporcionando o progresso.

A partir desse período, sempre representam a imagem de progresso e negam a ideia de crise. Entretanto, para a memória de nossos colaboradores orais, a imagem do progresso e da civilidade aconteceu com a instalação da luz elétrica, não recorrendo, assim, à ideia presente na escrita dos intelectuais. Dessa forma, a energia elétrica, mesmo que tenha esvaziado os cofres do município, e tendo beneficiado a poucos moradores, ocasionou grande expectativa e ilusões aos oeirenses, além da profunda modificação na rotina noturna urbana. Este serviço representou para muitos o início do processo da modernização em Oeiras. Posteriormente à instalação da luz elétrica, a cidade passou a receber o pouso de aeronaves da Viação Condor, consumando a ideia de progresso no imaginário local.

No entanto, o moderno em Oeiras não ocorreu em ritmo acelerado, como em outras sociedades. As transformações foram acontecendo de forma lenta, tendo em vista as próprias condições econômicas do município. E ainda projetou-se uma modernização de maneira contraditória, visto que o principal objetivo era o embelezamento urbano e a ressignificação da cidade. Logo, não se percebeu a tentativa de melhorar as condições de vida de todos os cidadãos; apenas um seleto grupo teve acesso às transformações urbanas. Destarte, foram transformações com ideal de civilidades, mas destinadas

apenas à classe abastada. Dessa forma, todas as intervenções urbanas aconteceram no núcleo central da cidade.

Por isso, partimos da ideia do desejo de ressignificação urbana, pois a retórica dos representantes locais apontava para essa ideia. O desejo era resolver questões do passado, devolvendo a importância que a cidade teve outrora. Configura-se, assim, como uma ação reativa ao ressentimento que alimentava o imaginário do oeirense. O projeto reformador também visava a criar espaços de sociabilidades para sua elite. Assim sendo, não aparece nas fontes analisadas o desejo de proporcionar transformações urbanas capazes de desbancar velhas práticas. O certo é que os populares não foram incluídos neste projeto reformador, haja vista que o subúrbio foi excluído de qualquer tentativa de melhoramento urbano. Então, para estes moradores, o moderno se constituiu como um espaço de contemplação.

Nesse diapasão, buscamos analisar o espaço dos escolhidos e excluídos. Embora esta análise não se pretenda dicotômica, tentamos, de certa forma, priorizar as questões relativas aos populares, tendo como elementos o código de postura e a memória de nossos colabores, os quais reafirmam que apenas a área central urbana era tratada com prioridade, representando o símbolo do progresso. Por isso, a tentativa de limpeza urbana aconteceu apenas neste setor, objetivando afastar os animais e a sujeira das ruas. As medidas profilaxia tinham o interesse de afastar as doenças epidêmicas que assolavam a cidade no início dos anos 1940, mas nada se fazia para amenizar o sofrimento daqueles que ocupavam o subúrbio ou a zona rural.

Buscamos encontrar o cotidiano dos populares em diferentes espaços: no lazer, no trabalho, na família, enfim, na rotina diária, bem como as ações dos governos estaduais e municipais, pois, dessa forma, pretendíamos responder uma das principais perguntas de nossa pesquisa: para quem o moderno estava direcionado? A ideia de que o projeto de modernização urbana se resumia ao espaço das elites locais foi bastante reafirmada no decorrer do trabalho.

Ricos e pobres viviam divididos por um cinturão verde, de mata nativa e roças de cultivo agrícola, pois os suburbanos, mesmo morando nos arredores da cidade, eram tratados como inexistentes. Durante a vigência do Estado Novo, a ação policial passou a reprimir aqueles que desobedeciam às determinações das autoridades locais, as quais coíbiam a circulação de indivíduos nas ruas fora do horário estabelecido, medida que não se estendia a todos, pois havia proteção aos membros das famílias importantes e apaniguados do grupo político que estava no poder.

Portanto, este trabalho é apenas uma nova versão da história de Oeiras e de seus moradores, no qual apresentamos o passado da cidade de um ponto de vista ainda não analisado, pois apontamos para o moderno e suas contradições. Este, mesmo sem provocar rupturas severas no seio da sociedade, foi contraditório, no sentido de que poucos participaram dessas transformações as quais a cidade estava sofrendo.

FONTES

ATA DO DIRETÓRIO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1938-1939). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

ATA DA COMISSÃO CENSITÁRIA MUNICIPAL DE OEIRAS (1940). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

LIVRO DE DECRETOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1937-1942). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

LIVRO DE DECRETOS E LEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1937-1945). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1933-1942). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

JORNAIS

CORREIO DE OEIRAS (1909-1910).

O POPULAR (1937).

O COMETA (1974).

FONTES ORAIS

Antonio Carlos Valentim (2014).

Geraldo Barbosa Barros (2014).

Joaquim da Silva Copeiro (2014).

Raimunda da Conceição Matos Valentim (2014).

Raimundo de Holanda Rocha (2014).

Teresa Gonçalves Mendes de Carvalho (2014).

REFERÊNCIAS

- ADAMEC, Martin. **A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido**. 2014. 231f. Tese (Doutorado em História) – Brasília/DF, Universidade de Brasília, 2014.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2004.
- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925). In: **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História social e cultural**. Campina Grande/PB: EDUFCG, 2006.
- _____. Da vida pública nas cidades do norte brasileiro: ao teatro e ao cinema na passagem do Século XIX para o Século XX. **Ariús**, v.14, n. 1/2, jan./dez. 2008.
- ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: A formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanas/FFLCH/USP, 2004.
- AVILA, Myrian. **O retrato na rua: Memória e Modernidade na cidade Planejada**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Ed. HUCTEC, 1987.
- BARTHES, Roland. **Câmara clara: nota sobre fotografia**. Tradução de Júlio Castoñon Uimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre Modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *O flâneur*. In: BAUDELAIRE, Charles. **Um eu lírico no auge do capitalismo**. 2. ed. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 33-67 (obras escolhidas, vol. III).

BENCHIMAL, Jaime Larry. A Modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moises e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Talles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Ed. 34, 2013.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História**. Campina Grande/PB. EDUFCCG, 2009.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da posição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21 jan./jun. 2009.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto de. Oeiras: viagem sentimental. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**, n. 2, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre prática e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietações**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado
São Paulo: UNESP, 2006.

COPEIRO, Joaquim da Silva. **Rememorando o passado de uma vida**. Oeiras: IBENS,
2013.

CORBIN, Alain. Do lumousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean-Pierre;
SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Carnanais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema**.
Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São
Paulo: Brasiliense, 1995.

FERRO, Marc. **O Ressentimento na História: Ensaio**. Tradução de André Telles. Rio
de Janeiro: Agir, 2009.

GALLO, Fabrício. As preocupações com a integração territorial do Brasil e o pensamento
geopolítico nacional: a relevância da aviação na ocupação do país. **Entre lugar**,
Dourados, MS, ano 1, n. 2, 2º semestre de 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de
Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros: Verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das
Letras, 2007.

_____. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A;
SILVA, Rogério Forastieri (Orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac
Naify, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Lion Schaffter.
São Paulo: Vertice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Cabral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1903-1945)**. 2005. Disponível em: <www.ufpr.br/ojs/indez/php>. Acesso em: 30 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2015.

JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI**. Trad. Paulo Martins Garchet. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

KOSELLEK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contratempo, Ed. da PUC- Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ed. Ateliê, 2001.

LEFEBRVE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se: ideias de civilização e cenas de ante-civilidade em um contexto de civilização urbana, 1912-1916**. 1996. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCCA, Tania Regina. História dos, nos e por dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Raimundo Costa. **Labaredas I e II**. Oeiras/PI: [s.n.], 1975.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar**. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlinch Orth. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. **Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960)**. 2007. 260f. Dissertação (Mestrado em História). Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: <www.historia.UFF.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MENDES, Felipe. Formação econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro O). **Piauí – Formação – Perspectivas**. Teresina: Haley, 1995.

MENESES, Lená Medeiros de. Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (1902-1906). In: SOLLER, Maria Angela; MATOS, Maria Izilda da S. (Orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'água, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Eslsevier, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina- (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande/PB: EDFCG, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto de História: Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, [s.n.],1981.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas/SP: Pontes, 2009.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestão para investigação do comportamento humano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Caderno de LEPAARQ – textos de arqueologia, antropologia e patrimônio**, v.II, n. 4, Pelotas/Rio Grande do Sul, Ed. da UFPEL, 2005.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v.27, n.53, São Paulo: ANPUH, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992.

QUEIROZ, Possidônio Nunes de. Oeiras, seu passado, pleno de glórias: o presente cheio de realizações úteis. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**, n. 16. 1999.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí, 1900-1920**. 1984. 266f.. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Pará, 1984.

RAGO, Margareth. Amores lícitos e ilícitos na modernidade paulista ou no Bordel de Madame Pomméry. **Teoria e Pesquisa**, 2005. Disponível em: <www.ufscar.br>. Acesso em: 30 mar. 2015.

RÊGO, G. **Rio Subterrâneo**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1991.

RÊGO, José Expedito C. **Vaqueiro e visconde**: biografia romanceada de Manuel de Sousa Martins. Teresina: [s.n.], 1986.

_____. **Malhadinha**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1990.

_____. **Vidas em Contraste**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1992.

_____. **Crônicas Esquecidas**. Teresina: Gráfica e Editara Júnior Ltda., 2009.

RÊGO, Maria do Espírito Santo. **Minha Oeiras**. Teresina: [s.n.], 1999.

REIS, Amada de Cássia Campos. 2006. 285f. **História da Educação em Oeiras- Piauí** Dissertação (Mestrado em História) – UFPI, Teresina, 2006.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: história do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

_____. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b.

ROCHA, Amara Silva de Sousa. Modernas seduções urbanas: a eletrificação no Rio de Janeiro da Belle Époque. **Anos 90**, n.14, Porto Alegre, dez. 2000.

ROLNIK, Raquel. Lei e política: a construção dos territórios urbanos. **Proj. História**, São Paulo, (18), mai. 1999.

_____. Para além da lei: Legislação urbanística e Cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUSA, Maria Adelaide A. Lins, et al. (Orgs.). **Metrópoles e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. CEDESP, 1999.

RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas na cidade: o império das luzes artificiais. **Proj. História**, São Paulo: (18), mai. 1999. Disponível em: <www.pucsp.br>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SALVADOR, Sabrina Carmin. **As edificações Art Déco na paisagem urbana: um estudo de caso em Criciúma-SC**. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96403>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SHORSKE, Carl. **Viena fin de siecle: política e cultura**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Francisca Shayane A. da; LIMA, Rodrigo Marley de Queiroz. **Possidônio Queiroz: Um Homem a ser escutado**. Oeiras/PI: IBENS, 2014.

SILVA, João Ricardo. **Preservação versus destruição:** o caso do centro antigo de São Luís- MA. 2013. Disponível em: <www.anpuh.org>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras, geografia urbana.** Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1990.

_____. **Oeiras Municipal.** Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1992.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Por um real de amor:** representações da prostituição na MBP. Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WAIZBURG, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar,1976.